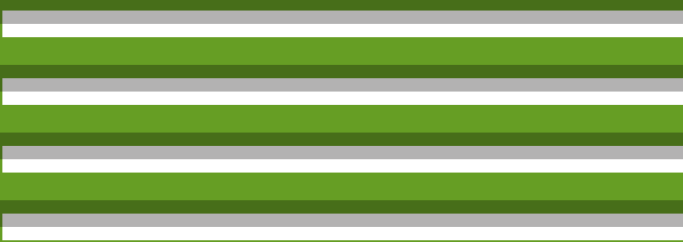




# AS RÁDIOS LOCAIS EM PORTUGAL – DA GÉNESE AO ONLINE

CONTEXTO E PRÁTICA  
DO JORNALISMO DE  
PROXIMIDADE

LUÍS BONIXE



LIVROS  
**ICNOVA**

**ic**NOVA INSTITUTO  
DE COMUNICAÇÃO  
DA NOVA

*Desde que não conversamos, meus amigos, este nosso Velho Mundo e os outros mais velhos que se estendem para Oriente, têm sido visitados por males inumeráveis, uns trazidos pelas violências da Natureza, outros pela violência dos homens, porque o consciente e o inconsciente (se é que este realmente existe) rivalizam, como sempre, na produção da dor.*

*No Japão foi um desses pavorosos «macaréus», que tanto assustavam os nossos navegadores do século XVI, invadindo em desmedido vagalhão léguas de costa e lambendo aldeias, cidades, centenas de milhares de criaturas, como se fossem apenas conchas e areia leve.*

*(...)*

*No Sul da França, «junto à fronteira, um trem descarrilando causara três mortes, onze ferimentos ...».*

*(...)*

*A leitora, tão cheia de graça, virou a página do jornal doloroso, e procurava noutra coluna, com um sorriso que lhe voltara, claro e sereno... E, de repente, solta um grito, leva as mãos à cabeça: – Santo Deus !...*

*Todos nos erguemos num sobressalto. E ela, no seu espanto e terror balbuciando:*

*– Foi a Luísa Carneiro, da Bela Vista ... Esta manhã! Desmanchou um pé!*

*Então a sala inteira se alvoroçou num tumulto de surpresa e desgosto.*

*As senhoras arremessaram a costura; os homens esqueceram charutos e poltrona; e todos se debruçaram, reliam a notícia no jornal amargo, se repastavam da dor que ela exalava!... A Luisinha Carneiro! Desmanchara um pé!*

*(...)*

*Dois mil javaneses sepultados no terramoto, a Hungria inundada, soldados matando crianças, um comboio esmigalhado numa ponte, fomes, pestes e guerras, tudo desaparecera – era sombra ligeira e remota. Mas o pé desmanchado da Luísa Carneiro esmagava os nossos corações... Pudera! Todos nós conhecíamos a Luisinha – e ela morava adiante, no começo da Bela Vista, naquela casa onde a grande mimosa se debruçava do muro, dando à rua sombra e perfume.*

Eça de Queiroz

Bilhetes de Paris – As leis das catástrofes e as leis de emoção

*Para a Sónia, a Carolina e o Tiago  
Para o Bolty, pelo conforto na hora da escrita*



Parte deste livro é o resultado de um trabalho de levantamento de dados das rádios locais portuguesas que realizei com os meus alunos do curso de Jornalismo e Comunicação da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre. Sem esse levantamento de dados, esta investigação teria ficado muito comprometida.

O meu obrigado a todos!

1.<sup>a</sup> vaga – Ana Cristina Gargaté, Alexandre Espinho, Andreia Coelho, Andreia Claro, Ana Catarina, Carina Coelho, Catarina Martins, Daniela Senra, Daniela Sequeira, Dulce Batista, Francisca de Cabedo, Gaspar Garção, Jaime Janeiro, Jorge Grenho, Jorge Relvas, Maria de Sousa, Mariana Gameiro, Patrícia Pinto, Rui Alves, Tiago Silva.

2.<sup>a</sup> vaga – Ana Grenhas, Ana Machado, Carlos Ribeiro, Daniela Guerreiro, Eusébio Custódio, Filipe Ribeiro, Isaque Vicente, Ivo Neves, Joana Santos, José Pedro Paitio, Ludimara Rodrigues, Mónica Monteiro, Nuno Ramalho, Patrícia Gargaté, Paulo Borralho, Rafael Pato, Rui Canatário, Rita Verissimo, Zilene Rocha.

3.<sup>a</sup> vaga – Ana Parente, Bárbara Fantone, Carlos Salpico, Cláudia Rocha, Daniela Paulo, Duarte Bivar, Fábio Belo, Glória Foutoura, José Antunes, Maria Nogueira, Marta Ramos, Patrícia Batista, Rafael Vintém, Tiago Marques.

4.<sup>a</sup> vaga – Catarina Belinho, Daniela Silva, Filipa Paulino, Isa Ceia, Inês Costa, Joana Penderlico, João Belo, Luís Alves, Marta Ramos, Nuno Silva, Pedro Bragança, Rute Azevedo, Sara Cruz, Sara Medeiros.

Agradeço ainda à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre e ao ICNova pela oportunidade para publicar este livro.

Agradeço, por fim, a todos os profissionais das emissoras locais, em especial jornalistas, que colaboraram no estudo sobre o jornalismo nas rádios locais portuguesas.

#### FICHA TÉCNICA

##### TÍTULO

As rádios locais em Portugal – da génese ao online  
Contexto e prática do jornalismo de proximidade

##### AUTOR

Luís Bonixe

##### COLEÇÃO

Livros ICNOVA

##### EDIÇÃO

ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa  
Av. Berna, 26  
1069-061 Lisboa – Portugal  
[www.icnova.fcsh.unl.pt](http://www.icnova.fcsh.unl.pt)  
[icnova@fcsh.unl.pt](mailto:icnova@fcsh.unl.pt)

##### DIREÇÃO

Francisco Rui Cádima  
Maria Lucília Marques  
Cláudia Madeira

##### ISBN

978-972-9347-26-9 (Digital)  
978-972-9347-25-2 (Impresso)

##### DESIGN E PAGINAÇÃO

José Domingues | UNDO

##### DATA DE PUBLICAÇÃO

Setembro de 2019

##### APOIO



Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através  
da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto Ref#: UID/CCI/04667/2016



O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

# ÍNDICE

<b>Introdução</b>	9
<b>CAPÍTULO I – QUESTÕES TEÓRICAS DE UM MOVIMENTO</b>	13
I.1. A dimensão de Proximidade	15
I.2. A dimensão de Alternativa	18
I.3. A dimensão Democrática	23
<b>CAPÍTULO II – A LIBERALIZAÇÃO DA RÁDIO NA EUROPA</b>	29
II.1. A inspiração europeia	29
II.2. As primeiras experiências europeias	32
<b>CAPÍTULO III – AS RÁDIOS PIRATAS PORTUGUESAS</b>	39
III.1. A primeira fase – 1977-1984	41
III.2. A segunda fase – 1985-1988	47
III.3. Propriedade e financiamento	50
III.4. O Associativismo	51
<b>CAPÍTULO IV – A LIBERALIZAÇÃO DA RÁDIO EM PORTUGAL</b>	55
IV.1. O caminho para a legalização	55
IV.2. A lei da liberalização	60
IV.3. O concurso público	61
<b>CAPÍTULO V – EUFORIA, DEPRESSÃO E REORGANIZAÇÃO</b>	65
V.1. A primeira dificuldade: a realidade	65
V.2. Das cadeias de rádios às temáticas	72
<b>CAPÍTULO VI – AS RÁDIOS LOCAIS PORTUGUESAS NA INTERNET</b>	81
VI.1. A rádio: de meio sonoro a multimédia	81
VI.2. A migração das rádios locais para a Internet	84
VI.3. Uma nova expressividade para a rádio local	88
<b>CAPÍTULO VII – O JORNALISMO E OS JORNALISTAS</b>	95
VII.1. O jornalismo como argumento para a legalização	97
VII.2. O declínio da informação	100
VII.3. O espaço da Internet	102

<b>CAPÍTULO VIII – A RÁDIO LOCAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO</b>	109
VIII.1. Uma nova equação	109
VIII.2. A política económica dos média e o localismo	111
VIII.3. Manter o jornalismo de proximidade	112
VIII.4. Seguir na onda da net	116
VIII.5. Uma quarta dimensão: o global	118
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	123



## INTRODUÇÃO

*Na rádio, não se trata apenas de captar e reservar o interesse do ouvinte: é preciso, através de constantes variações, assegurar a sua percepção. (Schaeffer, in Lavoinnie, s/d:80)*

Três décadas depois da legalização das rádios locais em Portugal, o setor passa por um período de transformações profundas que têm questionado os princípios segundo os quais foram criadas. Em Portugal, as emissoras locais surgem num contexto pós-revolucionário e na sequência de processos idênticos vividos um pouco por toda a Europa. Com profundas raízes populares, as rádios locais portuguesas aparecem como um movimento que procurou sublinhar o local enquanto território de afirmação e de distinção face aos média de cobertura nacional. As rádios locais portuguesas tinham como fundamentos constituir-se como um palco para a expressão das vivências das comunidades onde se inserem e pretendiam representar a expressão prática de um discurso alternativo face às propostas apresentadas pelos meios de comunicação de maior dimensão.

O caso português tem demonstrado que o equilíbrio entre essa função de origem das emissoras locais e o contexto onde se inserem não tem sido fácil de manter. A exclusiva dependência das regras do exíguo mercado publicitário de pequenas localidades, as políticas públicas adotadas e consubstanciadas numa legislação pouco adequada à realidade do país e a entrada de grupos de comunicação que adquiriram várias frequências adotando práticas que têm promovido o afastamento do jornalismo e do local, está a gerar um cenário complexo que convoca uma reflexão sobre o papel das rádios locais enquanto espaços de proximidade com a comunidade.

A par deste conjunto de transformações no próprio setor da radiodifusão, os média estão, eles próprios, a viver momentos de transformação em virtude dos processos de migração para a Internet que acarretam modificações ao nível das rotinas e modos de produção. As rádios locais portuguesas têm procurado

acompanhar este percurso e estão também elas a adotar políticas que conduzem à migração para as plataformas digitais e, em concreto, para a Internet. De um modo geral, a rede global pode oferecer às rádios locais portuguesas um conjunto de potencialidades que as poderá relançar na prossecução dos seus objetivos de proximidade com as comunidades, beneficiando da possibilidade de emissão global, que não é de todo de desvalorizar por 1) falarmos de rádios que, por definição, têm reduzida cobertura territorial e 2) assim poderem chegar a um público emigrado no estrangeiro, contribuindo para estreitar laços de proximidade.

O livro *As Rádios Locais Portuguesas: da génese ao online – contexto e prática do jornalismo de proximidade* é o resultado de um percurso de investigação que começa em 2003 com o trabalho realizado no âmbito de uma dissertação de mestrado e que teve desenvolvimento nos anos seguintes, nomeadamente a partir de 2012 quando iniciámos o projeto “Jornalismo e Jornalistas das Rádios Locais Portuguesas” (Bonixe, 2015) que prosseguiu para uma segunda fase com a realização de entrevistas a jornalistas de rádios locais portuguesas e cujos resultados apresentaremos nos capítulos VI e VII.

O livro que apresentamos procura reunir um conjunto de contribuições teóricas de vários autores nacionais e estrangeiros contidas em diversos livros e artigos científicos. Uma das principais fontes de informação para este trabalho reside na pesquisa junto da imprensa que, em particular nas décadas de 80 e 90 tem um assinalável conjunto de textos publicados. São também importantes os relatórios de entidades que observam e regulam o setor dos média em Portugal e que nos fornecem dados que nos permitiram criar um quadro para melhor compreender o cenário da radiodifusão local portuguesa. Por fim, mas não menos importante, o livro resulta da observação de sites e redes sociais de rádios locais e escuta de espaços radiofónicos emitidos nas emissoras locais portuguesas e ainda da análise de conteúdo a entrevistas realizadas a profissionais das rádios locais que, a partir de um olhar de dentro, contribuem de modo decisivo para a compreensão do fenómeno na atualidade.

Embora represente uma das principais alterações no cenário mediático português depois do 25 de abril, a verdade é que o setor das rádios locais não tem merecido da parte da investigação académica muitas contribuições que tenham resultado em publicações. É de assinalar a obra intitulada “*Das Piratas à Internet: 25 anos de Rádios Locais*” (Reis et al, 2014) editada pelo Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho que coleciona vários artigos sobre a radiodifusão local em Portugal. Foi publicado por altura dos 25 anos das rádios locais em Portugal, reunindo artigos de vários autores e entrevistas a profissionais da rádio, alguns com passagem determinante pelas rádios piratas.

Merece-nos também referência o livro de Pedro Costa (2017), *As Teias da Rádio – Ensaios e reflexões sobre as políticas do setor*, no qual o autor fornece um conjunto de pistas para compreender as movimentações no plano legislativo que ocorreram na radiodifusão local em Portugal. Já José Queirós (2011) propõe-nos uma viagem pela história da Associação de Rádios de Inspiração Cristã no livro *20 Anos ao Serviço das Rádios Locais – ARIC 1991-2011, Contributos para a história*, tal como Hélder Sequeira (2005) nos sugere outra viagem, mas às raízes da Rádio Altitude, da Guarda no livro *O Dever da Memória – Uma Rádio no Sanatório da Montanha*. A Entidade Reguladora para a Comunicação (2009) editou também uma obra importante que traça um cenário das rádios locais portuguesas no início do século XXI intitulada *Caracterização do sector da radiodifusão local*. Fundamental para a compreensão da história das rádios piratas portuguesas é a obra de Humberto Marcos (1989) *Rádios Locais – A lei e a realidade*, na qual o autor reúne um assinalável conjunto de documentos do plano legislativo aplicado ao setor da rádio.

Para além destas obras dedicadas à radiodifusão local portuguesa, encontramos referências às rádios locais em vários outros livros sobre a rádio em Portugal e em artigos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Apesar de a produção científica ter válidas contribuições, acreditamos que o presente livro poderá constituir-se como mais um contributo para o conhecimento acerca deste setor dos média em Portugal.

Assim, o livro *As Rádios Locais em Portugal: da génese ao online – contexto e prática do jornalismo de proximidade* tem o objetivo principal de contribuir para caracterizar o aparecimento das rádios locais em Portugal, identificar práticas e políticas seguidas para este subsector da rádio, problematizar a sua ligação às comunidades sublinhando a sua vertente de média de proximidade e promotor de cidadania, bem como refletir sobre os caminhos a trilhar pela radiodifusão local portuguesa no contexto da Internet.

O olhar mais detalhado é sobre o jornalismo. Nesse sentido, embora não sejam ignorados determinados projetos de radiodifusão local mais virados para a programação e entretenimento, admitimos que são tratados de um modo menos aprofundado.

O livro está organizado em oito capítulos. Começamos por expor um conjunto de contribuições teóricas que resultam, acima de tudo, de reflexões e estudos do início das rádios piratas na Europa. Diríamos que são os fundamentos teóricos de um movimento que passou por vários países da Europa Ocidental e que consideramos úteis para compreender a radiodifusão local portuguesa. É neste capítulo que defendemos três dimensões teóricas do movimento: proximidade, alternativa e democracia.

No segundo capítulo, olhamos para a inspiração europeia abordando alguns projetos de rádios piratas sobretudo em França, Itália e Espanha nos quais encontramos semelhanças com o caso português. O terceiro capítulo do livro entra já no contexto nacional. Começamos por defender a existência de duas fases distintas ainda no período das piratas e abordamos, no capítulo seguinte, as principais movimentações do ponto de vista legislativo que conduziram ao quadro legal que liberalizaria a radiodifusão local em Portugal. No quinto capítulo do livro, procuramos traçar o quadro que se gerou após a legalização das rádios locais e que ficou marcado pelas dificuldades económicas, pelas cadeias de radiodifusão e pelas rádios temáticas, um cenário no qual as rádios locais entram na Internet e do qual nos ocupamos no capítulo VI. Nele, analisamos o aproveitamento das potencialidades online que as rádios locais fazem e começamos a expor algumas das respostas obtidas a partir das entrevistas realizadas a jornalistas que exercem a sua profissão nas rádios locais portuguesas.

Os seis primeiros capítulos têm, por isso, o objetivo de criar um quadro que nos ajude a compreender o terreno no qual o jornalismo das rádios locais se move. E é isso que abordaremos no capítulo VII, olhando para o desinvestimento que foi feito a partir de certa altura na informação local das emissoras e perceber qual o papel que a Internet pode ter na recuperação da proximidade com as comunidades através do jornalismo. É no último capítulo do livro que apresentaremos uma reflexão sobre o papel da rádio local no espaço global e na ecologia dos média do século XXI, propondo uma quarta dimensão para as rádios locais: a sua dimensão global.

Deste modo, acreditamos que o livro que apresentamos poderá fornecer um contributo relevante para que investigadores, profissionais e estudantes das Ciências da Comunicação em geral e da rádio em particular, possam ter acesso a um conjunto de informações que resultam de uma investigação que junta documentação e dados acerca da radiodifusão local portuguesa recolhidos ao longo de uma década e meia.

## CAPÍTULO I

# QUESTÕES TEÓRICAS DE UM MOVIMENTO

*As rádios livres são, sem dúvida alguma, o fenómeno mediático mais importante do fim dos 70 e início dos 80.*

(Dalle, 2009:3)

O impacto que a radiodifusão local provocou nos média europeus conduziu a um conjunto de contribuições teóricas inspiradas, sobretudo, na génese do movimento. As rádios locais geraram novos discursos, levaram para o espaço mediático protagonistas que antes não tinham essa oportunidade, foram o sinónimo do amadurecimento de algumas democracias europeias e provocaram processos de alargamento da propriedade das organizações mediáticas a outros intervenientes que não apenas os Estados, ao mesmo tempo que abriram espaço para uma participação mais ativa por parte das populações. Eis alguns dos argumentos utilizados, sobretudo, na génese da radiodifusão local europeia e que inspirou autores como Umberto Eco, Emili Prado, Thierry Lefebvre, Sebastien Poulain, Guy Starkey ou François Cazenave a contribuírem para uma reflexão sobre a origem e o papel das rádios locais.

É também esta mescla de argumentos que gerou diversas designações para o mesmo fenómeno. Na imprensa, e entre os impulsionadores do movimento, apareceram designações como rádios comunitárias, rádios populares, rádios livres, rádios locais, rádios piratas, rádios clandestinas, rádios ilegais, rádios privadas ou rádios locais privadas (Lefebvre, 2016:20). A estas podemos juntar rádios independentes, rádios alternativas ou rádios utopia.

São expressões que designam o mesmo fenómeno: a liberalização das ondas de rádio. São inspiradas por um certo caos que caracteriza o movimento e que deu origem a uma quantidade assinalável de projetos com os mais variados

objetivos. Entre estas designações, algumas não tiveram a força suficiente para se impor, dada a conotação e ligação a micro fenómenos que as originou. Mas, outras incorporaram traços comuns e, por isso, ganharam força e deram nome a este movimento.

Debrucemo-nos sobre algumas destas designações.

1) *Rádios Locais*, quando têm um forte pendor localista, viradas para as comunidades e para as populações de onde, em muitos casos emergiram. É, porventura, a designação mais frequente e que ainda perdura, não obstante alguns dos princípios que motivaram a sua adoção estarem atualmente comprometidos, nomeadamente saber em que medida podem, ainda hoje, ser consideradas rádios de proximidade.

2) *Rádios Livres*, cenário que se verifica sobretudo em Itália e França, onde o fenómeno se caracteriza pela emergência de projetos que têm na sua génese a afirmação de determinados grupos defensores de várias causas sociais ou políticas. A expressão é muito utilizada para designar os movimentos que se afirmam livres de interferências políticas e económicas. A expressão Rádios Livres nasceu no final dos anos 60 em Itália quando a rádio de Belia, Sicília, começou a emitir colocando na praça pública as injustiças de que os habitantes estariam a ser vítimas (Cazenave, 1980:36).

3) *Rádios populares*, é uma designação menos conhecida, mas que encontra justificação no papel interventivo das populações, quer na sua criação, quer depois na sua gestão.

4) *Rádios Independentes*, é outro conceito pouco utilizado, mas cujos argumentos são fáceis de entender dado o carácter de rutura com a “rádio oficial” e com a rádio dos grupos económicos de que a maior parte dos projetos de radiodifusão local se revestiu.

5) *Rádios paralelas*, neste caso, o conceito é utilizado para justificar as rádios que existem em simultâneo com as rádios oficiais, pertencentes ao Estado.

6) *Rádios piratas*. O conceito define algo diferente dos anteriores. Não tem tanto a ver com os objetivos, mas sim com a condição jurídica em que emitem. Ou melhor, com a inexistência dessa mesma condição. Rádios Piratas são todas as que emitiam sem enquadramento legal e, por isso, sem licença. O termo “rádio-pirata” esconde a diversidade de emissoras que surgiram a partir do final da década de 50 no continente europeu e sublinha o seu carácter subversivo, por emitirem sem qualquer enquadramento legal.

Este conjunto de designações deixa bem clara a diversidade dos projetos de rádios livres que surgiram a partir da década de 50 na Europa. Das diversas contribui-

ções teóricas sobre as rádios locais, subtraímos três dimensões que consideramos mais relevantes por, a nosso ver, conseguirem agregar os principais princípios que nortearam o seu aparecimento.

A dimensão de proximidade, ao gerarem condições para que a comunidade se revisse nas rádios locais e para que estas procurassem nas populações a razão da sua existência (Nosty, 1997; Escudero, 1998; Starkey, 2011); a dimensão alternativa, pois ajudaram a criar um discurso e uma racionalidade distinta dos grandes meios de comunicação centralizados no Estado e nas grandes organizações privadas (Flichy, 1981) e uma dimensão democrática, na medida em que as rádios locais passaram a permitir o acesso mais plural e diversificado aos meios de comunicação social (Eco, 1981).

### **I.1. – A DIMENSÃO DE PROXIMIDADE**

A ideia de proximidade motivou uma parte significativa dos projetos de rádio surgidos na Europa no contexto do movimento pela liberalização da rádio. Entre rádios de ambientalistas, de defesa de grupos minoritários, de afirmação de causas sociais, políticas, estudantis, entre outras, surgiram também emissoras que tinham como objetivo prioritário criar espaços de proximidade com as comunidades. Em vários casos, esses projetos nasceram das próprias populações que, de forma mais ou menos organizada e desafiando as autoridades, criaram projetos de rádio com o propósito de levar para o espaço público as questões e os assuntos dessas comunidades.

Sob esta perspetiva, a rádio local caracteriza-se pelo seu carácter de localismo e de proximidade com os ouvintes e com a comunidade onde está inserida e de onde retira a sua razão para existir. Representa, nesse sentido, um espaço para o debate sobre a comunidade e no qual essa mesma comunidade se revê. A rádio local é, deste modo, um palco para que se afirme o individual e o coletivo fundidos numa identidade local. É facilitadora da integração do homem na sua comunidade, no seu bairro ou na sua região.

Quando pensamos o movimento pela liberalização da rádio na Europa e o enquadrámos numa dimensão de proximidade, pensamos nos projetos que se afirmaram contra o centralismo dos Estados que detinham a posição dominante no setor da rádio. As rádios locais apareceram, assim, com o objetivo de inverter esse cenário seguindo um modelo “de baixo para cima” no qual as populações locais foram atores preponderantes. As rádios locais, de acordo com esta perspetiva de meio de proximidade, contribuíram para a renovação e estruturação

do espaço público ao se apresentarem como uma plataforma mediática na qual a comunidade se poderia rever. As rádios locais, são, sob esta dimensão de proximidade “um importante «locus» da produção e negociação da identidade local/regional” (Reis, 2002:207)

É uma rádio que se enquadra na teoria proposta por Brecht (1981) que defendia que a rádio deveria ocupar-se dos “acontecimentos reais”, virada para os seus ouvintes, possibilitando a estes, não só estarem mais informados sobre os acontecimentos, como também permitir-lhes que se expressem através da própria rádio.

No contexto da renovação que as rádios locais trouxeram para o debate público através de uma comunicação de proximidade, é importante considerar a autonomia da criação de uma agenda pública específica que seja capaz de refletir o quotidiano das comunidades e, nesse sentido, a dimensão de proximidade associada às rádios locais é vista também através de uma lógica distinta de interpretação da realidade face aos média globais. Os princípios nos quais se fundam as rádios locais apontam para a criação de um discurso alternativo aos média nacionais ou internacionais, uma vez que procuram salientar as especificidades locais das comunidades. A rádio local, na sua dimensão de proximidade, consubstancia-se na adoção de modelos e práticas que vão ao encontro das comunidades às quais se dirigem, seja do ponto de vista da programação, da informação e até do modelo de negócio.

É nas comunidades locais que se geram processos alternativos de construção social da realidade que emergem a partir da partilha de valores comuns entre os indivíduos quando as temáticas são enquadradas em referenciais conhecidos e partilhados por toda a comunidade. A rádio local está comprometida com o lugar e o território tomando como referência a comunidade local e permitindo-lhe estar informada acerca dela mesma (Hendy, 2000:195).

No local, ocorre “a produção de significado e identidade: a minha vizinhança, a minha comunidade, a minha cidade, a minha escola, a minha árvore, o meu rio, a minha praia, a minha capela, a minha paz, o meu ambiente” (Castells, 2003:74). O local gera uma identidade que nasce a partir da partilha de interesses comuns e de uma maneira própria de relacionamento (Garcia, 2012:262) e nesse contexto, as rádios locais são importantes atores ao disponibilizarem espaço para esse confronto discursivo.

O movimento pela liberalização da rádio na Europa potenciou estas características do local através de processos de comunicação que desempenharam uma função social que se sintetiza por favorecer uma renovação da vida e das iniciativas locais (Flichy, 1981). A rádio local, segundo esta perspectiva, permite à comunidade conhecer-se melhor e contribuiu para dar lugar a um novo conceito



e a uma forma nova de entender o mundo a partir do mundo municipal (Dominguez, 1997:220-221).

Em termos práticos, a rádio local olhará para as tradições de uma comunidade, para a sua cultura, para os seus aspetos identitários e contribuirá para preservar uma memória coletiva. Estará, nesse sentido, atenta aos campos da política local, da sociedade, do desporto, da educação, do património. É, aquilo a que o Ofcom, o regulador da comunicação britânico, chamou de micro-informação local (Ofcom, 2011), só possível num ambiente de especialização geográfica (Nosty, 1997) que coloca os jornalistas e restantes profissionais das rádios locais num patamar de um “significativo grau de conhecimento” (Hood, 2010: 153) sem o qual o modelo de proximidade dificilmente consegue sobreviver. Esta ideia convoca a rádio local para o nível da comunicação “especializada dentro de uma conceção generalista” (Herrerros, 2001:146). Trata-se de uma especialização territorial e não temática, mas que se efetiva, justamente, no conhecimento que os seus atores possuem do espaço geográfico e daquilo que o compõe.

A dimensão de proximidade das rádios locais quer dizer que fornecem um “ganho social” às comunidades porque são veículos de informação, acesso e a elas prestam contas (Ofcom, 2011:4). Assim, não será de estranhar que o estudo do regulador britânico para a comunicação tenha determinado que os ouvintes de rádios locais sentem fortes laços de afetividade para com a sua emissora, devido, justamente, ao sentimento de proximidade e de pertença que possuem em relação às rádios locais (Ofcom, 2011:16).

A ideia de proximidade está, por isso, intimamente relacionada com o próprio conceito de rádio local, desde o seu surgimento. Foi, aliás, este um dos principais argumentos que os impulsionadores das rádios locais em Portugal utilizaram para ver aprovada uma lei que liberalizasse o setor.

Mas, a dimensão de proximidade das rádios locais está também muito presente no século XXI. O desafio que agora se coloca já não é o de procurar argumentar com vista à legalização das rádios locais. O desafio coloca-se em encontrar modelos que permitam uma sobrevivência das emissoras locais num mundo cada vez mais global. A ideia de território ganha outros contornos. Para uma rádio de proximidade, abrem-se novas perspetivas que não se limitam ao território físico, mas que vão para além dele. A proximidade para as rádios locais é agora vista como um espaço que pode ou não ser físico, mas que convoca afetos, cultura, origens e identidade. As rádios locais tornaram-se globais (Starkey, 2011) por via da sua presença na Internet e, deste modo, atingem hoje um público que vai muito para além daquele que escuta a rádio na área geográfica de cobertura da emissão hertziana. A rádio local através da Internet chega a comunidades ori-

ginárias do espaço físico da rádio, mas que não se encontram nele. São comunidades de ouvintes residentes fora do país ou noutras regiões sem acesso à rádio hertziana, mas que continuam vinculadas ao local e às suas raízes. As rádios locais têm aqui um papel importante na criação de um espaço mediático que represente o ponto de encontro entre estas gentes, promovendo, como sempre, a sua cultura, o património, a política, o desporto. Mesmo num mundo global, *desterritorializado*, a rádio local procurará a sua dimensão de proximidade como espaço de afirmação no contexto global dos média.

## **1.2. A DIMENSÃO ALTERNATIVA**

Não obstante as particularidades que conduziram ao surgimento das rádios locais nos diferentes países europeus, há um denominador comum que está relacionado com a rutura que provocaram nos sistemas mediáticos nacionais.

A radiodifusão local é potenciada pela intenção de quebrar com o monopólio dos Estados que, com algumas exceções, dominam o setor dos média nas décadas de 60 e 70 na Europa. Em virtude desse centralismo, os conteúdos emitidos acabavam por privilegiar determinadas temáticas e vozes, marginalizando outras. Algumas das primeiras iniciativas de rádios piratas na Europa têm na sua génese um cariz de confronto com esse centralismo e procuram, por esse motivo, gerar um movimento que conduza a uma abertura do setor dos média e da rádio em particular.

A dimensão alternativa das rádios locais é, assim, explicada pelo seu discurso de rutura com os sistemas mediáticos que criou modelos alternativos de comunicação capazes de mudar, transformar e alterar a ordem das coisas existentes (Escudero, 1998: 49).

Identificamos no movimento das rádios locais na Europa cinco fatores que nos ajudam a perceber melhor a sua dimensão alternativa.

1) *Acessibilidade*. As rádios locais criaram um sistema de comunicação no qual a palavra é dada a vários grupos, organizados ou não, com o objetivo de se fazerem ouvir nos média. É uma prática de afirmação do fenómeno quando este está no seu início, mas que se tem vindo a perder com a profissionalização das organizações radiofónicas que começam a visar mais o lucro, na medida em que são empresas, e acabam por se fechar à participação exterior, preocupando-se mais em adotar modelos de programação testados e que garantam sucesso. Mas, esta questão da acessibilidade foi um argumento muito importante nos primeiros anos das rádios

locais e que levou Umberto Eco (1981) a inserir o movimento das rádios livres numa nova era na liberdade de expressão baseada na palavra direta e de livre acesso. Esta perspetiva, olhava a rádio local como um espaço permanentemente aberto à livre participação de todos os que o entendessem fazer. A Rádio Alice, da qual falaremos adiante é, talvez, um dos melhores exemplos desta liberdade de acesso aos microfones, quase sem regras ou normas. É muito devido a este fator, que o movimento da liberalização das ondas de rádio na Europa pode ser apelidado de rádios livres, menos preocupadas com o localismo, e mais assertivas em relação ao discurso livre produzido por muitos. A ideia de uma rádio de liberdade, sem amarras dos poderes político ou económico, motivou muitos dos promotores das rádios piratas.

2) *Representatividade*. O movimento pela liberalização do setor da rádio na Europa foi um palco privilegiado para o surgimento no espaço mediático de uma diversidade de discursos de cariz social, político e cultural. Em países como Espanha, França ou Itália, o movimento das rádios livres começou por estar associado a projetos que pretendiam marcar uma posição e/ou defender uma causa. Recorde-se a Ona Lliure que despertou as rádios livres em Espanha e que se tratava, no fundo, de um grupo que integrava ativistas em defesa da liberdade sexual, ambientalistas e feministas. Em França, o movimento das rádios livres começou por ficar conhecido como “rádios verdes” justamente por várias emissoras terem tido o apoio de grupos de ambientalistas. E, em Itália, o fenómeno conheceu iniciativas levadas a cabo por uma enorme diversidade de grupos sociais e políticos, como descreve Umberto Eco:

(...) há rádios de extrema esquerda, da nova esquerda, comunistas, socialistas, dos sindicatos e há-as no lado oposto do espectro político, tais como a emissora Comunione e Liberazione (movimento de direita católico) ou Rádio Universidad (vinculada ao partido neofascista MSI) (Eco, 1981:218).

As rádios locais contribuíram para alargar o campo da representatividade social através dos meios de comunicação social, servindo de *ágora* para a discussão de temáticas, elas próprias, afastadas dos média tutelados pelos Estados. Sob este ponto de vista, ao levar para o éter um discurso de rutura social, as emissoras locais representam um importante contributo para o pluralismo e a diversidade nos média.

3) *Estética*. As rádios locais introduziram novos registos na mensagem radiofónica, como resultado da entrada de outros atores no meio. A produção, a pos-

tura e, de um modo geral, o “fazer rádio” foi alterado como forma de afirmação de uma nova rádio não apenas pelo conteúdo, mas também pela forma.

Esses novos modelos começam logo pela linguagem que é utilizada. O registo mais estereotipado, de certo modo frio, deu lugar a uma linguagem corrente, do dia a dia e, por isso, utilizada por um maior número de falantes. Com as rádios piratas, a linguagem utilizada é mais “informal, espontânea, exequível e popular, todas as categorias positivas para a eficácia da mensagem” (Prado, 1981:251).

Umberto Eco (1981) vê nesta alteração do uso da linguagem um outro papel das rádios locais. Para o autor, esses novos registos trouxeram à tona a riqueza da língua na medida em que as emissoras locais acabaram com a uniformização da língua falada, sobretudo na rádio do Estado, substituindo-a pelas pronúncias locais. “O resultado é que os ouvintes estão surpreendidos. Os locutores que falam do mesmo modo que os habitantes, o seu povo ou da sua cidade, destroem-lhes a sensação de que a rádio é uma espécie de voz oficial” (Eco, 1981:220).

No contributo de Umberto Eco para a teoria das rádios locais é dada muita relevância à questão da linguagem. O autor fala de uma nova linguagem radiofónica que se parece com um psicodrama (1981:221-222). Segundo este psicodrama, as rádios livres vivem na lógica do imediato e do presente. É esse contacto permanente com o imediato que, segundo Eco, produz uma retórica específica. Diz o autor:

Os clichés mudam de uma emissora para outra. As rádios comerciais gostam de transmitir uma mescla repelente de espontaneidade «seudoproletaria», de jovialidade falsa empregue pelos animadores radiofónicos, e clichés tomados do repertório dos meios de comunicação social. Toda uma geração fala através das emissoras independentes, revelando ora a sua capacidade criativa, ora os lugares comuns de que foi invadida. (Eco, 1981: 221).

Importa detalhar o pensamento de Umberto Eco acerca do papel das rádios locais na criação de uma nova rádio, alternativa e com uma maior dose estética e de criatividade. Seguindo o pensamento do autor, são identificados quatro elementos do psicograma.

a) *Música “omnipresente e invasora”*. Significa que as rádios livres iniciaram uma programação constituída por estilos musicais de agrado dos ouvintes mais jovens e intercalada por pequenos espaços de palavra, fazendo com que essa mesma palavra falada passasse a ter momentos próprios em que pode ser ouvida.

b) *Locutor*. Passou a ser-lhe dado outro papel, distinto daquele que desempenhava nas rádios nacionais. Os locutores das rádios livres utilizam uma linguagem comum, corrente e sem preciosismos.

c) *Ouvintes*. Tem a ver com o hábito criado por estas emissoras de dar a palavra aos ouvintes, permitindo-lhes participar no discurso radiofónico.

d) “*Token-Reporter*”. Para Umberto Eco, esta é a mais interessante inovação que as rádios livres trouxeram ao cenário radiofónico. Trata-se, no fundo, da possibilidade dada aos ouvintes de participar de uma forma mais ativa no discurso da rádio, eventualmente, condicionando-o. Desde os colaboradores e voluntários “recrutados” na comunidade que fazem programas em estúdio, até à população que através de um telefone tem a possibilidade de ser um repórter “por um dia”, todos se enquadram neste quarto elemento do psicodrama definido por Umberto Eco. “Ao se produzir um acontecimento, o «token reporter» observa os factos, corre para a cabine telefónica mais próxima, telefona para a emissora e a sua comunicação é posta em emissão, pelo que automaticamente se converte num enviado especial”. (Eco, 1981: 222). Esta prática representou uma forma inovadora na interação entre ouvintes e meios de comunicação social. O discurso dos média passou, inevitavelmente, a ser menos tecnicista e mais próximo dos cidadãos.

A questão estética e criativa que determina uma nova forma de fazer rádio está também relacionada com a presença de outro grupo profissional na rádio e que alterou profundamente a forma de fazer programas. Os *disc-jockeys*, com um estilo vocacionado para a passagem ininterrupta de temas musicais tipo “hits do momento”, amarrou a rádio a uma forma moldada para o entretenimento, herdada da rádio norte-americana. Falamos de um estilo radiofónico dirigido para uma camada específica de ouvintes e adotando um figurino de programação em formato contínuo, ou seja, sem a tradicional grelha de programas de autor.

4) *Propriedade*. As rádios locais são a consequência prática do fim dos monopólios dos Estados neste setor dos média, com o surgimento de um vasto leque de novos proprietários de emissoras oriundos dos mais variados setores da sociedade. Para Patrice Flichy (1981:180-188), a questão da propriedade enaltece a linha alternativa destas rádios na medida em que é o resultado de um confronto com os meios de comunicação de massa e centralizados na figura do Estado.

Este cenário verifica-se, sobretudo, numa fase inicial do movimento das rádios livres na Europa, uma vez que passadas seis décadas desde o surgimento das primeiras experiências, a propriedade das rádios locais no espaço europeu

do século XXI mudou de forma radical. Se é bem verdade que já não se coloca o problema do centralismo dos Estados, não é menos verdade que as rádios locais detidas por empresas de pequena dimensão ou que tenham em mente a defesa de causas sociais, é diminuta. As rádios locais na Europa são hoje, em muitos casos, propriedade de grupos de comunicação que as transformaram em cadeias de emissão e adotaram modelos de programação padronizados que as afastam das comunidades de onde são originárias (Hood, 2010; Starkey, 2011). Para Thierry Lefebvre, a dependência económica das rádios locais alterou os seus princípios originais uma vez que uma rádio que depende do Estado ou da publicidade pode ser “legítima, essencial, apreciada, cidadão, cultural, comunitária, de proximidade, mas não será jamais livre” (Lefebvre, 2016:29).

5) *Programação.* A entrada na rádio de um vasto leque de novos atores alterou a programação das emissoras. O movimento pela liberalização da rádio na Europa trouxe para o éter um discurso alternativo facilmente perceptível na programação das rádios, já que se conseguiu “uma grande diversidade cultural e política; as emissoras comerciais que emitem música rock e anúncios coexistem com as emissoras politizadas” (Eco, 1981:216).

Esta nova lógica da programação radiofónica chegou às rádios quando estas se abriram às minorias e a grupos sociais que antes não estavam no espaço mediático. Ora, como vimos, as rádios livres abriram lugar à participação de grupos de ecologistas, homossexuais, feministas, entre outros, e isso gerou novos modelos de programação. É a interpretação, levada à prática, de uma rádio ao serviço de todos que contemplava a diversidade e pluralidade de vozes que acabaram por levar para o espaço hertziano um discurso diferente daquele que se ouvia nas rádios tuteladas pelo Estado.

Marco Gaido compara o que as rádios locais levaram para a programação ao processo de privatização da rádio nos Estados Unidos da América quando nessa altura a rádio estava dominada por programas de música clássica dirigidos, sobretudo, a ouvintes com uma média de idades superior a 30 anos. Na Europa, a situação não seria tão específica em termos musicais, mas verdade é que largos extratos da população se sentiam insatisfeitos com a programação das rádios de cobertura nacional. Desde logo, as minorias sociais, políticas e ideológicas que as conduziu à criação de rádios livres na Europa. É sobre esta perspetiva que a programação das rádios locais veio a caracterizar-se por uma diversidade nos domínios cultural e político com a introdução de programas nos quais se passou a ouvir jazz, música underground e abrindo espaços para “poetas malditos” (Gaido,

1981: 161). A Radio Caroline, da qual falaremos no capítulo seguinte, é disto um dos melhores exemplos.

### **I.3. A DIMENSÃO DEMOCRÁTICA**

O movimento que conduziu à liberalização do setor da rádio na Europa é a face visível do fim de regimes de ditadura na Europa e a conquista da democracia. Não seria de esperar que, debaixo de sistemas autoritários, surgissem centenas de pequenas emissoras dando voz a grupos sociais e políticos das mais variadas origens e campos ideológicos. Por isso, a dimensão democrática das rádios locais é, desde logo, evidente tendo em conta o ambiente social e político no qual emergiram. Os casos português e espanhol são dois excelentes exemplos disso mesmo, pois o movimento pela liberalização das emissoras locais surge após o fim dos regimes de ditadura (Alboredas & Bonet, 2013).

No entanto, o simples facto de o terreno político ser favorável ao aparecimento de rádios locais não significou de imediato que elas tivessem existência, pelo menos do ponto de vista legal. A Europa dos anos 60 e seguintes do século passado assistiu a um cenário caracterizado pelo aparecimento de rádios piratas que emitiam de modo ilegal e que veiculavam um discurso distante daquele que os média, e a rádio em particular, possuíam. Mesmo em ambiente democrático, foi preciso encetar uma luta pela legalização destas rádios.

A dimensão democrática da radiodifusão local é justificada pela presença dos seguintes argumentos.

1 - *Âncora da democracia.* O movimento da liberalização da rádio está ancorado na própria democracia. Por um lado, é a consequência dela. As rádios locais (ainda no tempo das piratas) começam a aparecer, como dissemos, como uma consequência do fim de alguns regimes autoritários (Portugal e Espanha são disso exemplo). Mas, aparecem também como atores importantes de conflito com o próprio poder, ao desafiarem-no e pressionando-o no sentido da alteração legislativa que potenciasses modificações no sistema mediático, abrindo-o a mais protagonistas. As rádios livres desempenharam esse papel de modo bastante óbvio, sobretudo se olharmos para os casos francês, inglês ou italiano, por exemplo. Por outro lado, os modelos adotados contribuíram para consolidar os processos democráticos, na medida em que as rádios livres/locais são a expressão de uma representação social, cultural e política nos meios de comunicação. As rádios locais assumiram-se desde o início como espaços onde ocorrem processos de discussão pública em

virtude da pluralidade de vozes e diversidade temática, gerando formas distintas de observação do real e assumiram-se como um espaço para a “parole libérée” (Lefebvre & Poulin, 2016). Ao abrir-se ao aparecimento de um conjunto de vozes que não tinham visibilidade nos média, ajudaram a consolidar essa democracia.

2 - *Técnica*. Para se entender a dimensão democrática das rádios locais, é preciso recuar àquilo que caracteriza a própria rádio enquanto meio de comunicação. O dispositivo radiofónico facilmente acessível, de baixo custo quando comparado com a televisão, por exemplo, quer para a produção, quer para a receção, confere à rádio um grau de penetração junto das populações que a favorece em determinadas circunstâncias. É bom lembrar o papel da rádio durante processos que conduziram ou ajudaram à consolidação da democracia como o 25 de abril de 1974, em Portugal. A própria linguagem, mais direta e oralizada e que é potenciada pelas características técnicas do meio radiofónico, ajuda a chegar mais facilmente a um maior número de pessoas.

Estas características da rádio enquanto meio de comunicação conferem-lhe uma espécie de *aura da democracia* que nos remete para a existência de uma comunicação bidirecional consubstanciada na possibilidade dos ouvintes serem recetores e produtores de informação. Desde o seu aparecimento, que a rádio tem sido apontada como o meio de comunicação cujas características facilitam a existência de uma vertente democrática. O seu imediatismo, espontaneidade e relação quase perfeita entre técnica e sociabilidade, fazem da rádio um meio de comunicação privilegiado para a produção de discursos da mais variada índole. As rádios locais beberam destas características gerais do meio radiofónico e potenciaram-nas ao máximo.

A rádio, por ser mais acessível financeiramente, permitiu a criação de projetos de iniciativa de pequenas empresas, algumas delas familiares, conduzindo ao aparecimento de “rádios comunitárias e de bairro, piratas, livres e várias formas de rádio clandestina” (Hendy, 2000:196). Por esse motivo, esse espaço de liberdade nasce especificamente no meio radiofónico e não noutra qualquer, e isso tem a ver com as especificidades da rádio enquanto dispositivo de comunicação porque “uma parte significativa da técnica depende da invenção e do bricolage dos seus promotores” (Guattari, 1981: 232). A apropriação coletiva da rádio é muito devida às características técnicas, não apenas através da participação nos conteúdos, mas também da propriedade, e isso ajuda-nos a compreender o cenário democrático e de liberdade que a rádio ajudou a consolidar.

Esta ideia de a rádio resultar tecnicamente de processos mais ágeis e simplificados quando comparada com a televisão, contribuiu para fazer renascer um



novo espaço democrático, por oposição aos sistemas hiperconcentrados e, como tal, controlados pelas grandes estruturas, do Estado ou do mercado. A simplicidade da técnica gerou uma nova direção da comunicação social, pois as rádios locais permitiram a apropriação coletiva dos *mass media*, algo que os grandes sistemas de comunicação nunca poderiam fazer (Guattari, 1981).

A técnica possibilitou o acesso massificado ao meio rádio, já que com poucos meios ou conhecimentos foram criadas estações de rádio e, uma vez criadas, permitiu que com facilidade os ouvintes participassem na emissão radiofónica.

3 - *Pluralismo* - Felix Guattari considera estar-se perante um novo tipo de democracia direta com o aparecimento das rádios locais. Contribui para esta conceção o facto de terem colocado no espaço público mediatizado a palavra do ouvinte e da população, ao contrário daquilo que acontecia com as emissoras nacionais, mais fechadas sobre si mesmas, como explica Guattari:

A língua dos meios de comunicação oficiais está decalcada das línguas civilizadas dos medios dirigentes e das universidades; tudo remete, com ela, para um corte fundamental entre o dizer e o fazer. Os únicos que têm direito a fazer são os donos de esta espécie de dizer (Guattari, 1981:234).

Guy Starkey enfatiza o carácter de abertura e de inclusão de camadas da população no espaço mediático e o facto de isso ter sido conseguido com o movimento das rádios livres na Europa.

Meios de comunicação de pequena escala controlados pelos cidadãos locais podem dar voz às minorias e às maiorias, dar poder aos grupos e indivíduos que, de outro modo, seriam marginalizados por grandes corporações de média e emissoras nacionais. Os média locais têm o potencial de unir as comunidades através das suas características comuns e de aumentar as expectativas de acesso entre os indivíduos em relação às estruturas e processos democráticos locais e regionais. (Starkey, 2011: 158)

A questão da representação social é um forte argumento para se compreender a dimensão democrática das rádios locais. As populações tiveram um papel ativo na dinâmica do movimento pela liberalização da rádio, desde logo através da sua participação, na maior parte das vezes em regime de voluntariado e levada a cabo por grupos de cidadãos empenhados em incorporar-se de maneira ativa na construção democrática (Escudero, 1998: 23-25). A vertente popular e espontânea do

movimento das rádios livres em toda a Europa determinou a sua componente de democratização de acesso aos meios de comunicação social.

A questão da expressão de grupos sociais, que com as rádios locais dispensam as velhas formas de representatividade no acesso ao espaço público é, aliás, um dos aspetos mais focados quando se caracteriza as alterações que as rádios locais, (e de certa forma todos os meios de comunicação social locais ou regionais) implementaram no dispositivo mediático.

É neste contexto que Juan Garcia Galindo (1998) invoca a existência de um meta-real. Ou seja, um real criado a partir da interpretação que os grupos dominantes fariam desse mesmo real e que como tal se reproduz a si mesmo. Como consequência, a realidade saída do discurso dos média não seria representativa de todos os grupos existentes na sociedade. Defende Galindo que os sistemas democráticos devem assentar, porque só assim se consolidam, na participação de todos os grupos sociais e não na hegemonia de um grupo dominante. Ora, os meios de comunicação social devem refletir essa mesma pluralidade de discursos e, particularmente, os média locais, como reforça o autor:

Parece necessário perante este panorama fomentar uma nova cultura da comunicação e da informação, como direito inalienável dos cidadãos. Potenciar, portanto, meios e formas alternativas da comunicação social, que entrem em conflito harmonioso com os meios tradicionais, nos quais os grupos sociais possam manifestar-se abertamente. (Galindo, 1998:293)

A criação de um discurso bidirecional nos média é, aliás, bastante invocado quando se fala de rádios locais ou regionais, essencialmente, por se tratarem de dispositivos que pela sua dimensão possibilitam aos cidadãos terem mais facilmente acesso a eles. Se esta foi uma prerrogativa da génese das rádios locais/livres na Europa, o cenário da segunda metade do século XXI coloca alguns problemas, considerando a adoção de modelos fechados por parte das rádios locais que começaram a ter como preocupação principal o sucesso comercial e nesse sentido a limitar, e muito, a participação livre e espontânea dos seus ouvintes.

4- *Direito à informação.* Trata-se de um direito dos cidadãos constitucionalmente consagrado em muitos países europeus e mundiais. É visto como um sinónimo da democracia, pois possibilita a todos terem acesso à informação e, deste modo, adquirirem conhecimento para melhor se auto-governarem (Kovach e Rosenstiel, 2004:15). Não é possível conceber um espaço democrático sem que se possa ter direito à informação e a ser informado sobre aquilo que interfere com a nossa vida enquanto cidadãos. As rádios locais deram um importante con-

tributo para a efetivação desse direito, sobretudo ao proporcionarem o acesso a informações que antes raramente tinham lugar na rádio. A difusão de questões relacionadas com a comunidade através da prática de um jornalismo de proximidade é, sem dúvida, um importante marco que as rádios locais trouxeram para o espaço público e que ajudam a consolidar a democracia.



## CAPÍTULO II

# A LIBERALIZAÇÃO DA RÁDIO NA EUROPA

*Abruptamente, às 10.25 a música parou. Vieram três batidas de tambor – um momento de silêncio e depois a notícia da morte de Adolf Hitler.*

*(Daily Mail, 1945, 2 de maio. 90 Minutes of radio Suspense. Daily Mail.)*

### II.1. A INSPIRAÇÃO EUROPEIA

O aparecimento das rádios livres e locais na Europa está relacionado com os diferentes contextos sociais, políticos e culturais dos países onde o processo teve lugar, no entanto, é possível observar um conjunto de traços comuns aos diferentes movimentos.

Desde logo, verificamos a existência da posição dominante dos Estados no setor da comunicação radiofónica que detinham, na altura em que as rádios piratas começaram a surgir na Europa do final dos anos 50 princípio da década de 60, as principais estações de rádio.

O segundo traço comum está relacionado com a inexistência de um quadro legal que previsse a existência de rádios locais ou livres. Por esse motivo, floresceram iniciativas de rádios piratas um pouco por toda a Europa que, naturalmente, emitiam sem permissão tendo conduzido a vários encerramentos forçados por parte das autoridades. A emissão clandestina de rádio teve especificidades em cada país, mas foi prática frequente, por exemplo, a transmissão de rádio a partir de barcos, como são os casos da Radio Caroline (Reino Unido) ou da Radio Merkur (Dinamarca). Os processos que conduziram à legalização da radiodifusão local na Europa foram também eles condicionados pela vontade política e sujeitos a frequentes avanços e recuos em função da alternância das diferentes forças políticas.

Em terceiro lugar, é de salientar o carácter ideológico muito marcado de um grande número de rádios livres. Fosse no capítulo social, político ou ambiental é evidente o aparecimento de vários projetos que nasceram por iniciativa de grupos de interesses. Um dos casos mais paradigmáticos é o italiano onde, primeiro a direita e depois a esquerda, assumiram grande protagonismo dentro do chamado “Movimento”, nome dado às rádios que apareceram em Itália com propósitos de intervenção política e social. Neste capítulo, o caso espanhol é também interessante com a criação em Barcelona da chamada Ona Lliure (Onda Livre) um movimento que agregava debaixo do mesmo objetivo – criar rádios livres em Espanha – grupos de homossexuais, lésbicas, ecologistas, objetores de consciência e feministas, para além de estudantes de Ciências da Informação, professores e especialistas na área da electrónica. Em França, foram também questões políticas e sociais que estiveram na base da criação de rádios livres. A Rádio Verte Fessenheim era apoiada por movimentos de ecologistas. Não foi o único caso e, por isso, o movimento em França ficou conhecido como “Rádios Verdes”.

A quarta linha transversal é o carácter eminentemente popular de que se revestiram muitos dos projetos na Europa e que se caracterizou pelo acesso ao discurso mediático de grande parte da população que antes não tinha essa possibilidade. Igualmente, muitas rádios livres apareceram por iniciativa de grupos de pessoas sem outras motivações que não fosse fazer rádio. De facto, estas emissoras apareceram, em muitos casos, como o resultado de iniciativas individuais ou de pequenos grupos oriundos das comunidades e com as mais diversas ocupações: desde electricistas a teóricos da comunicação (Cazenave, 1980).

Numa tentativa de caracterizar o movimento europeu de rádios livres, olhando em particular para o exemplo francês, François Cazenave (1980: 83-87) sugeriu três tipos de rádios:

- 1) Rádios porte-parole das lutas sociais: as rádios ligadas a grupos de indivíduos com determinados interesses, desde a luta dos homossexuais, dos emigrantes ou dos ecologistas. Tratam-se de emissoras que nasceram por ocasião de uma luta social e que normalmente estão agregadas a grupos organizados (como os sindicatos).
- 2) Rádios porte-parole de lutas políticas: São, segundo o autor, “as mais numerosas”. Cazenave adverte que se tratam de estações que podem ter uma vida efémera e que isso torna difícil determinar com exatidão o seu número, a sua audiência e a duração das suas emissões. Dentro deste grupo, o autor situa as rádios que surgiram no âmbito de lutas estudantis, particularmente em França, e ligadas a grupos de defesa ambiental. Nesta classificação, Cazenave inclui as estações ligadas a movimentos feministas e homossexuais. Em

França surgiram ainda rádios eleitorais, que apareceram em 1979 aquando das eleições para o Parlamento Europeu.

3) Rádio pela rádio. E por prazer: Esta terceira categoria engloba, segundo Cazenave, todas as emissoras que se dedicam quase em exclusivo a passar música. Aparentemente, nada move os criadores destas rádios a não ser o prazer de fazer mais uma rádio. O conteúdo da sua programação é ocupado cem por cento por música. Seja ela jazz, pop ou outro estilo musical. O que interessa verdadeiramente é passar música, de quando em vez, intercalada com intervenções do animador, estilo *disc-jockey*.

A propriedade das rádios livres surgidas na Europa é também relevante para se perceber o fenómeno. De uma fase dominante do Estado, passou-se para um regime aberto onde proliferam cada vez mais as emissoras, pequenas e grandes, pertencentes a grupos privados de comunicação social. Marco Gaido (1981: 159) identifica três formas de gestão dos meios de comunicação social locais: Livre; Misto, que conjuga o privado e o estatal e o Monopolista, centralizado na figura do Estado.

Seguindo esta perspectiva, a maior parte dos países europeus vive com o sistema Misto e é nele que se enquadram os cenários de comunicação social regional ou local, pois encontramos rádios livres de gestão privada e outras de gestão pública.

O caso espanhol oferece-nos também o exemplo das rádios municipais. Tratam-se de rádios que dependem exclusivamente da Administração Local, estando a sua gestão e órgãos da direção ligados a uma autoridade municipal emanada diretamente da vontade popular (Escudero, 1995:21). De acordo com a legislação espanhola, a concessão destas rádios pode ser adstrita à própria entidade local, a um organismo local ou a uma empresa cujo capital social pertença maioritariamente a uma entidade local.

Estas rádios entroncam num conceito de radiodifusão “como um serviço público, tal como uma biblioteca, como equipamento comunitário ao alcance de todos, sem distinção de ideologias, nem de etnias, catalizadoras, autónomas” (Escudero, 1998:21).

A diversidade de modelos de propriedade das rádios locais na Europa prossegue no período pós-legalização quando começam a aparecer os grupos de comunicação interessados em adquirir emissoras locais. Este modelo caracteriza-se pelo facto de a empresa proprietária da rádio se encontrar fora da comunidade local desempenhando uma função de “rádio-mãe” que tem vários filhos (Pérez, 1994). Os legítimos, que são as emissoras locais propriedade da “rádio-mãe”. Os

adotados, ou seja as emissoras que são geridas através de contratos de associação e finalmente uma última categoria em que a “rádio-mãe” desempenha a função de *baby-sitter*, quer isto dizer que utiliza a antena da emissora local para emitir programas durante determinados períodos da programação (Pérez, 1994).

Trata-se de um modelo que se tem generalizado desde que as rádios locais passaram a estar na mira das grandes empresas de comunicação social e que tem merecido algumas críticas, não apenas no contexto Europeu. Lee Hood (2010) apelida este modelo de *outsourcing*, ou seja uma prática que significa que a programação da rádio é emitida a partir da ‘rádio mãe’, mesmo que esta esteja a vários quilómetros de distância. O problema desta prática, sublinha Hood, é que os conteúdos são, na maior parte dos casos, destituídos do seu carácter de proximidade podendo conduzir a um afastamento da comunidade, razão de ser da existência das rádios locais.

## II.2. AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS NA EUROPA

Foi no final da década de 60 que o movimento pela liberalização das ondas conheceu o seu apogeu na maior parte dos países da Europa. Contudo, os primeiros passos foram dados em 1958 pela Radio Merkur FM que emitia a partir de um barco ao largo de Copenhaga, na Dinamarca. Nos anos que se seguiram, o fenómeno alastrou-se à maior parte dos países da Europa ocidental. Ocorreram experiências na Suécia com o início das emissões da rádio Nord, perto de Estocolmo. Em 1964 a rádio Veronique na Holanda e as rádios Caroline e Atlanta na Grã-Bretanha marcam o aparecimento das emissoras piratas naqueles territórios. Merece destaque a Rádio Caroline que abriu o caminho para o aparecimento de rádios livres em Inglaterra emitindo a partir de um barco uma programação inovadora para o cenário radiofónico britânico, já que foi a “primeira a oferecer à maioria do público britânico uma estação que passava música ao longo de todo o dia” (Starkey, 2011: 161). A rádio pública britânica, a BBC, apercebendo-se da força das rádios piratas reagiu ao sucesso que estas haviam conseguido criando uma emissora totalmente vocacionada para música Pop e várias emissoras locais, ao ponto de em 1970 já existirem vinte, ao mesmo tempo que o governo britânico proibia a emissão das rádios piratas.

Três anos mais tarde, o parlamento britânico promulgou uma normativa que permitia a co-existência de rádios do Estado e comerciais. Nessa demonstração de abertura, apareceram várias emissoras locais em localidades como Manchester, Londres ou Plymouth. Semelhante atitude foi tomada em 1975 pelo governo



sueco que permitiu a criação de 24 rádios locais naquele país nórdico. O fenómeno das rádios livres atingiu também países como a Bélgica, a então Jugoslávia e a Alemanha entre outros onde os cenários verificados foram idênticos aos registados no resto da Europa.

Em França, vivia-se um monopólio estatal da comunicação radiofónica, mas isso não impediu que algumas emissoras emitissem para o território francês a partir de Estados vizinhos (Cheval, 2009). Estas rádios beneficiavam de uma tolerância do Estado francês e ficaram conhecidas como rádios periféricas. São os casos da Rádio Luxemburg, Rádio Monaco, Sud Radio e Rádio Europa 1, todas estações comerciais com emissores em países fronteiriços com a França. A experiência das rádios periféricas representou uma espécie de laboratório da palavra e levou a França a descobrir “a improvisação e o non-sense” (Lefebvre, 2016:33).

O caso francês ficou também marcado por vários movimentos reivindicativos de cariz social. O Maio de 68 não viu nascer rádios livres, mas foi o espaço para o aparecimento de várias pequenas emissoras que emitiam para as universidades e que misturavam música com contestação estudantil. São os exemplos da Rádio Sorbonne, da Rádio-Campus de Lille e da Rádio-Entonnoir da Universidade de Jussieu de Paris. Estes exemplos servem para ilustrar o carácter militante de que se revestiu o início do fenómeno das rádios livres em França, muito menos vocacionado para o localismo (Cazenave, 1980).

Na segunda metade da década de 70, assiste-se a um movimento de criação de rádios livres, quase todas por iniciativa de grupos políticos e culturais alternativos. Em junho de 1977, é criada a Rádio Verte Fessenheim que nasceu apoiada por ambientalistas no contexto das primeiras grandes manifestações ecologistas e de greves de fome coletivas (Lefebvre, 2016:36). A quantidade de rádios ecologistas que apareceram em França, acabou por colar o movimento francês à designação de “rádios verdes”. Mas, surgiram também emissoras com o propósito de tratar as problemáticas locais como o Canal 93 e Rádio Abesse- Écho.

O processo de legalização foi igualmente conturbado e ao qual não é alheio o cenário de alternância política verificado no país. Em 1978, a vitória da direita francesa criou um novo processo repressivo contra as rádios livres e é aprovada a lei Lecat que previa a multa de 100 mil francos e um ano de prisão para quem utilizasse ilegalmente as ondas de rádio. Apesar das medidas repressivas, as rádios livres não deixaram de emitir, embora o fizessem clandestinamente. A Rádio Verte Fessenheim gozava então de uma espécie de regime de exceção devido à sua grande implantação social. Mesmo assim, só podia emitir às quartas e domingos. Só em 1982 o governo socialista francês concedeu as primeiras

22 frequências. O caso francês dá-nos também as rádios associativas, emissoras criadas com o propósito de fornecer um meio de informação de proximidade para as comunidades regionais e imigrantes. São rádios criadas pelo local para o local (Ricaud, 2016:147).

O caso italiano é considerado por muitos autores como o berço das rádios livres (Cazenave, 1980) pelo facto de ter sido em Itália que o fenómeno ganhou maiores proporções no contexto europeu, sobretudo pelo número de emissoras existentes, que chegou a atingir as duas mil. Em localidades como Nápoles, chegaram a emitir em simultâneo 250 rádios livres, o que numa largura de banda de 88 a 104 Mhz provocou um autêntico caos, daí a designação de “cacofonia à italiana”.

As rádios Emmanuel-d’ Ancône, Milano-Internacional e Rádio Parma terão sido, em 1975, as primeiras emissoras piratas a emitir em Itália. Mas, a estas, seguiu-se um sem-número de pequenas rádios espalhadas pelo país e que atingiram rapidamente um grande sucesso junto da população. Em 1979, 21 por cento dos italianos declarava que ouvia quotidianamente as rádios livres.

Tal como no resto da Europa, a iniciativa de criação de rádios livres em Itália pertenceu a diversas camadas da sociedade, incluindo partidos políticos e grupos sociais. Miquel Rodrigo e Xavier Ruiz-Collantes identificam três tipos de rádios livres em Itália. Rádios comerciais, que pretendiam constituir-se como empresas privadas, rádios designadas como “radioaficionados” onde se incluem emissoras que correspondem a iniciativas individuais e com pouca relevância económica e política. E por fim, as rádios pertencentes ao “Movimento” que agregava emissoras pertencentes à extrema esquerda e a vários grupos como homossexuais, feministas ou objetores de consciência (Rodrigo&Ruiz-Collantes, 1981:271).

O monopólio da RAI no setor radiofónico em Itália só começa a ser questionado no final dos anos 60, principalmente pelos sindicatos, partidos de esquerda e grupos privados, que acusavam a rádio estatal de não ser imparcial na informação acerca de conflitos sociais. Contudo, o governo decide prolongar o monopólio até 1974. Um ano mais tarde, no dia 14 de abril, o controlo da emissora do Estado passa do Governo para o Parlamento e segue-se uma reestruturação da RAI.

Os primeiros anos de emissão das rádios livres em Itália caracterizaram-se por um clima de tolerância, especialmente com as comerciais, ao mesmo tempo que era aprofundada a repressão contra as que defendiam um modelo político alternativo. Em 1976, o Tribunal Constitucional, reconhecendo a importância das emissoras locais, sentencia a liberalização das emissoras de rádio em FM. Segue-se um período em que as principais forças políticas tentam ganhar protagonismo nessas rádios.

Continuava a não haver uma lei para as rádios livres e no final de 1976, a Federazione di Radio Emissioni Democratiche apresentou um ante-projeto de regulamentação das rádios locais. Em março de 1977 são encerradas três emissoras importantes: Rádio Popolare 99, de Parma, Rádio Anadio e Rádio Alice de Bolonha. Pouco tempo depois, o Governo italiano pretendia encerrar todas as emissoras de Roma, uma iniciativa só impedida pelo ministro do Interior Francesco Cossiga. Foi na sequência da intervenção deste governante que se começou a pensar em encontrar uma solução para o problema. Em 1978, e depois de se ter tornado evidente o sucesso das emissoras piratas, é apresentado um projeto de lei para a regularização das rádios livres em Itália.

No meio da enorme confusão de ondas provocada pelo exorbitante número de emissoras livres surgidas em Itália, emerge uma rádio livre que se caracteriza pela irreverência e discurso que manteve nos quase dois anos em que esteve no ar. A Rádio Alice começou a emitir para o município de Bolonha em finais de janeiro de 1976 no seio de um grupo de intelectuais denominado A/Travesso. A sua postura assumidamente de confrontação com os valores instituídos, começou a perceber-se logo na sua primeira emissão quando se leu o seguinte: “Radio Alice emite: música, notícias, jardins em flor, conversas que não vêm ao caso, inventos, descobrimentos, receitas, horóscopos, filtros mágicos, amor, partes de guerra, fotografias, mensagens, massagens e mentiras” (Eco, 1981:223).

Tratava-se de uma rádio diferente das outras e por isso constituiu uma espécie de paradigma da rutura social e política que as rádios livres poderiam levar a cabo no plano comunicacional. Maria-Antonietta Macchiocchi referia-se assim ao A de Alice: “Primeira letra de um novo alfabeto, que é o dos que começam a gritar, a comunicar, a contar-se a si mesmos sem terem de ser pertença prévia de nenhuma responsabilidade” (Macchiocchi, s/d:46).

A Rádio Alice pretendia, acima de tudo, constituir-se como uma emissora que privilegiasse um discurso alternativo, consubstanciado numa linguagem também alternativa face a um modelo institucional que vigorava na maior parte das emissoras italianas. A sua programação era, como notou Umberto Eco (1981), um conjunto de citações literárias, música clássica, canções políticas e reportagens em direto de acontecimentos diversos, como ocupações de locais e manifestações.

Foi este discurso de confrontação relevando temas outrora esquecidos e que não tinham lugar nas ondas da rádio, que fez da Rádio Alice uma emissora na qual se cultivou o absurdo como estratégia de denúncia, particularmente de questões sociais, ligadas, na maior parte dos casos, a grupos oprimidos. Alice significava para muitos a representação simbólica de um absurdo que deveria vir à super-

fície no país das maravilhas, numa clara alusão à obra de Lewis Carroll, Alice no País das Maravilhas.

Mas, foi também este discurso que atribuiu à Rádio Alice uma conotação política, ligada à extrema esquerda. Para Macchiocchi, a Rádio Alice significou o início de uma forma de fazer informação: a informação. Queria a autora dizer que se tratava de uma informação que pretendia, mais que polemizar questões, levar à ação numa espécie de jornalismo de missão, que estava, contudo, longe dos parâmetros de imparcialidade que os jornalistas cultivam.

Em 1977, a Rádio Alice viria a ser encerrada pela polícia como consequência de uma cobertura feita pela rádio de uma manifestação de estudantes em Bolonha. Como era normal, a Rádio Alice fez a reportagem em direto, recorrendo a pessoas exteriores à emissora. Neste caso, a um caricaturista italiano que do seu atelier conseguia ver as escaramuças entre estudantes e polícia. As informações eram de tal forma precisas sobre as movimentações policiais que, quem ouvisse a Rádio Alice, poderia escapar ou confrontar-se com a polícia. A Rádio Alice foi acusada de ter instigado os manifestantes à perturbação da ordem pública. No dia 12 de março, a polícia acabaria por encerrar a Rádio Alice, com o aval das autoridades municipais de Bolonha que a consideraram uma ameaça intolerável.

Muito diferente é o caso espanhol e talvez o mais parecido com o português, já que foi também o fim de um período de ditadura que ditou o início da luta pela liberalização das ondas (Alboredas & Bonet, 2013). Em Espanha, o exercício da radiodifusão esteve sempre centralizado no Estado, protegido por leis que favoreciam um cenário de monopólio.

Tratava-se, como descreve Emili Prado, de uma rádio que “entretinha embrutecendo” (1981:238) referindo-se à programação na qual sobressaíam programas com música comercial e consultórios para o auditório feminino. O governo espanhol acabaria por abrir algumas concessões à iniciativa privada, mas tratou-se de uma abertura limitada, uma vez que estas novas emissoras, que aceitaram sem reservas as regras do jogo, eram obrigadas a recorrer à Rádio Nacional de Espanha (RNE), que detinha a exclusividade da informação para transmitir os noticiários. Desta forma, a rádio tornava-se a porta-voz do governo. Este processo foi minimizado depois de 1960, quando o governo permitiu que as emissoras privadas emitissem noticiários de âmbito local.

Ora, foi precisamente a luta dos profissionais da rádio por uma informação isenta e rigorosa que esteve na base do fenómeno de rádios locais em Espanha. Com a morte de Franco, dá-se o “boom” da rádio em território espanhol. O primeiro passo foi dado em outubro de 1977 com a liberalização da informação radiofónica. Nessa altura, as cadeias privadas passaram a ter liberdade para fazer

os seus próprios noticiários sem a obrigação de recorrer à RNE. Mas, a liberalização das ondas em Espanha teve também argumentos de ordem política e técnica, nomeadamente pela necessidade de acatar os acordos internacionais de distribuição de frequências, uma medida essencial para Espanha, envolvida que estava no processo de integração europeia.

É neste contexto que aparecem por todo o país no final da década de 70, princípio de 80, várias emissoras livres. O processo começou na Catalunha quando um grupo constituído por estudantes de ciências da informação, ecologistas, homossexuais, feministas entre outros, criou um movimento designado por Ona Lliure (Onda Livre) que, mais que criar uma rádio livre, pretendia iniciar um movimento pela liberalização das rádios livres em Espanha.

Lia-se num comunicado da Ona Lliure:

Entendemos como objetivo prioritário da rádio livre a de dar a palavra às pessoas, ou seja, a todos aqueles que nunca têm a oportunidade de expressar-se através de um meio para se comunicar, no seu verdadeiro sentido, com os demais.

A primeira emissão da Ona Lliure foi para o ar no dia 4 de abril de 1979. Contudo, as suas emissões sofreram um revés, tal como todo o movimento, quando quinze dias mais tarde a Ona Lliure foi mandada encerrar pelo Ministério da Cultura espanhol. Tratou-se da primeira resposta governamental perante o florescimento do movimento, já que em seguida ocorreu um processo de repressão contra as emissoras livres, levado a cabo pela polícia e sem recurso aos tribunais, pois existia na lei espanhola um vazio legal. De qualquer forma, este modo de atuar do Governo espanhol valeu-lhe fortes críticas. Em junho de 1979 foi aprovado o Plano Técnico Transitório do Serviço Público de Radiodifusão Sonora em Ondas com Modulação de Frequência. Na prática tratou-se de um mecanismo legal feito à medida para impedir o desenvolvimento das rádios livres, uma vez que reserva para a titularidade do Estado o serviço de radiodifusão em FM. O governo passou então a decidir a quem seriam concedidas as frequências, favorecendo os grupos económicos e prejudicando a iniciativa daqueles que detinham menor poder financeiro, pois o decreto fixava os mínimos de programação e informação o que encarecia os projetos e, por isso, só estavam ao alcance de alguns. Com tal medida, ficaram de fora os grupos sociais que estiveram sempre marginalizados, favorecendo as grandes cadeias de rádio. A falta de legislação acabou por favorecer a ação do poder judicial, no desenvolvimento das rádios livres em Espanha, que entretanto, apesar de medidas contrárias, continuaram a aparecer um pouco por todo o país.

Espanha teve também a particularidade de ter criado emissoras municipais, também inspiradas pelo movimento iniciado pela Ona Lliure (Chaparro, 1995). Tratam-se de rádios locais públicas pertencentes aos «ayuntamientos» quanto ao financiamento, mas editorialmente autónomas e que têm como finalidade desempenhar um serviço público. Encontram fundamento legal na Lei do Regime de Bases Locales, promulgado em 2 de abril de 1985, no qual se estipula que as corporações locais devem ceder a informação local e as ferramentas necessárias para que os cidadãos tenham livremente acesso aos assuntos da sua comunidade.

As Emissoras Municipais (EM) aparecem depois das primeiras eleições municipais em 1979, quando regressa, após o franquismo, a consciência regional. Data do mesmo ano o registo da primeira EM em Espanha, que terá aparecido na localidade de Arenys de Mar, na Catalunha, de acordo com Manuel Chaparro Escudero (1995).

### CAPÍTULO III

## AS RÁDIOS PIRATAS PORTUGUESAS

*A força do movimento tornou-se imparável. Os deputados perceberam o poder da ideia e que os receios que tinham em relação à possível partidari-zação das rádios eram infundados. Por que razão não haveríamos de pensar todos na democracia? De aprofundar a comunicação?*

(António Colaço, in Reis, 2014:143)

O surgimento das rádios piratas em Portugal não pode ser dissociado das transformações políticas, sociais e culturais pelas quais o país passou na sequência da revolução do 25 de abril de 1974. Neste particular, o movimento português aproxima-se do que sucedeu em Espanha (Alboredas & Bonet, 2013) e é sinónimo de um novo cenário político que considerava a liberdade de expressão.

As primeiras experiências de rádio pirata em Portugal são, nesse sentido, a consequência prática dessa liberdade de expressão entretanto adquirida e que as populações começavam a sentir. Aliado a este contexto, que consideramos determinante, o fenómeno deve-se também a um desejo de acompanhar o movimento que então se criara na Europa e que se caracterizava, como vimos, por um desejo de criar um discurso alternativo nos média ao mesmo tempo que se afirmava contra a posição dominante do Estado no setor da rádio.

A rádio em Portugal não estava unicamente sob alçada do Estado, já que a Rádio Renascença, propriedade da Igreja, também emitia quando as rádios piratas apareceram. Significa que o setor da rádio no final dos anos 70 do século XX, quando surgiu a primeira rádio pirata, era caracterizado por um duopólio: Estado e Igreja.

Por outro lado, ao contrário do que sucedeu noutros países europeus, em Portugal o fenómeno das rádios piratas teve sobretudo um carácter localista caracte-

rizado pelo desejo de expressão das comunidades locais, apesar de terem surgido alguns projetos com o objetivo de divulgar mensagens ligadas a grupos políticos, religiosos ou estudantis, como são os casos da Rádio Boas Novas, na Grande Lisboa, que veiculava um conteúdo próximo à Igreja Evangélica, a Rádio Universidade Tejo e Rádio Universitária do Porto dirigidas às comunidades académicas, ou a Rádio Activa ligada ao Partido Comunista Português<sup>1</sup>. Mas, a maior parte dos projetos teve motivações localistas.

Outro fator que caracteriza o fenómeno das rádios piratas em Portugal é o facto de grande parte das estações que então se formaram terem pessoas muito jovens a trabalhar sem qualquer experiência profissional e muito menos ao nível da comunicação social. Esta circunstância verificou-se com particular incidência nas regiões do interior do país, onde dificilmente os seus residentes, afastados das oportunidades centralizadas em Lisboa, teriam hipótese de entrar num estúdio de rádio. Segundo o jornal Expresso<sup>2</sup>, a média de idades dos “trabalhadores” das rádios piratas no final da década de 80 era de 17 anos, e poucos ultrapassavam os 20 anos de idade. Ainda segundo o mesmo periódico, as idades daqueles que estiveram na origem das emissoras locais situam-se entre os nove e os 86 anos, mas os que a passaram à prática – leia-se, faziam programas – têm entre 21 e 65 anos. Situando-se a média nos 17 anos de idade.

O amadorismo foi outra imagem de marca de uma grande quantidade de projetos, tal como a curiosidade que seduziu um leque variado de pessoas oriundas de diversas profissões, muitas delas que nada tinham a ver com o universo da comunicação e muito menos da rádio, tal como é descrito pela imprensa da altura: “Do padeiro ao barman, do polícia ao magistrado, do militar ao funcionário municipal, do teólogo ao filósofo, passando pelo químico, pelo fotógrafo, pelo cabeleireiro. E por aqui nos ficamos”<sup>3</sup>.

A simples curiosidade, ou a sensação de que era necessária uma voz alternativa ao discurso produzido pelos média nacionais, a par de alguns conhecimentos ao nível técnico (necessários para a montagem do emissor) eram fatores, por si só suficientes, para criar uma estação de rádio local. Não quer dizer que não tenham aparecido projetos com alguma solidez, quer a nível de recursos humanos quer a nível financeiro. A TSE, o Correio da Manhã Rádio (CMR) e a Radiogeste apresen-

1 Se7e. (1986, 16 de julho) O Cerco de Lisboa. *Jornal Se7e*.

2 Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.

3 Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.



taram investimentos na ordem dos 50 mil a 100 mil contos (250 a 500 mil euros), representando um total de 120 postos de trabalho<sup>4</sup>.

Para Isabel Reis, o aparecimento das rádios piratas em Portugal deve-se a um conjunto de situações que ocorreram durante a década de 80 do século XX:

(...) crises políticas e eleições sucessivas; a crise económica e as consequentes medidas de austeridade; a entrada na então CEE e a consequente vaga de financiamentos comunitários a projetos, também na área dos média ou da formação profissional; a transição do contexto mediático do duopólio para a liberalização; a formação de uma nova geração de profissionais da rádio, que conjugou os que vieram das emissoras de Angola com os de jornalismo do ensino superior público e privado. (Reis, 2014:14)

A dimensão e características dos projetos que foram criados durante os onze anos em que durou o período das rádios piratas (1977-1988) permite-nos dividir este espaço temporal em dois. Um primeiro (1977-1984), que se caracteriza pelo surgimento de pequenas emissoras em vãos de escada, nas habitações dos seus criadores e que foram impulsionadas, sobretudo, pela carolice e amorismo. Mais do que criar bases sólidas para uma rádio, pretendiam, acima de tudo, despertar a opinião pública para um movimento.

O segundo período (1985-1988) é caracterizado pela quantidade e qualidade dos projetos de radiodifusão local. Efetivamente, começava a ser criada uma consciência coletiva da importância destas emissoras o que poderia conduzir à aprovação de uma lei que liberalizasse o setor, situação que veio de facto a acontecer em 1988. Nesse sentido, a partir de 1985 começam a surgir projetos já com alguma solidez e claramente a pensar num futuro de legalização destas rádios. Neste período, vários projetos foram criados, não tanto por mera carolice e amorismo, mas por equipas de profissionais com experiência na comunicação social.

### III.1. A PRIMEIRA FASE 1977-1984

O Jornal Expresso<sup>5</sup> faz referência a uma rádio pirata surgida entre 1958 e 1962, a Rádio Paradiz, que funcionou na localidade de Pernes, no distrito de Santarém, até à apreensão do seu emissor. O jornal identifica-a como sendo “a emissora

<sup>4</sup> Pinto, F. (1988, 7 de outubro). Homens da rádio contestam governo – Fomos Enganados. *Tal&Qual*.

<sup>5</sup> Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.

mais velha” o que faz dela a primeira experiência de rádio pirata em Portugal<sup>6</sup>. Foi criada por José Paradiz, um aprendiz de eletrónica, que ao Expresso referiu o seguinte: “Era uma equipa de moços, todos com menos de 18 anos”. Esta primeira experiência ocorre ainda durante o período de ditadura em Portugal e, por esse motivo, os seus impulsionadores correram o risco de ser presos. “Foi um período difícil. Quando fomos descobertos, tivemos que andar fugidos”<sup>7</sup>. Em 1962, as autoridades encerraram a emissora. O mesmo José Paradiz viria a ser um dos impulsionadores da Rádio Local de Pernes, criada em 1980.

A Rádio Paradiz foi, por isso, a pioneira das rádios piratas em Portugal, mas representa um caso isolado na sua época. Não encontramos outros registos de experiências entre o fecho desta emissora e o aparecimento da Rádio Juventude em 1977, criada por Heitor Gonçalves. A Rádio Juventude inicia um período ininterrupto de outras experiências de rádios piratas, por esse motivo consideramos aqui o começo da primeira fase da história das rádios piratas em Portugal.

A Rádio Juventude emitiu na área da Grande Lisboa, até ao dia 22 de janeiro de 1981, altura em que o seu emissor foi apreendido pela fiscalização dos CTT. Emitia de modo alternado com a Rádio Imprevisto, de José João Farinha, que apareceu em 1979 e cuja emissão era captada na Amadora, Queluz, Barreiro, Almada, Trafaria e Loures. A programação da Imprevisto caracterizava-se pela passagem de música dos chamados lados B dos discos. Tinha ainda noticiário local. Esta estação também não teve uma vida muito longa, já que no dia 25 de janeiro de 1981, viu também o seu emissor ser apreendido. Perante o encerramento destas duas estações, os seus criadores resolveram juntar esforços e criar as Emissoras Associadas, uma rádio pirata que iniciou as suas emissões no dia 7 de fevereiro de 1982.

As primeiras emissões das rádios piratas caracterizaram-se sobretudo pela intenção de “ir contra as convenções dominantes” e de confronto com o poder. O Diário Popular titulava em março de 1984 um artigo nestes termos: “Desafiar o poder é continuar a emitir”<sup>8</sup>. A imprensa da época faz referência à programação destas rádios, referindo que era constituída pela emissão de músicas e estilos musicais que não eram comuns nas rádios nacionais.

Várias rádios piratas afirmavam essa vocação de “agitar as águas” logo na sua designação. Rádio Delírio, Rádio Caos, Rádio Livre, Rádio Porta Aberta, são apenas alguns exemplos. Outro, é-nos dado pela Rádio Livre Internacional (Coim-

<sup>6</sup> A Rádio Altitude da Guarda, criada em 1948, tem um estatuto diferente por ter pertencido ao Sanatório. Nunca foi uma rádio pirata.

<sup>7</sup> Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.

<sup>8</sup> Diário Popular. Desafiar o poder é continuar a emitir. *Diário Popular*.

bra), fundada por dois radialistas com experiência acumulada em estações livres de Paris. Era apoiada e financiada pela Rádio Nowg-Ivre de Paris, pela revista *Actuel* e pela associação para a Libertação das Ondas. Começou a emitir no dia 25 de abril de 1983 e o primeiro programa foi preenchido por música e um debate acerca das rádios livres em França e Polónia .

Estávamos numa altura em que as rádios piratas se caracterizavam pelo grande amadorismo dos seus impulsionadores e ao mesmo tempo por uma grande vontade de continuar a manter as rádios a emitir, perante a forte ação fiscalizadora dos Serviços Radioelétricos dos CTT, a quem competia a apreensão dos emissores.

O início dos anos 80 ficou marcado pelo aparecimento de várias rádios pirata um pouco por todo o país. A facilidade com que se podia pôr no ar uma emissão de rádio ajudou à proliferação de pequenas estações locais, normalmente com uma pequeníssima potência e que funcionavam, na maior parte dos casos, em condições pouco adequadas a uma emissão de rádio. Por exemplo, o jornal “O Ponto” faz referência a um diálogo curioso que inadvertidamente saiu pelo microfone e que nos dá a ideia do local onde aquela rádio funcionaria. Lê-se: “– Vai apagar o lume. – Agora não posso, estou no ar”<sup>9</sup>.

O período da pirataria está repleto de histórias como esta. Desde estações que emitiam a partir de vãos de escada até a outras que funcionavam no quarto do locutor e no qual a cama servia de sofá para os convidados. A imprensa da altura faz referência aos baixos custos que criar uma rádio pirata implicava. Mil contos (cinco mil euros) seria o suficiente. A maior parte dos projetos nesta altura surgiram nas áreas da Grande Lisboa e Grande Porto, mas em regiões como o Algarve ou a Beira Litoral também se regista o aparecimento de rádios piratas em número significativo.

Um pouco por todo o país iam aparecendo rádios piratas: Rádio Caos e Rádio Delírio (Porto); Rádio Imprevisto e Rádio Universo (Grande Lisboa); Rádio Porta Aberta (entre Setúbal e Palmela); Rádio Juventude Local (Castelo Branco); Rádio Clube da Guarda; Rádio Hertz (Tomar); Rádio Antena Livre (Abrantes); Rádio Popular da Gaia; Rádio Top (Vila Nova Ourém) são apenas alguns exemplos.

As rádios neste período emitiam poucas horas por dia e alguns dias por semana, situação que permitia fugir mais facilmente à fiscalização e conseqüente apreensão do emissor e, por outro, devia-se à escassez de meios humanos e técnicos.

<sup>9</sup> Santos, S. (1981, 29 de janeiro). Pirataria radiofónica – Rádio livre, livremente. *O Ponto*.

Em março de 1984 o Diário Popular inventariava algumas rádios piratas existentes e as respetivas horas de emissão:

**QUADRO I – Rádios piratas com emissão entre 1977-1984**

Rádio Imprevisto	Grande Lisboa	Sábados depois das 21 horas
Rádio Universo	Grande Lisboa	Sextas-feiras das 22 horas às 24 horas
Rádio Juventude	Grande Lisboa	Domingos depois das 21 horas
Rádio Popular de Gaia	Grande Porto	Terças a Quintas das 20 às 22 horas e Fins-de-semana das 10 às 13 horas
Rádio Top	Vila Nova de Ourém	Sextas-feiras das 21 às 1.15 horas

Fonte: Quadro construído a partir do Diário Popular, 19 de março de 1984.

É nesta altura, 1984, que o então Secretário-Estado das Comunicações, Raúl Junqueiro, admite pela primeira vez haver a funcionar em Portugal “com mais ou menos regularidade 19 estações de rádio das quais 14 foram observadas pela primeira vez em 1984”<sup>10</sup> havendo 360 pedidos de licenciamento<sup>11</sup>.

No meio de um assinalável número de rádios piratas surgidas em Portugal nesta primeira fase, aparece a TSF, que representa um dos projetos mais consistentes durante a vaga da liberalização da radiodifusão local portuguesa. Foi criada por um grupo de profissionais ligados à comunicação social e à rádio que se afirmavam descontentes com a informação que se fazia naquela altura, como expressou Teresa Moutinho, uma das fundadoras da TSF: “Queremos ser uma alternativa à informação que se faz actualmente em Portugal. Não nos dão condições de trabalho na rádio, pelo que só nos resta criar essas condições com os nossos próprios meios” (Gonçalves, 1999:31).

A TSF diferenciou-se claramente das outras iniciativas nesta primeira fase da história das emissoras piratas portuguesas. Um dos fatores que distinguiu a TSF das outras rádios piratas foi, desde logo, a intenção de não ter emissão regular enquanto não houvesse enquadramento legal para isso, como referiu ao jornal Público Emídio Rangel, um dos impulsionadores do projeto: “Não queríamos emitir sem estarmos licenciados, mas percebemos que se não fizessemos alguma

<sup>10</sup> - Pessoa, C. (1984, 25 de outubro). Parlamento deve aprovar com urgência lei das rádios livres. *Diário de Lisboa*.

<sup>11</sup> Notícias da Tarde (1984, 19 de janeiro) Raúl Junqueiro preconiza criação de Alta Autoridade. *Notícias da Tarde*.

coisa podíamos ser ultrapassados”<sup>12</sup>. A TSF foi criada por uma cooperativa de profissionais em 1981, mas as suas emissões regulares só tiveram início no dia 29 de Fevereiro de 1988.

Por outro lado, a TSF assumiu-se desde o seu início como um projeto jornalístico de âmbito nacional. Não constituía objetivo desta cooperativa criar uma rádio local, tal como as outras iniciativas que apareceram neste período, mas sim um projeto radiofónico capaz de competir com as principais emissoras portuguesas e com uma aposta muito forte no jornalismo.

Candidata a uma frequência regional, esta cooperativa formada por jornalistas, muitos deles com uma larga experiência no setor radiofónico, já que alguns eram dissidentes das rádios nacionais, destacou-se das restantes iniciativas, também, por ter apresentado um projeto profissional ao nível de recursos humanos, do equipamento e sólido em termos financeiros.

Mesmo sem emitir regularmente, teve um papel importante na afirmação do processo de liberalização da radiodifusão em Portugal. Em 1987 promoveu aquele que ainda hoje é considerado o curso de rádio de referência, coordenado pelo jornalista Adelino Gomes. Foi também a TSF que liderou alguns protestos no período anterior à legalização, por exemplo quando contestou a atribuição de uma frequência a uma rádio das Forças Armadas norte-americanas em 1984, numa altura em que os pedidos feitos para a legalização das rádios piratas eram sistematicamente rejeitados pelo governo. A ideia desta rádio era difundir para os militares e seus familiares norte-americanos estacionados em Oeiras mas, de acordo com a imprensa da altura, “abrangeia 14 concelhos e uma população de dois milhões de habitantes”<sup>13</sup>. Este facto desagradou a todos os que lutavam pela atribuição de frequências às rádios locais e levou a direção da cooperativa TSF a acusar, em conferência de imprensa, o governo da altura de discriminação por não querer licenciar as rádios locais e ao mesmo tempo atribuir uma frequência a esta rádio. Outra ação importante levada a cabo pela TSF ocorreu a 17 de junho de 1984, quando conduziu uma emissão pirata a partir de Lisboa. Foram quatro horas de emissão nas quais se escutaram perto de 60 personalidades portuguesas que defenderam a legalização das rádios locais em Portugal. Para Emídio Rangel, um dos fundadores da TSF, aquela foi uma emissão decisiva “para que o Parlamento viesse a criar a Lei da Rádio” uma vez que “era preciso mostrar que havia consenso na sociedade portuguesa sobre isto”<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Lourenço, E. (1998, 1 de março) A escola da Rádio. *Público*.

<sup>13</sup> O Diário. (1984, 16 de fevereiro). Rádio dos EUA em Lisboa destina-se a 200 pessoas, mas apanha dois milhões. *O Diário*.

<sup>14</sup> Rodrigues, S. (2003, 2 de março). TSF, a história da primeira emissão pirata. *Público*.

Foi também a partir dos seus estúdios que foi emitida uma emissão em cadeia no dia 17 de novembro de 1988, conhecido pelo Dia da Rádio, em sinal de protesto contra a obrigatoriedade de suspender as emissões durante o período de avaliação das candidaturas para a atribuição dos alvarás. As razões do sucesso da TSF residem na saída das “trevas do jornalismo radiofónico”, como afirmou o jornalista Sena Santos, uma das suas principais vozes: “De repente aparece uma rádio que desata a fazer noticiários de meia em meia hora, a acordar ministros às 6 ou 7 da manhã, a ir aos restaurantes esperar os políticos.”<sup>15</sup>

A relevância deste primeiro período das rádios piratas em Portugal está, sobretudo, no modo como os pioneiros do movimento conseguiram despertar a opinião pública e a classe política para a radiodifusão local. Fizeram-no através de vários eventos que foram promovendo pelo país, como por exemplo o I Encontro Nacional de Rádios Livres, a 18 de junho de 1983, em Vila Nova de Gaia e na sequência do qual foi criada a Comissão Coordenadora Nacional das Rádios Livres. Com grande relevância, tiveram lugar os Encontros de Abrantes a partir de 1984. Destas duas iniciativas, falaremos adiante neste livro.

Ao mesmo tempo, a imprensa da altura começava a publicar diversos trabalhos jornalísticos ouvindo profissionais dos média, em particular da rádio, e políticos. O sentimento geral era o de que seria preciso tomar medidas com vista à aprovação de uma lei que liberalizasse o setor da rádio e que considerasse a existência de rádios locais. Esse sentimento fica expresso nesta declaração do então ministro da Cultura, Coimbra Martins, quando afirmou que as “rádios livres devem ser encaradas como uma possibilidade das comunidades locais se exprimirem”<sup>16</sup>.

Na mesma altura, surgem também posições públicas levadas a cabo pelos autarcas, desde o início apoiantes deste movimento. A este respeito, refira-se a presença frequente de vereadores e presidentes de câmara nos programas de rádios piratas, o que era visto como um apoio à causa. A imprensa da época faz referência a essas participações em rádios como Rádio Delírio, do Porto, Rádio Hertz, de Tomar, Rádio Top de Vila Nova de Ourém, entre muitas outras<sup>17</sup>. Neste capítulo, a entrevista concedida pelo Presidente da República, Ramalho Eanes, à Rádio Antena Livre, de Abrantes merece ser referida (Reis, 2014:20).

<sup>15</sup> Lourenço, E. (1998, 1 de março) A escola da Rádio. *Público*.

<sup>16</sup> Sousa, C. & Sousa, P. (1983, 30 de dezembro) Emissoras locais: uma aposta na descentralização da Rádio. *Diário de Notícias*.

<sup>17</sup> Notícias de Portugal (1984, 18 de março). Abrantes – Rádios Locais: o desafio. *Notícias de Portugal*.

### III.2. A SEGUNDA FASE (1985-1988)

O segundo período que identificamos na história das rádios piratas em Portugal caracteriza-se pelo aparecimento de vários projetos que possuíam já no horizonte a legalização do setor da radiodifusão local, na sequência do debate e das posições públicas manifestadas anteriormente, quer por profissionais da rádio, quer pela classe política.

Esse debate teve continuidade a partir de 1985 com a imprensa da época a dar eco de várias posições públicas assumidas por personalidades de diferentes setores da sociedade, incluindo governantes. Em 1986, a revista *Comunicações* publica um extenso dossier dedicado à rádio, no qual Marques Mendes, então Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto para os Assuntos Parlamentares, admite ser necessária uma lei para a radiodifusão “tantos anos passados do 25 de Abril”<sup>18</sup>. À mesma publicação, Sequeira Braga, então Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, ia mais longe detalhando as condições em que as rádios piratas poderiam obter frequências, colocando a hipótese (que nunca veio a acontecer) da partilha de frequências entre candidatos, caso houvesse mais candidaturas do que frequências disponíveis em determinadas regiões do país<sup>19</sup>. Significa que a opinião pública, e em particular a classe política, começava a ver como irreversível a marcha em direção à aprovação de uma lei para legalizar as rádios locais em Portugal.

Uma das características dos projetos surgidos entre 1985 e 1988 é o facto de terem começado a aparecer algumas iniciativas criadas por profissionais com alguma experiência no mundo dos média, juntando-se assim à TSF que vinha de 1981 e que era liderada por Emídio Rangel. A revista *Comunicações*<sup>20</sup> faz referência a duas rádios na zona de Lisboa que se preparavam para uma futura legalização das rádios piratas. A Rádio Quatro e a Rádio Sete Colinas, ambos os projetos eram liderados por profissionais da comunicação. No primeiro caso Rui Pêgo e no segundo Carlos Cruz.

Também neste período, é de assinalar o aparecimento de três outras emissoras com projetos sólidos e que emergiram, ora por grupos de profissionais, ora

<sup>18</sup> Revista *Comunicações* (1986, novembro/dezembro). Leis para a radiodifusão aparecem tardiamente. *Revista Comunicações*.

<sup>19</sup> Revista *Comunicações* (1986, novembro/dezembro). Frequências são um bem raro que tem de ser partilhado. *Revista Comunicações*.

<sup>20</sup> V.R.F. (1986, novembro/dezembro) Profissionais fundam cooperativas para obterem licenças de radiodifusão. *Revista Comunicações*.

no seio de empresas de comunicação social. É o caso da Radiogeste, da Correio da Manhã Rádio e da Rádio Cidade.

A Radiogeste foi, em conjunto com a TSF e a Correio da Manhã Rádio um dos maiores projetos surgidos na área da Grande Lisboa. Teve um investimento inicial na ordem dos 50 mil contos (250 mil euros). Do projeto liderado pelo jornalista Henrique Garcia faziam parte nomes como Manuela Moura Guedes, José Eduardo Moniz ou Adriano Cerqueira. Contudo, a aventura terminaria em 1993 devido a dois problemas identificados pelo próprio Henrique Garcia: a diminuição do orçamento para a Radiogeste em comparação com as outras actividades do grupo PEI liderado por Joe Berardo, que detinha ainda as publicações Sábado, O Tempo e Record e, por outro lado, a falta de definição do próprio projeto, “Enquanto que a TSF se assumiu desde logo como uma rádio de notícias, a Radiogeste procurava ser uma mistura entre as duas coisas”<sup>21</sup>.

A Correio da Manhã Rádio (CMR) começou a emitir em 1987 assumindo-se desde então como um projeto inovador. “O equipamento é ultra-sofisticado e tem excelentes vozes”<sup>22</sup>. Tratou-se de uma iniciativa de uma empresa com tradições na comunicação social, pois já possuía o jornal Correio da Manhã. Talvez por essa razão, os seus responsáveis tenham começado a emitir 24 horas por dia, uma meta que poucas rádios na altura conseguiam atingir. Segundo o jornal Expresso<sup>23</sup>, na segunda metade da década de 80, só oito emissoras em todo o país emitiam ininterruptamente. Com uma programação baseada em música e informação, as suas emissões cobriam, na fase inicial, um raio de trinta quilómetros e, segundo a imprensa da altura, “ouviam-se a meio caminho do Algarve”<sup>24</sup>. Depois de um concurso envolto em polémica que abordaremos nas páginas seguintes, foi-lhe atribuída a frequência regional do sul, um objetivo também desejado pela TSF, que viria a contestar a decisão da comissão encarregue de avaliar as candidaturas. A CMR baseou a sua emissão em informação e programação durante a semana e apostou em nomes conhecidos para o fim de semana, como João Govern, Margarida Pinto Correia ou António Mega Ferreira. Teve, contudo, uma vida mais efémera que aquela que os seus responsáveis desejariam, já que em 1992, a Rádio Comercial, privatizada nesse ano, absorveu a programação da CMR.

Em 1986 apareceu um dos projetos mais originais. A Rádio Cidade, criada por ex-emigrantes no Brasil, que entretanto tinham regressado a Portugal, assumiu-

<sup>21</sup> Gomes, K. (1998, 24 de dezembro) Rádios calaram-se há dez anos. *Público*.

<sup>22</sup> Correio da Manhã. (1987, 24 de junho). Correio da Manhã entra na festa da rádio. *Correio da Manhã*.

<sup>23</sup> Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.

<sup>24</sup> Correio da Manhã. (1987, 24 de junho). Correio da Manhã entra na festa da rádio. *Correio da Manhã*.



-se como uma “Rádio FM”<sup>25</sup>, ou seja, uma estação que desde o início pretendeu demarcar-se dos restantes projetos de rádios locais que tinham surgido no país e que apostava numa nova estética de emissão, muito virada para a leveza da linguagem, próxima do público jovem e nos principais hits musicais. A forma de fazer rádio de forte influência norte-americana e dos *disc-jockeys*, e o sotaque brasileiro dos seus locutores constituiu uma novidade na altura em Portugal e que foi a chave para o seu sucesso, particularmente na área da Grande Lisboa.

Nunca teve, verdadeiramente, uma vocação para rádio de proximidade, apesar de ter nascido como rádio local na Amadora. A sua programação era constituída, sobretudo, por música e havia uma forte componente de entretenimento. Depressa conquistou audiências junto do público mais jovem e constituiu-se como um caso exemplar – no período anterior à legalização – de níveis de audiência significativa concentrada numa mesma rádio, chegando a rivalizar na área da Grande Lisboa com a RFM, do grupo Renascença.

Para além do aparecimento de vários projetos liderados por profissionais já com carreira nos média, esta fase da história das rádios piratas, caracteriza-se também pelo *boom* de rádios piratas em Portugal.

Em 1986, segundo a imprensa da altura, apareceram 71 novas emissoras em todo o país. Só no Algarve foram detetadas por repórteres do jornal *Se7e*, 14 rádios piratas. Nesse ano, a mesma publicação identificou cerca de trinta estações locais só na Beira Litoral<sup>26</sup>. Os números são, de facto, difíceis de apurar, já que nesse mesmo ano, o Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações admitia existir a emitir em Portugal 220 rádios piratas<sup>27</sup>, enquanto que o *Semanário* falava na existência de 120 emissoras<sup>28</sup>. Em 1985 tinham começado a emitir 35 rádios piratas. O número decresceu em 1987, quando apenas se faz referência ao aparecimento de quatro novas estações locais.

À semelhança da realidade do país, o mapa radiofónico da altura apresentava enormes assimetrias entre o litoral e o interior. De acordo com o jornal *Expresso*<sup>29</sup> nos distritos do litoral foram detetadas a emitir 346 emissoras, enquanto que no interior apenas 48.

É muito difícil determinar com exatidão o número de rádios piratas com emissão e isso acontece por diversos fatores. Em primeiro lugar, o facto de não emiti-

<sup>25</sup> Martins, L.P. (1986, 16 de junho) Rádio Cidade – o charme concreto da estereofonia. *Jornal Se7e*.

<sup>26</sup> Martins, L.P. (1986, 9 de julho). Rádios locais multiplicam-se na Beira Litoral. *Jornal Se7e*.

<sup>27</sup> Revista Comunicações (1986, novembro/dezembro). Frequências são um bem raro que tem de ser partilhado. *Revista Comunicações*.

<sup>28</sup> *Semanário*. (1986, 1 de novembro). Estações clandestinas – o roteiro impossível. *Semanário*.

<sup>29</sup> Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.

rem legalmente, depois pela falta de regularidade das suas emissões e, por fim, pela precariedade dos projetos, o que conduziu a vidas demasiado curtas para que pudessem ser contabilizadas. Os dados disponíveis, especialmente pela imprensa da altura, permitem-nos concluir que o número de estações piratas existentes na altura da legalização se situava entre as 500 e as 600 rádios<sup>30</sup>.

Muitas destas estações tinham projetos muito incipientes e, como tal, não passaram do período da “pirataria”, ou por não terem apresentado qualquer candidatura a alvará ou, nos casos em que o fizeram, não terem sido aprovadas.

Da mesma forma, é de difícil exatidão enumerar o nível de audiências das rádios locais. As poucas referências feitas pela imprensa da época, citando a agência de publicidade Ciesa, davam conta de que em agosto de 1986, o número de ouvintes das rádios piratas tinha multiplicado dez vezes desde o início daquele ano. Ainda de acordo com a imprensa periódica da altura, em abril de 1986, um estudo da Norma detetou uma audiência de todas as rádios piratas de 5,4%, no litoral e que seria superior à rádio Antena 1<sup>31</sup>.

### III.3. PROPRIEDADE E FINANCIAMENTO

Muitas rádios locais foram criadas por iniciativa individual, ou por pequenos grupos de pessoas, normalmente ligadas à eletrotécnia, que por possuírem conhecimentos ao nível técnico lhes permitia montar (e retirar) com facilidade as antenas e assim escapar à fiscalização dos Serviços Radioelétricos dos CTT.

Depois de 1985 e particularmente em 1986, apareceram muitas rádios criadas a partir de cooperativas constituídas por pessoas ligadas às mais variadas profissões, desde o professor ao padeiro, passando pelo advogado, pelo militar ou pelo funcionário público<sup>32</sup>.

Mas, houve também projetos que nasceram no seio de empresas e grupos com forte estrutura, como foram os casos já aqui relatados da Correio da Manhã Rádio criada pelo jornal com o mesmo nome ou a Radiogeste pertencente ao grupo PEI do empresário Joe Berardo. São, no entanto, casos isolados, pois a maior parte foi o resultado de pequenas iniciativas locais.

A novidade entusiasmava tudo e todos e também os profissionais da comunicação social, onde se incluem os jornalistas. Há também a considerar as emissões

**30** Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.

**31** Martins, L.P. (1986, 3 de agosto) Dez vezes mais ouvintes desde o princípio do ano. *Primeiro de Janeiro*.

**32** Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.

ras piratas que pertenciam à igreja Católica, à igreja Evangélica, a jornais locais, a clubes de futebol, a associações culturais e desportivas e até a organismos criados no seio das autarquias, como a Rádio Voz de Esmoriz que pertencia à designada Comissão de Melhoramentos da Freguesia.

Quanto ao financiamento, algumas rádios piratas recebiam pequenos investimentos que chegavam dos respetivos proprietários ou de instituições locais. Houve também apoios que chegavam de Ligas dos Amigos, nas quais os ouvintes contribuía, e de pequenas empresas locais ou de maior dimensão, como foi o caso de algumas rádios no Algarve que receberam apoios da indústria hoteleira<sup>33</sup>.

A publicidade entrou também nas rádios apesar destas emitirem sem licença. De qualquer forma, o investimento publicitário, especialmente oriundo de empresas locais teve algum significado para as rádios piratas. Segundo a imprensa do final da década de 80, a faturação em algumas rádios atingia valores entre os 300 (1500 euros) e os 600 mil escudos (3000 euros) por mês. Um valor que para a época era bastante significativo, ainda para mais porque as despesas eram quase nulas, já que a maior parte vivia de colaboradores não remunerados. A título de exemplo, um spot publicitário no final dos anos 80, custava ao anunciante entre 300 (1,50 euros) a 500 escudos (2,50 euros) por dez segundos. Aliás, parece residir aí o sucesso das receitas publicitárias para a altura: o facto de haver um mercado disponível e ansioso por novidades e o baixo preço da publicidade, acessível à maioria dos pequenos comerciantes, que eram quem fazia publicidade nas emisoras locais.

#### III.4. O ASSOCIATIVISMO

Durante o período das rádios piratas foram criados alguns espaços com o objetivo de refletir sobre as condições para a aprovação de uma lei que liberalizasse o setor da rádio em Portugal. Ao mesmo tempo, esses espaços serviram para tornar a luta pela legalização das rádios locais mais visível junto da opinião pública e, deste modo, funcionar como fator de pressão junto do poder político.

A primeira iniciativa remonta a 1983 quando em maio desse ano, representantes de quatro rádios do Porto (Rádio Caos, Rádio Universo, Rádio Nova e Rádio Escolar) se reuniram e acordaram em realizar o I Encontro Nacional de Rádios Livres, que ocorreria a 18 de junho de 1983, em Vila Nova de Gaia. Aí foi criada uma Comissão Coordenadora Nacional das Rádios Livres, destinada a encabe-

<sup>33</sup> Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.

çar a luta pela legalização. Essa Comissão invocava a liberdade de expressão e afirmava que pretendiam colocar em causa “todo um sistema que não permite o acesso às ondas da rádio a outros grupos que não os já privilegiados”. A Comissão lutava por uma lei que legalizasse as rádios piratas<sup>34</sup>.

Com um carácter mais permanente, realizaram-se os denominados Encontros de Abrantes. Representaram um dos mais importantes palcos para o debate e discussão no período anterior à legalização das rádios locais em Portugal. Foram promovidos por alguns impulsionadores do movimento de onde se destaca António Colaço da Rádio Antena Livre que diria o seguinte sobre os Encontros de Abrantes: “Fizeram-se aqui, pelo menos, três encontros à escala nacional de todas as rádios do país. Os encontros de Abrantes ganharam muito protagonismo, não havia rádio que não passasse por aqui, chegámos a trazer cá deputados”<sup>35</sup>.

No encontro de 1984, os participantes salientaram a necessidade das rádios piratas serem legalizadas e, nesse sentido, aprovaram uma série de medidas, como a criação de um Conselho de Comunicação Social Concelhia ou Regional para substituir a entidade licenciadora prevista no projeto de lei para o exercício da radiodifusão apresentado por Dinis Alves e Jaime Ramos, em 1983, do qual falaremos adiante. Os participantes aprovaram ainda a necessidade de criar um associação nacional de rádios livres em Portugal. Os Encontros de Abrantes representaram, pois, uma forma interessante de pressão do poder para a necessidade de legalizar as rádio locais.

Perante a crescente multiplicação de rádios locais por todo o país, com diferentes perspetivas, interesses e objetivos sentiu-se a necessidade de criar entidades que de alguma forma aglutinassem essas vozes e as fizessem representar junto dos poderes. De início, as preocupações eram, como se percebe, a legalização das rádios. Foi neste contexto que um grupo de pessoas ligadas ao associativismo resolveu criar um organismo que reunisse as diferentes vontades.

Em maio de 1987 surgiu o Instituto de Rádios Locais (IRL) que reuniu inicialmente apenas 14 estações de todo o país. Entre os objetivos, contavam-se a defesa do direito à radiodifusão, a representação dos interesses dos associados junto de instâncias nacionais e internacionais e a promoção de estudos sobre questões relativas à radiodifusão.

O Instituto ganhou algum protagonismo na luta pela legalização das rádios o que terá atraído outras emissoras. Assim, em dezembro de 1988, o IRL contava

<sup>34</sup> Sousa, C. & Sousa, P. (1983, 29 de dezembro) Reivindicamos uma lei que nos reconheça. *Jornal de Notícias*.

<sup>35</sup> Gomes, K. (1998, 24 de dezembro) Rádios calaram-se há dez anos. *Público*.

já com 68 associados. Foi também nesta altura que o governo impôs um período indeterminado de silenciamento, até que os resultados do concurso público, entretanto iniciado, fossem conhecidos. O Instituto manteve neste caso, um papel de contestação, alegando que o encerramento, mesmo que temporário, poderia conduzir a enormes prejuízos a nível financeiro. Passado o período da luta pela legalização, o IRL virou-se para outras questões mais direcionadas para o apoio aos seus associados, como a promoção de ações de formação, divulgação de legislação sobre o setor e a realização do I Congresso Nacional de Rádios Locais, no qual participaram cerca de 140 rádios.

Mais tarde, os responsáveis pelo Instituto das Rádios Locais aprovaram em Assembleia Geral a mudança de nome para Associação Portuguesa de Radiodifusão, a designação que ainda hoje utiliza. A mudança de nome teve a ver com a abrangência do organismo, que pretendia agora representar, não apenas as emisoras locais, mas também as regionais e nacionais. A APR foi também fundadora da Associação Europeia de Radiodifusão.

Já com o setor da radiodifusão local liberalizado, foi criada em 1991, em Fátima a ARIC- Associação de Rádios de Inspiração Cristã. Foram fundadoras trinta e uma rádios de norte a sul do país. De acordo com Queirós, a ARIC começou a pensar “no início do exercício em plena legalidade, algumas rádios começaram a sentir as primeiras dificuldades, tendo solicitado apoio à Rádio Renascença que sugeriu a criação de uma associação” (2011: 35).

Entre os objetivos, a ARIC pretende dinamizar atividades com o propósito de promover a comunhão entre as rádios associadas, nomeadamente no que toca aos princípios cristãos por que se devem reger. Os associados da ARIC pretendem ainda incentivar a produção e intercâmbio de programas radiofónicos, particularmente os que visem o desenvolvimento regional e a informação religiosa e congregar os profissionais das rádios com o objetivo de experimentar formas melhores de comunicação da mensagem cristã.



## CAPÍTULO IV

# A LIBERALIZAÇÃO DA RÁDIO EM PORTUGAL

*Ao oferecer um fórum de ideias e de trocas de pontos de vista, a rádio contribui para o crescimento da compreensão da complexidade dos assuntos que confrontam a sociedade.*

(Diane Rehm, 1995:68)

### IV.1. O CAMINHO PARA A LEGALIZAÇÃO

A rapidez com que no terreno se multiplicava o número de novas rádios piratas, a criação de um conjunto de acordos internacionais que transformaram o cenário da radiodifusão europeia e, por fim, a alteração da conjuntura nacional no que respeita à liberdade de expressão conduziram à necessidade, cada vez mais evidente, de atualizar o quadro legal para a atividade da radiodifusão em Portugal, que ainda era regulado, no final da década de 70, por um diploma dos anos 30.

Essa necessidade começou a ser sentida logo após a Revolução de 25 de abril de 1974. O programa do Movimento das Forças Armadas referia a urgência de serem criadas novas leis da “Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema”<sup>1</sup>. Contudo, isso só viria a acontecer em 1988, depois de um longo processo de debate político-partidário a que não são alheias as mudanças verificadas na governação do país.

Quando surgem as primeiras rádios piratas, o cenário da Rádio em Portugal caracterizava-se por um duopólio entre o Estado (RDP) e a Igreja, que detinha

<sup>1</sup> Alinea d) do ponto 5.º do Programa do Movimento das Forças Armadas. *Documento de Informação* n.º 1. 10 de setembro de 1975.

a Rádio Renascença. À RDP foram agregados os emissores, entretanto estatizados, Rádio Clube Português, Emissores Associados de Lisboa, Emissores do Norte Reunidos e Rádio Ribatejo. Enquanto que à Rádio Renascença, para além de uma rede de FM, foram autorizadas mais 14 novas frequências em Onda Média.

No plano internacional, tinha sido firmado o acordo de Estocolmo em 1961 que permitiu a atribuição de quatro frequências gerais de FM (uma para o então Rádio Clube Português, duas para a Emissora Nacional e a restante para a Rádio Renascença). Para as frequências em Onda Média, era aplicado o plano de Genebra de 1975 para a designada Região 1 (Europa) que atribuiu a Portugal quatro coberturas gerais (três para a RDP e uma para a RR).

Mais tarde, em 1979, realizou-se a Conferência Administrativa das Radiocomunicações (CAR 79) onde a faixa de 87,5 a 100 Mhz foi alargada até aos 108 Mhz, permitindo a existência de mais 89 canais.

Em 1984 o novo plano de Genebra previa para Portugal mais três coberturas gerais (uma para a RDP, outra para a RR e outra para o desdobramento em emisoras locais) e a possibilidade de instalar 389 estações locais. A este quadro jurídico internacional, acrescentem-se as mudanças entretanto verificadas na conjuntura nacional, com o fim da ditadura e o princípio da liberdade de expressão.

O primeiro passo dado no sentido de atualizar a legislação portuguesa no setor da radiodifusão foi dado pelos deputados do partido comunista em 1983 ao apresentarem o projeto de lei da radiodifusão n.º 79/III de 23 de Junho. O diploma destacava o serviço público de rádio e previa que as empresas privadas de radiodifusão só poderiam emitir mediante uma licença. Contudo, não faz qualquer referência às rádios locais. Ou seja, embora prevendo a iniciativa privada, a lei não se refere em particular à legalização de rádios locais e está claramente virada para o setor público da radiodifusão, facto que viria a merecer fortes críticas da parte dos operadores privados. David Nunes, à época diretor da Rádio Comercial, criticava a proposta por abrir caminho a uma lei para a RDP e não para todas as rádios<sup>2</sup>. Num sentido idêntico, Torgal Ferreira, na altura administrador da Rádio Renascença, considerou que a proposta tem erros que resultam do desconhecimento de “aspetos específicos da atividade radiofónica.”<sup>3</sup>

A proposta chegou a ser aprovada na generalidade em março de 1985, mas acabaria por nunca entrar em vigor uma vez que a Assembleia da República foi dissolvida nesse mesmo ano.

<sup>2</sup> Nunes, J.D. (1984, 19 de março). Anteprojeto ou Antiprojecto? *Diário de Notícias*.

<sup>3</sup> Ferreira, T. (1984, 19 de março). Rádio Activada. *Diário de Notícias*.



Assim, o projeto de lei n.º 252/III de 26 de novembro de 1983 da autoria dos deputados Dinis Alves (PS) e Jaime Ramos (PSD) constitui a primeira iniciativa legislativa no sentido do licenciamento das rádios locais em Portugal.

Os deputados partiram de dois pressupostos para a apresentação do presente projeto de lei. O primeiro teve a ver com aspetos técnicos que entretanto tinham sido ultrapassados com o alargamento da faixa de 87,5 MHz – 100 MHz até aos 108 MHz, o que permitiria considerar novos canais de radiodifusão.

O segundo pressuposto que esteve na base da elaboração deste projeto de lei relacionou-se com a constatação da existência de uma camada de público ouvinte que se sentia insatisfeita com a programação das rádios de cobertura nacional.

As emissoras locais constituiriam assim uma forma alternativa para os consumidores de rádio. Os ouvintes passariam a dispor de “um poder mais alargado de escolha de programas mais variados e mais ajustados à especificidade das diversas regiões do país”<sup>4</sup>.

No preâmbulo do projeto de lei, os deputados autores do diploma consideram que as rádios locais poderiam contribuir para delinear o caminho da regionalização, dando às populações locais a possibilidade de ver retratada mediaticamente as suas especificidades locais e abrir uma porta para a formação de jornalistas, já que as emissoras locais poderiam constituir-se como as “escolas de jornalismo de que o nosso país carece”. Genericamente, aquilo que se pretendia com a apresentação deste projeto de lei era que as emissoras locais de radiodifusão desempenhassem as funções de um serviço público de alcance social.

Com vista à concretização deste objetivo, os autores do projeto incluíram normas como a limitação da concessão de alvarás a associações sem fins lucrativos e a cooperativas (art.º 3) e o relevo dado ao noticiário local, cujo tempo nunca deveria ser inferior ao destinado às informações de âmbito nacional e internacional (art.º 23). Quanto à programação, o projeto de lei estipulava, no seu artigo 19º, que as emissoras locais deveriam possuir uma programação própria e que não deveria ser inferior a 50 por cento da totalidade da emissão. O artigo 10º impunha ainda que a programação semanal não poderia ser inferior a 21 horas de emissão, algo que obrigaria a uma profunda remodelação das rádios piratas existentes na altura, pois a grande maioria estava muito longe de ter criadas as condições necessárias para cumprirem aquele artigo.

Este projeto de lei previa ainda uma situação que mais tarde veio a gerar alguma polémica, ainda que noutros contornos, e que tinha a ver com a possibilidade das autarquias locais poderem “contribuir directa ou indirectamente para a

4 Projeto de Lei n.º 252/III de 26 de novembro de 1983.

cobertura dos encargos de criação e funcionamento dos serviços de radiodifusão local da área respectiva desde que o total dessas contribuições não exceda um quarto dos encargos” (art.º 37).

O projeto tinha ainda como objetivo criar medidas no sentido de impedir o desvirtuamento dos fins da radiodifusão local. Assim, proibia a intransmissibilidade das licenças (art.º 33), prevendo a sua cessação sempre que se verifique a tentativa de monopólio de duas ou mais estações e o desvirtuamento da titularidade das licenças. O projeto de lei considerava como Serviço Local de Radiodifusão Sonora aquele que emitisse em frequência modulada “cobrindo uma área cujo ponto máximo do emissor não ultrapasse os 30 Km” (art.º 2, ponto 2). Esta distância só poderia ser ultrapassada quando se tratasse de um emissor localizado em zonas de fraca densidade populacional, de forma a cobrir uma área de 50 mil habitantes (art.º 2, ponto 3).

A aprovação dos projetos de licenciamento caberia a uma entidade licenciadora (art.º 6) a quem competiria também proceder à inspeção final das instalações. Esta entidade licenciadora é o Instituto das Comunicações de Portugal (art.º 50).

O projeto de lei acabaria por não passar disso mesmo, adiando a legalização do setor radiofónico para outros debates.

Foi preciso esperar quatro anos para uma nova proposta de lei da rádio. A Lei 8/87 de 11 de março nunca chegou a ser aplicada, pois foi revogada pela Lei n.º 87/88 de 30 de Julho, mas de qualquer forma procura responder a uma série de questões manifestadas nos projetos de lei anteriores.

As suas preocupações tinham sobretudo a ver com o exercício da atividade de radiodifusão, considerando-se as cooperativas, a par das empresas públicas e privadas como as que poderiam ser titulares de emissores.

A lei consubstancia a proibição de financiamento por partidos políticos e especialmente por autarquias locais. A questão da propriedade é também referida com particular incidência, como forma de impedir qualquer tipo de monopólio, restringindo a detenção por parte de pessoas singulares ou coletivas a uma quota ou participação nunca superior a 25 por cento (art.º 1). Esta questão volta a ser focada a respeito da preferência para a atribuição de alvarás, já que a primeira condição prevista no artigo nono é precisamente a “não titularidade de qualquer outro alvará”. Com esta preocupação expressa na letra da lei, o legislador pretendia assegurar a pluralidade das mensagens difundidas, especialmente pelas emissoras de âmbito local.

Apesar de, como se disse, esta lei nunca ter sido efetivamente aplicada, ela fica para a história do processo de liberalização das ondas de rádio em Portugal, como sendo o primeiro diploma a ser aprovado na Assembleia da República e que previa a existência de emissoras de âmbito regional e local (art.º 5).

Especificamente, o diploma apresenta no seu artigo nono as condições preferenciais para a obtenção de alvarás. Para além da já referida titularidade, a lei dá preferência ao grau de profissionalização, qualidade técnica e viabilidade económica e financeira do projeto, ao maior número de horas de emissão ocupadas com programas culturais, formativos e informativos e, por fim, a candidaturas apresentadas por cooperativas ou outras sociedades integradas por profissionais de comunicação social.

A presente lei estabelece ainda os horários mínimos de emissão que variavam entre as 16 horas, no caso das rádios de cobertura geral e as seis para as emissoras locais. As de cobertura regional teriam de emitir, pelo menos, durante dez horas diárias. A lei não especificava se a emissão teria de ser ou não com programação própria. Uma lacuna que veio mais tarde a ser aproveitada para diversas leituras, concretamente para o aparecimento das cadeias de rádio.

Quanto aos serviços noticiosos, estabelecia a obrigatoriedade de os colocar no ar com regularidade, mas era omissa quanto ao número de noticiários a apresentar e qual o seu âmbito. A lei também não era muito exigente em relação à formação do pessoal das redações, já que essas funções poderiam ser desempenhadas por equiparados a jornalistas e não apenas por jornalistas profissionais. Percebe-se por um lado, que a intenção foi a de ajustar a lei à realidade do país, uma vez que seria pouco provável que todas as rádios locais, especialmente as do interior do país tivessem, pelo menos numa fase inicial, jornalistas profissionais.

A grande novidade desta lei é a criação de um Conselho da Rádio (CR) com o objetivo de “salvaguardar, nos termos da Constituição e da lei, a liberdade, o pluralismo e a independência das entidades que exerçam a actividade de radiodifusão” (art.º 16).

O órgão, que funcionaria junto da Assembleia da República, seria presidido por um magistrado judicial e “constituído por personalidades de reconhecida competência nos domínios da rádio, das telecomunicações, da informação e da cultura” (art.º 17). Das atribuições que a lei lhe conferia, competia ao CR “zelar pela independência da radiodifusão face aos poderes políticos e económicos, impedindo, nomeadamente a concentração monopolista” e garantir que as empresas de radiodifusão prossigam uma “orientação que respeite o pluralismo, possibilite a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião e garanta o rigor e a objectividade da informação” (art.º 18). Competia ainda ao Conselho da Rádio emitir pareceres sobre os pedidos de licenciamento de novas emissoras. Aqui residia parte do poder deste órgão, já que a presente lei fazia depender a atribuição de alvarás de um parecer favorável do CR.

Os membros do Conselho da Rádio teriam um mandato de três anos renováveis. Basicamente, o que o legislador pretendia com a criação deste órgão era assegurar que valores intimamente ligados aos princípios do exercício da radiodifusão e particularmente das rádios locais (as medidas antimonopolistas são alguns desses exemplos) seriam “vigiados” por um organismo independente.

Se a previsão da sua criação contida na lei é uma novidade, é bom lembrar que já em 1985 o Governo tinha mostrado a intenção de criar aquele órgão (Marcos, 1989:19).

O Conselho da Rádio nunca viria a ser criado, já que “morreu” com o diploma que o previa, pois à revogação desta lei, seguiu-se a lei 87/88 de 30 de Julho que não incluiu este órgão. Ao invés do Conselho da Rádio foi criada uma Comissão Consultiva, também ela presidida por um magistrado, mas cuja composição assentava sobretudo na presença de políticos, nomeadamente três eleitos da Assembleia da República, três designados pelo Governo, e dois pelas regiões autónomas.

A função desta comissão era a de “apresentar ao Governo as propostas de atribuição ou renovação dos alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão” (art.º 19 da lei 87/88).

Esta comissão teve, contudo uma vida conturbada já que foi acusada por várias vezes de ter uma constituição favorável ao Governo e de não serem consensuais os critérios de escolha dos candidatos às mais importantes frequências das principais cidades (Mesquita, 1994). As competências desta comissão passaram para a Alta Autoridade para a Comunicação Social quando este organismo foi criado pela lei 15/90.

## **IV.2. A LEI DA LIBERALIZAÇÃO**

Após um longo processo legislativo que teve início em 1983, só cinco anos mais tarde entraria em vigor a lei que regularia o exercício da actividade de radiodifusão. A lei 87/88 de 30 de julho é uma espécie de súmula das iniciativas legislativas que a antecederam.

Assim, com esta lei, o exercício de radiodifusão é atribuído a empresas públicas, privadas e cooperativas, estabelecendo para estas duas últimas um conjunto de objetivos, nomeadamente para aquelas cuja emissão fosse de cobertura local ou regional. De acordo com o artigo 6º da lei, os fins da atividade privada e cooperativa seriam, entre outros, os de alargar a programação radiofónica a interesses, problemas e modos de expressão de índole regional e local, preservar os valores das respetivas culturas, difundir informações de interesse para a área geográfica de cobertura e incentivar as relações de solidariedade entre as populações locais.

O diploma é também mais específico naquilo que diz respeito aos fins específicos da radiodifusão com a inclusão de pontos onde é assegurada a independência e o pluralismo da informação e programação bem como o equilíbrio tendo em conta a diversidade do público. Constituíam também fins específicos da radiodifusão a promoção de programas educativos e formativos.

A lei estabelece ainda que todas as rádios devem apresentar serviços noticiosos regulares sendo, contudo, omissa quanto à quantidade e à sua abrangência geográfica. Este diploma tem ainda mais duas inovações: por um lado considera pela primeira vez a hipótese das funções de redação das rádios locais serem asseguradas por jornalistas profissionais e não apenas por equiparados. Por outro, este diploma é o mais específico em matéria de publicidade, já que estabelece que as mensagens publicitárias não devem exceder 20 por cento da totalidade da programação diária.

Com a entrada em vigor da Lei da Radiodifusão, nos termos do seu segundo artigo, foi criado o decreto-lei 338/88 destinado a regulamentar o regime de licenciamento da atividade de radiodifusão. Este mesmo decreto de lei incluía ainda disposições ao nível das condições de candidatura a alvarás e a medidas anti-monopolistas.

As preocupações contidas nos diplomas anteriores foram contempladas neste decreto-lei, nomeadamente as condições de preferência para atribuição de alvarás e as medidas antimonopolistas. Em relação ao segundo aspeto, este diploma limitava a 30 por cento a participação de cada pessoa coletiva no capital de outra empresa de radiodifusão. Por outro lado, manteve-se a medida de dar preferência na atribuição de alvará a quem não possuísse outra licença.

Quanto ao primeiro ponto, aparece pela primeira vez a intenção de dar preferência às empresas pertencentes a jornais regionais. Esta medida, associada ao facto de se preferir todas as sociedades constituídas por profissionais da comunicação social, foi a forma encontrada pelo legislador para acentuar a tónica na importância de criar verdadeiramente emissoras locais de radiodifusão, evitando desta forma que grandes empresas, muitas delas sem ligação aos locais de cobertura da rádio, pudessem controlar a sua programação.

### **IV. 3. O CONCURSO PÚBLICO**

Aprovada a lei, foi finalmente lançado o concurso público para a atribuição das frequências. A potência das frequências a atribuir (consideradas muitas fracas) as acusações de governamentalização da Comissão Consultiva e especialmente

a obrigatoriedade das emissoras suspenderem as emissões durante o período de avaliação das candidaturas causaram nova agitação no setor.

O governo pretendia que as rádios que funcionavam na ilegalidade encerrassem as suas emissões no dia 24 de dezembro de 1988 acreditando que desta forma as emissoras não pressionariam o processo de decisão. A medida acabou por ser cumprida, não sem antes que as rádios protestassem contra ela, naquele que ficou conhecido como o Dia da Rádio, iniciativa à qual já nos referimos neste livro.

Perante os protestos contra o silenciamento das rádios, o Governo PSD prometia que os primeiros alvarás seriam concedidos num curto espaço de tempo. Tinham sido postas a concurso 402 frequências numa intenção de “acolher o máximo de candidaturas que o espectro permitisse, de acordo com uma ponderação meramente técnica (e política) sem ter em conta o mercado publicitário e a realidade económica dos projetos” (Carvalho, 2014:31).

Ainda assim o número de frequências postas a concurso foi muito inferior ao que se estimava ser a quantidade de emissoras piratas a emitir em todo o país, já que a imprensa da altura falava de cerca de 600 rádios.

Mas, as frequências disponíveis revelaram ainda uma outra realidade no país: a acentuada assimetria entre o litoral e o interior. No litoral houve poucas frequências para muitos candidatos nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Santarém<sup>5</sup>. Os distritos de Lisboa e Porto foram os que obtiveram o maior número de frequências disponíveis (31). No interior verificou-se o oposto. O resultado final foi que em alguns distritos do interior do país muitas frequências ficaram por atribuir. Em Portalegre, ficaram por atribuir 13 frequências, das 17 existentes. Na Guarda, o cenário não foi muito diferente; das 19 frequências, apenas dez foram atribuídas, em Bragança foram atribuídas 13 e em Castelo Branco 14 frequências. Em todo o país, e apesar das cerca de 600 rádios piratas que se pensa terem emitido antes da legalização, ficaram por preencher, nos primeiros anos, 70 das 402 frequências postas a concurso.

Os primeiros alvarás foram atribuídos em março de 1989. Não se pode dizer que tenha havido muitas surpresas quanto à atribuição de alvarás, já que as rádios que apresentavam maiores projetos acabaram por adquirir a desejada autorização. A contestação pós-concurso teve mais a ver com a atribuição das frequências de maior potência, com a TSF a contestar a decisão, já que foi preterida em Lisboa, em relação à Correio da Manhã Rádio, a quem foi dada a frequência com maior alcance. No Porto, a frequência com mais potência foi atribuída à Rádio Nova.

5 Neves, C. (1992, 28 de novembro). Rádios locais: SOS no ar. *Diário de Notícias*.

Atribuídas que estavam as frequências de cobertura local, o governo disponibilizou ainda duas frequências destinadas à cobertura regional: uma a norte e outra no sul, na sequência do Plano de Genebra que depois de alargada a faixa de FM para 108 Mhz, reservou para Portugal três novas frequências, uma para a RDP, ou para a RR e uma terceira a ser desdobrada para frequências regionais.

Os resultados do concurso público foram conhecidos em junho de 1990, depois de alguma controvérsia motivada por alegados favorecimentos por parte da Comissão Consultiva. Nessa altura, José Manuel Fernandes, na altura diretor adjunto do jornal Público, assinava um editorial intitulado “A hipocrisia de um concurso”<sup>6</sup>, no qual é criticada a decisão da comissão consultiva em atribuir à Correio da Manhã Rádio (CMR) a frequência regional para o sul e à Rádio Press a frequência do Norte.

A CMR pertencia ao grupo Correio da Manhã, liderado por Carlos Barbosa que também detinha o jornal com o mesmo nome e o semanário O Independente. A Rádio Press era propriedade do grupo Geográfica, de Freitas da Cruz e que tinha ainda o Comércio do Porto e uma participação no Jornal de Notícias.

Esta decisão deixou de fora outros concorrentes, nomeadamente a TSF considerada por muitos como a emissora que reunia as condições preferenciais para conseguir aquela frequência. Tanto o CMR (com 6,7%) como a Rádio Press (3%) possuíam níveis de audiência inferiores aos de outros candidatos, como a TSF (16,2%) ou Rádio Cidade (22,1%) a Sul e a Rádio Nova (20,7%) no Norte<sup>7</sup>.

Os responsáveis da TSF contestaram a decisão da Comissão. As razões para o descontentamento estavam sobretudo na constituição da própria Comissão que integrava quatro elementos do PSD, o partido do governo na altura e Carlos Barbosa, líder do projeto CMR, que viria a obter uma frequência regional. Esta situação conduziu às acusações de favorecimento político e de falta de imparcialidade da parte da Comissão Consultiva.

À CMR foi atribuída a frequência regional sul, seguida da Rádio Colina, da TSF e da Rádio Cidade. Para o Norte, a Rádio Press ficou em primeiro lugar, seguida da Rádio Nova, liderada pela Sonae. Tiveram, contudo, vidas curtas, pois em 1992 a Rádio Comercial absorveu a programação da Correio da Manhã-Rádio e a TSF a da Rádio Press.

<sup>6</sup> Guerra, J.P.& Antunes, R. (1990, 21 de junho). Uma comissão sob suspeita. *Público*.

<sup>7</sup> Guerra, J.P.& Antunes, R. (1990, 21 de junho). Uma comissão sob suspeita. *Público*.





## CAPÍTULO V

# EUFORIA, DEPRESSÃO E REORGANIZAÇÃO

*Sem a rádio, as aldeias não despertam*

(Carvalho, P. & Roberto, M., 2013, 21 de julho. P2)

### V. 1. A PRIMEIRA DIFICULDADE: A REALIDADE

O período que se seguiu à liberalização do setor da rádio em Portugal não foi, como se poderia esperar, de acalmia. Apesar de terem obtido a tão desejada legalização, as rádios locais portuguesas continuaram a navegar em ondas muito conturbadas, já não devido à incerteza da atribuição de uma licença para emitir, mas agora devido ao choque que a realidade lhes mostrou.

Os primeiros cinco anos após a liberalização da rádio evidenciou as debilidades de ordem financeira e estrutural de muitas empresas de radiodifusão. Algumas emissoras continuaram a emitir com um ou dois profissionais, um gira-discos e pouco mais, tal como faziam na clandestinidade. Na verdade, era o necessário para colocar no ar uma programação, mas as exigências de um cenário de liberalização onde imperavam as regras de mercado tornaram evidente a insuficiência de muitos projetos. Com efeito, operando em mercados publicitários muito frágeis, algumas rádios locais acabaram por encerrar as suas emissões, ceder a antena a outras emissoras de maior capacidade ou abdicarem total ou parcialmente da sua programação a favor de confissões religiosas.

Até mesmo os que eram considerados mais sólidos, como a Radiogeste, ou as emissoras a quem foram atribuídas as frequências regionais, não escaparam a este cenário de crise. Em 1990, um ano apenas após a legalização das rádios locais,

trinta rádios tinham deixado de emitir, de acordo com a Associação Portuguesa de Radiodifusão.<sup>1</sup>

Um pouco por todo o país, sucediam-se os casos de encerramento de rádios locais cedendo a sua frequência a outros projetos, pouco ou nada relacionados com as comunidades locais. Em 1992 o cenário de alteração dos projetos iniciais das rádios locais era assumido pela própria Associação Portuguesa de Radiodifusão. O presidente na altura, José Manuel Inácio, admitia que devido a constrangimentos de ordem financeira muitos projetos iniciais foram desvirtuados “dos objetivos para que foram criados”<sup>2</sup>

Mário Mesquita sintetiza assim o período imediato à legalização das rádios piratas:

De 1990 a 1993 são numerosas as alterações deste sector. Estações que fecham, que se associam a outras, que são vendidas, que alteram radicalmente o seu projecto inicial, enfim, a rádio local está longe de encontrar o seu ponto de estabilidade (Mesquita, 1994: 400).

Para além do fecho de emissoras, a questão das assimetrias entre o litoral e o interior está bastante vincada no estudo realizado pelo Observatório da Comunicação (Cádizima, 2000) ao revelar que se acentuou a disparidade em termos de capacidade financeira entre as rádios ditas de província e as restantes, normalmente localizadas nas grandes cidades. O estudo do Obercom foi realizado pelo método de inquérito e procurou caracterizar a primeira década da radiodifusão local em Portugal.

No plano económico e financeiro, o estudo mostra como a realidade do setor da radiodifusão local no pós-legalização é muito diferente daquele que se verificava no período das piratas. De acordo com o Observatório da Comunicação, das 74 rádios locais que responderam ao inquérito solicitado por aquele organismo, 15 faturaram em 1999 entre 20 mil (100 mil euros) e 30 mil contos (150 mil euros) por ano. Mas, por outro lado, 14 faturaram anualmente apenas de mil a 10 mil contos (5 mil a 50 mil euros) e localizam-se nas ilhas ou na província. Ainda no capítulo da faturação em publicidade, apenas quatro rádios locais indicaram que têm receitas anuais superiores a 100 mil contos (500 mil de euros) e todas se situam nas grandes cidades do litoral, em particular da grande Lisboa.

<sup>1</sup> Gomes, K. (1998, 24 de dezembro). Rádios calaram-se há dez anos. *Público*.

<sup>2</sup> Neves, C. (1992, 28 de novembro). Rádios locais: SOS no ar. *Diário de Notícias*.

Quanto a funcionários, o estudo revela que um número considerável de emisoras locais, 21 das 74 inquiridas, não tem mais de 10 empregados nos quadros. A média situa-se entre os 11 e os 25 funcionários, sendo que apenas quatro emisoras têm mais de 45 funcionários. Ou seja, o setor da radiodifusão local portuguesa nos primeiros anos pós-legalização caracteriza-se pela existência de pequenas ou médias empresas.

No capítulo dos conteúdos, e ao contrário do que sucedia na primeira metade da década, a esmagadora maioria das rádios locais tem 24 horas por dia de programação própria. Um pequeno número, três em 74, tem menos de 10 horas por dia de programas feitos na própria estação e mesmo assim todas acima das 6 horas, que era o limite mínimo imposto por lei em 1999<sup>3</sup>.

O espaço dado à informação própria foi também considerado no estudo do Observatório da Comunicação que revela que a maior parte das rádios locais produz diariamente entre três a dez blocos de informação, o que as enquadra no disposto legal exigido na altura que previa que fossem emitidos diariamente três blocos de informação da área geográfica da emissora<sup>4</sup>. No entanto, o estudo mostrou que algumas rádios locais apenas emitiam dois blocos diários de informação própria, o que contrariava a lei.

Ao mesmo tempo, as rádios de maior dimensão procuravam posicionar-se no setor na tentativa de obterem posições dominantes. A TSF firmava com a Rádio Nova (Porto) uma colaboração ao nível da informação e a mesma Rádio Nova fazia acordos com outras emisoras locais da região Norte do país. Enquanto isso, entravam no setor algumas organizações religiosas, como a Igreja Universal do Reino de Deus que começou por estar presente, no final da primeira metade da década de 90, pelo menos em quatro rádios locais<sup>5</sup>.

A segunda metade da década de 90 caracteriza-se pela consolidação de alguns projetos que tinham sobrevivido aos primeiros anos da liberalização. Algumas rádios começam a evidenciar-se junto das audiências, casos da rádio Festival, no Porto ou da rádio Cidade, em Lisboa.

Estas iniciativas são, em parte, devidas ao interesse de grupos de comunicação pelo setor da radiodifusão local com destaque para a Lusomundo e Media Capital. Em 2005, Rogério Santos identificava 18 grupos que detinham rádios locais, com destaque para a Media Capital Rádios que na altura, para além da

<sup>3</sup> Lei da Rádio 2/97 de 18 de janeiro, artigo 12B.

<sup>4</sup> Lei da Rádio 2/97 de 18 de janeiro, artigo 12.

<sup>5</sup> Massada, J. (1993, 4 de dezembro). Rádio Activada. *Expresso*.

Rádio Comercial, já possuía seis rádios a emitir em frequências locais (Santos, 2005: 141).

A entrada de grupos de comunicação neste setor gerou um cenário contraditório. Ao mesmo tempo que ajudou a sedimentar algumas rádios, não foi capaz de suportar alguns projetos que se apresentavam inovadores e que ofereciam propostas de programação diferente. Os casos mais paradigmáticos são a XFM e a FM Radical (antes NRJ- rádio Energia) que, embora pertencentes ao grupo Lusomundo (que detinha também a TSF) acabaram por encerrar portas no final de 1997.

Em ambos os casos, a razão para o encerramento relacionou-se com a inviabilidade económica dos projetos. A XFM oferecia uma programação musical alternativa e autointitulava-se como uma rádio para a grande minoria. Já a FM Radical dirigia-se a um público jovem junto do qual obteve grande sucesso. Nem a XFM, nem a FM Radical tinham apostas na programação ou informação local, apesar de utilizarem frequências locais de Lisboa e Porto. Na realidade, o fim da década de 90 e o início do século gerou um cenário caótico, com o aparecimento de várias rádios, praticamente todas com programação musical, e com vidas mais ou menos efémeras. Casos da Best Rock FM, Nacional, Central FM, Super FM (da grande Lisboa para o Algarve e depois de volta a Lisboa), Foxx, Mix FM, Metropolitana FM... e por aqui nos ficamos. São projetos meramente comerciais e que em nada se aproximavam do conceito de rádio local, apesar de terem utilizado frequências locais da Grande Lisboa.

À escala regional encontramos sinergias de forma a rentabilizar os projetos. É disso exemplo a Cadeia de Informação Regional criada em 1997 e que agregava oito rádios dos distritos de Bragança e Vila Real. Em 1999 as rádios Clube de Sintra e de Cascais fizeram a mesma coisa<sup>6</sup>. Pretendiam estas emissoras criar uma cadeia metropolitana de Rádios em Lisboa, segundo a qual duas vezes por dia uma das duas rádios emitia um noticiário alargado coproduzido pelas duas estações. Desta forma, chegariam a um auditório mais vasto e as receitas da publicidade que iam para o ar antes e depois do noticiário revertiam a favor de ambas as rádios. De forma esporádica, algumas rádios locais do Baixo Alentejo (Rádio Sines, Miróbriga, de Santiago do Cacém) colaboram entre si permitindo uma maior cobertura noticiosa dos eventos que ali ocorrem. Há também o exemplo de um noticiário regional a ser emitido diariamente de modo rotativo pelas rádios F da Guarda, Rádio Satão, Rádio Ar (ambas de Viseu) e Rádio Fronteira de Vilar Formoso (Santos, 2005: 140-141). Esta forma de agir traduziu-se em claros benefí-

<sup>6</sup> Portugal, M. (1999, 18 de dezembro). Sinergias em Antena. *Público*.

cios especialmente para as rádios com menos recursos ao nível informativo, mas o exemplo não foi seguido por outras emissoras no país.

O final da década de 90 é também o período onde se começa a perceber com clareza o peso das rádios locais no contexto da radiodifusão portuguesa. Em 1999 o jornal Público<sup>7</sup> divulga um estudo da Marktest encomendado pela Secretaria de Estado da Comunicação Social e pela Associação Portuguesa de Radiodifusão, segundo o qual as rádios locais lideravam as audiências em 68 concelhos, atrás da Rádio Renascença.

Questões como a colocação de publicidade institucional nas rádios locais, ou os incentivos do Estado, tal como já sucedia com a imprensa regional, começaram a emergir, levando o governo a aprovar o Decreto de Lei 56/2001 que estabelece um pacote de incentivos às rádios locais. É também criado um serviço específico da agência de notícias Lusa para a rádios locais.

Com vista à consolidação dos projetos, a aprovação por parte do governo do Decreto de Lei 56/2001 é a esse nível determinante. O diploma regula o sistema de incentivos aos órgãos de comunicação social regionais, onde se incluem as rádios locais. O decreto prevê apoio em quatro grandes áreas com o objetivo de ajudar as rádios locais, com problemas crónicos ao nível financeiro, a acompanhar a modernização tecnológica. Inovação e desenvolvimento empresarial, criação de conteúdos na Internet, modernização tecnológica, formação e qualificação de recursos humanos são as áreas às quais as rádios locais podem concorrer a incentivos.

De acordo com dados do Instituto da Comunicação Social, entre 1997 e 2001 concorreram a incentivos à modernização tecnológica 213 rádios locais num apoio global superior a um milhão de contos (5 milhões de euros). Quanto à criação de conteúdos, houve 97 concorrentes em 2001. O número desce para apenas 30 rádios no que diz respeito à inovação e desenvolvimento empresarial, sendo que dessas apenas nove foram contempladas com incentivos. Quanto à publicidade institucional a cargo do Estado, a portaria n.º 209/96 de 12 de Junho estabelece que deve ser canalizada para as emissoras locais 75 por cento dessa publicidade. Seguindo a tendência nas rádios de cobertura nacional, o investimento tem, contudo vindo a decrescer desde 1999, de acordo com dados do ICS, também nas rádios locais, de 130 mil contos para apenas 74 mil (650 mil para 370 mil euros) o que significa uma variação de 43,2 por cento. Ao invés, as receitas de publicidade comercial subiram ligeiramente nas rádios locais de 1999 para 2000, significando um acréscimo de três por cento.

<sup>7</sup> Rodrigues, S. (1999, 31 de março). Rádios locais, peso nacional. *Público*.

Este ligeiro aumento não resolveu os problemas financeiros de muitas emisoras, algumas delas vivendo situações muito complicadas. A sobrevivência financeira das empresas de radiodifusão local marcou a primeira década da legalização e conduziu à apresentação de propostas legislativas com a finalidade de resolver a questão financeira das rádios locais.

Por exemplo, a proposta de lei, que constituiria a base da lei 4/2001, apresentada pelo governo, previa no seu artigo 5º que as autarquias locais pudessem estabelecer protocolos de colaboração com operadores radiofónicos da sua área geográfica, desde que essa decisão fosse tomada mediante deliberação da Assembleia Municipal. Trata-se de uma medida recorrente já que em 1983 o projeto de lei de Dinis Alves e Jaime Ramos também propunha essa situação.

Se o governo socialista entendia que esta medida poderia ajudar à sobrevivência das emisoras locais, pois as ajudas financeiras das autarquias, que são indiretas através do pagamento de espaços, passariam a ser diretas, a oposição entendeu, por seu lado, que isso poderia conduzir a uma promiscuidade entre poder político e os meios de comunicação social, havendo o perigo de perda de independência editorial. O artigo acabou por ser retirado.

Percebia-se, no final da década de 90 que se tornava urgente tomar medidas de índole legislativo considerando a descaraterização do setor. Muitas rádios locais, particularmente por falta de recursos, não estavam a conseguir cumprir as suas funções de proximidade com as comunidades locais onde se inseriam.

Outras rádios abdicavam de programação própria cedendo a sua emissão a rádios de maior dimensão gerando um cenário no qual muitas frequências estavam a ser ocupadas por operadores sem qualquer ligação às comunidades, ao mesmo tempo que rádios de maior dimensão conseguiam retransmitir a sua programação para boa parte do território mediante a utilização dos emissores das rádios locais mais débeis. Este cenário de cadeias de rádio (que desenvolveremos no ponto seguinte deste livro) era claramente contrário aos princípios da radiodifusão local e é neste contexto que é aprovada uma nova lei para o setor.

A lei 4/2001 de 23 de Fevereiro, aprovada pela esquerda com as abstenções do PSD e CDS-PP, intensifica as preocupações já contidas no diploma que a antecede, mas introduz alguns artigos que pretendem acompanhar a evolução tecnológica que também se faz sentir no meio radiofónico, nomeadamente com as emissões em DAB (Digital Audio Broadcasting) e a Internet.

Um dos artigos que gerou maior polémica foi o 14º, no qual se estabelece a intransmissibilidade dos alvarás das rádios. A discussão foi motivada pelo facto de, segundo a anterior lei, os alvarás poderem ser doados ou vendidos três anos após a data de atribuição, algo que com a nova lei passa a estar proibido, mas

apenas para as cooperativas de radiodifusão, pois não são negociáveis. Com a Lei 4/2001, a renovação dos alvarás passa a ser automática, caso a Alta Autoridade para a Comunicação Social não se pronuncie num prazo de três meses.

Com o pedido de renovação de alvarás a decorrer, assiste-se a um conjunto de rádios que veem as suas licenças canceladas. Entre as razões, está o facto de “se afastarem do cumprimento dos fins específicos das rádios locais generalistas (...) por não terem programação própria (...) por não apresentarem noticiários que exprimam qualquer proximidade com os interesses e características das populações em que estão inseridas”<sup>8</sup>, violando assim a Lei 87/88 de 30 de Julho com as alterações da Lei 2/97 de 18 de Janeiro.

A lei 4/2001 procura colocar alguma ordem num setor que começava a estar descaracterizado em virtude da banalização das cadeias de radiodifusão, do encerramento de outras rádios e das dificuldades financeiras de muitas emissoras. Uma das disposições do novo quadro legal passa por obrigar as rádios locais a emitir, pelo menos oito horas de programação própria, numa tentativa de levar as rádios a voltarem-se para as comunidades onde estão inseridas. A Associação Portuguesa de Radiodifusão contestou esta medida uma vez que iria prejudicar as rádios com menores recursos. De acordo com a APR haveria cerca de 40 a 50 rádios locais a emitir menos de 24 horas e que para cumprir a lei tiveram de fazer investimentos, o que nalguns casos significou um esforço financeiro não previsto<sup>9</sup>.

Olhando para a primeira década do século XXI, verificamos que as debilidades económicas e financeiras ainda são muito visíveis na maior parte das rádios locais portuguesas, com expressão prática ao nível dos recursos humanos e técnicos. No verão de 2012, a Rádio Jornal do Fundão que pertencia à Controlinveste anunciou o fim das suas emissões “por falta de receitas que a tornem viável”<sup>10</sup>. Um ano depois, a RBA de Bragança foi adquirida pelo Grupo Media Capital para retransmitir a M80 acabando com um dos principais programas daquela estação, o “Bom dia Tio João”, destinado a um público idoso<sup>11</sup>. O programa foi retomado dois meses mais tarde noutra estação da cidade, Rádio Brigantia. Estes são apenas dois exemplos do que ia acontecendo um pouco por todo o país.

De acordo com o ‘Estudo de Impacto dos Incentivos diretos concebidos pelo Estado aos órgãos de comunicação social regional e local’ (Carvalho *et al.*, 2010),

<sup>8</sup> Deliberação de 3 de Outubro de 2001. Alta Autoridade para a Comunicação Social.

<sup>9</sup> S.R. (2001, 24 de agosto). Rádios obrigadas a emitir 24 horas por dia. *Público*.

<sup>10</sup> Meios&Publicidade. (2012, 31 de julho). Rádio Jornal do Fundão suspende emissão a partir de quarta-feira. *Meios&Publicidade*.

<sup>11</sup> Público. (2013, 13 de junho). Em Bragança já não há “Bom Dia Tio João”. *Público*.

a imprensa regional e local, incluindo as rádios locais, revela alguma dependência de subsídios do Estado, nomeadamente através do Gabinete para os Meios de Comunicação Social, das autarquias, das igrejas e de entidades particulares que tiram partido das suas potencialidades enquanto órgãos de comunicação social.

A modernização dos projetos editoriais regionais e locais passa, necessariamente, pela salvaguarda da independência destes face aos poderes políticos, religiosos, e em especial na salvaguarda da idoneidade ao poder autárquico (Carvalho *et al.*, 2010). O mesmo estudo sublinha as dificuldades estruturais e organizacionais das empresas de radiodifusão local em Portugal ao notar a existência de uma elevada percentagem (87%) de microempresas, ou seja, empresas cujo volume de negócios não excede os dois milhões de euros e o número de trabalhadores é inferior a 10 trabalhadores assalariados. Verifica-se, igualmente, uma percentagem baixa (13%) de pequenas empresas, cujo volume de negócios é inferior ou igual a 10 milhões de euros e o número de trabalhadores assalariados é inferior a 50.

Também a Associação de Rádios de Inspiração Cristã (ARIC), que representa várias rádios locais portuguesas, traça em 2013 um cenário preocupante. De acordo com o Estudo sobre os Principais Grupos de Custos de Financiamento das Rádios Associadas da ARIC, 80% das emissoras “assinalam quebra no desempenho económico e as rádios estão a diminuir custos em áreas chave da Organização como por exemplo os Recursos Humanos” (2013, s.p.). O estudo evidencia ainda que entre 2012 e 2013 aumentou o número de rádios locais que registaram nesse período quebra de atividade económica. Este cenário teve reflexos a vários níveis, em particular nos recursos humanos das estações de rádio, como assinala o estudo. “Em termos de quantificação de efetivos se em 2012, já se perspetivavam valores para reduções de colaboradores, na ordem dos 24 trabalhadores, agora esse valor ascende a 45 pessoas, ou seja, quase duplica” (ARIC, 2013, s.p.).

## **V.2. DAS CADEIAS DE RÁDIO ÀS TEMÁTICAS**

A radiodifusão local portuguesa foi profundamente afetada por dois cenários criados, praticamente, logo a seguir à legalização: as cadeias de rádio e as rádios temáticas.

Com o avolumar dos problemas financeiros das rádios, muitas começaram a ter dificuldade em garantir produção própria. Na prática, uma vez que algumas rádios locais não tinham capacidade ao nível dos recursos humanos e técnicos



para assegurar a emissão de programação própria, cediam a sua antena a outras emissoras que retransmitiam os seus conteúdos.

Por outro lado, rádios de maior dimensão, normalmente localizadas no litoral, desejavam expandir a sua emissão. Como não o poderiam fazer por questões técnicas e legais, dadas as limitações de potência das frequências impostas pela lei, a solução encontrada foi a retransmissão da programação utilizando a antena de rádios locais em dificuldade.

Ou seja, a constituição de cadeias de radiodifusão combinou duas vontades. Por um lado, os operadores que, em função das debilidades financeiras, não conseguiam manter uma programação local durante 24 horas e, por outro, o desejo de outras emissoras com maiores recursos de expandiram a sua emissão pelo país. Esta estratégia revelou-se, em certa medida, benéfica para as emissoras locais com menores recursos, pois parte da sua grelha de programação passou a estar preenchida, algo que de outra forma não aconteceria por falta de meios.

O cenário então criado foi de um largo conjunto de emissoras locais que, na realidade, existiam sem programação própria e apenas retransmitiam os conteúdos de emissoras de maior capacidade. Isto acontecia apesar de não haver uma regulamentação específica para o efeito.

O que se verificou a partir daqui, foi a contínua descaracterização e afastamento das rádios locais das suas comunidades de origem, com a canibalização através da constituição de cadeias de rádios, nas quais as emissoras com maiores recursos, numa tentativa de cobrir todo o território, firmaram protocolos com rádios locais para a retransmissão da sua programação, transformando-as numa espécie de centros retransmissores e gerando as designadas rádios-fantasma, ou seja, possuíam efetivamente um emissor, mas não tinham programação nem informação próprias (Marinho, 2000:99).

De uma fase em que prevaleceram os princípios ligados à produção de um discurso alternativo, muito ligado às populações locais, passou-se para um período no qual se fizeram notar as debilidades da maior parte dos projetos, vindo à superfície a falta de formação e de recursos financeiros e humanos de muitas rádios locais.

Tratava-se de um claro atropelo à lei que previa a cedência de apenas 20 por cento da sua emissão, mas as cadeias de rádios que entretanto se formaram excediam claramente esse número, perdendo assim o seu âmbito local. Os primeiros quatro anos, até 1993, após a legalização das rádios piratas, revelou um cenário de colonização das rádios locais com menos recursos por outras de maior envergadura. As cadeias de rádios sucederam-se por todo o país com destaque para a

TSF que desta forma conseguiu que os seus noticiários fossem ouvidos em quase todo o território nacional, chegando às 60 rádios locais<sup>12</sup>.

Na primeira metade dos anos 90 as principais rádios posicionam-se para se constituírem em cadeia havendo duas que se destacam: a cadeia nacional liderada pela TSF e a cadeia liderada pela CMR. A imprensa da altura falava na constituição de uma terceira cadeia de rádios que incluiria a Rádio Press e a Radiogeste.

Outro grande beneficiário das cadeias de radiodifusão foi a Rádio Capital, uma emissora que emitia a partir de Almada, e que conseguiu chegar a quase todo o país através da prática de retransmissão da sua programação utilizando os emissores de nove rádios de norte a sul. Em 2001, estas rádios viram o seu alvará cancelado, pois não tinham qualquer tipo de produção própria (Cádima, 2000:210).

Matos Maia faz referência, no seu livro “A Telefonia” a um inquérito realizado a uma centena de operadores de radiodifusão. De acordo com esse estudo, “55 por cento das estações locais emitem em simultâneo com outros operadores” (Maia, 1995: 229).

O quadro legal em que esta situação se verificava acabou por ser atualizado, quando em 1992 as cadeias de rádio foram legalizadas pelo governo, (que mais uma vez se viu confrontado com uma realidade de facto consumado) com a publicação do Decreto de Lei 30/92 de 5 de Março que legaliza, praticamente sem restrições as cadeias radiofónicas. O diploma em causa altera o Decreto de Lei do licenciamento das rádios locais 338/88 e é justificado por se constatar que “aos operadores que efectuam a cobertura radiofónica de âmbito local se têm deparado dificuldades para a realização adequada da cobertura da área geográfica já atribuída. Importa, portanto, prever que numa cobertura local possam ser utilizados retransmissores (...)”. Deste modo, o decreto lei 30/92 prevê o seguinte:

“(...) os titulares de alvará possam ceder tempo de antena a operadores nacionais detentores de alvarás para o exercício de radiodifusão, de âmbito regional ou local, é permitida a associação entre si, ou a um operador detentor de uma rede de cobertura geral, para difusão simultânea de programas culturais, formativos ou informativos”

(Decreto lei 30/92 de 5 de março, art.º 3).

Com este quadro jurídico, o legislador acabou por legitimar um conjunto de atropelos feitos à lei durante os primeiros anos da legalização. Num ápice, o cenário da radiodifusão local em Portugal ficou praticamente dividido entre as

<sup>12</sup> Massada, J. (1993, 4 de dezembro). Rádio Activada. *Expresso*.

emissoras locais de Lisboa e Porto que controlavam algumas rádios localizadas em cidades de média dimensão e, por outro lado, os pequenos operadores que lutavam por se manter fiéis aos princípios inspiradores do movimento. Analisadas as causas, concluíram os responsáveis pelo setor da radiodifusão local e regional que as cadeias de rádio constituíram uma consequência e não uma causa e, por isso, o discurso passou a centrar-se mais na necessidade de incentivos ao nível financeiro e de formação dos profissionais. Foram aliás, estas algumas das conclusões retiradas do 4º Congresso de Rádios, realizado na Marinha Grande em 1994.

O debate em torno das cadeias de rádio acabou por marcar os anos seguintes. Em 1995, durante o 5º Congresso Nacional de Rádios, o Secretário de Estado para a Comunicação Social, Arons de Carvalho colocou à discussão dos congressistas aquilo que viria a ser, mais tarde, a solução encontrada em termos legais para o problema das cadeias de rádios.

Disse na altura Arons de Carvalho: “(...) bastará uma política de incentivos às rádios locais para impedir esta situação, ou para impedir pelo menos que esta situação se agrave? Ou será também correcto e necessário obrigar todas as rádios a terem programação própria?”<sup>13</sup>

Assim, foram tomadas medidas no plano legislativo para regulamentar a constituição de cadeias de rádios. Primeiro, pelas alterações à lei 87/88 de 30 julho pela lei 2/97 de 18 de janeiro e depois com a aprovação da lei 4/2001 de 23 de fevereiro.

A solução encontrada na lei 2/97 de 18 de janeiro passou pela criação da figura de rádio temática. Ou seja, as rádios passam a poder ser classificadas quanto ao seu conteúdo enquanto generalistas ou temáticas, sendo estas musicais ou informativas. O espírito da lei foi evitar que um grande número de rádios locais se constituíssem em cadeia e por isso criou um conjunto de obrigações, mas apenas para as rádios generalistas. Ao não fazê-lo para as temáticas, abriu um novo caminho para a constituição de cadeias de rádio. Isto é, de acordo com esta lei, só as generalistas eram obrigadas “a produzir e difundir um mínimo de três serviços noticiosos respeitantes à sua área geográfica, obrigatoriamente transmitidos entre as 7 e as 24 horas e mediando entre eles um período de tempo não inferior a três horas”<sup>14</sup>. Assim, para terem a possibilidade de se constituir em cadeia, bastaria solicitar a alteração de tipologia de generalista para temática. E foi isso que

<sup>13</sup> - Intervenção do secretário de Estado para Comunicação Social, Arons de Carvalho, durante o V Congresso Nacional de Rádios, promovido pela Associação Portuguesa de Radiodifusão, realizado na Figueira da Foz em 1995.

<sup>14</sup> Ponto 2 do artigo 12 da Lei da Rádio 2/97 de 18 de janeiro.

aconteceu nos anos seguintes. Logo em agosto do mesmo ano, o jornal Público noticiava que uma dezena de rádios tinham solicitado a alteração de tipologia de generalista para temática<sup>15</sup>.

Com a aprovação da lei 4/2001 de 23 de Fevereiro, estas medidas são intensificadas. Assim, às seis horas diárias previstas pela lei anterior, este diploma obriga a que haja um mínimo de oito horas a emitir entre as 7 e as 24 horas, determinando que cada emissora indique durante o período de programação própria a denominação da rádio bem como a sua localização.

No plano da informação, este diploma mantém o cenário anteriormente previsto, ou seja, o de prever a difusão diária de, no mínimo, três blocos noticiosos de âmbito local. Nesta lei, opta-se por um meio termo, já que em vez da proibição total de emissão em cadeia, o diploma prevê a sua realização apenas para as estações classificadas como temáticas e segundo determinadas condicionantes. Assim, de acordo com o artigo 30 da Lei da Rádio, só podem emitir em cadeia as rádios que obedeçam a um mesmo modelo específico, num máximo de quatro estações, desde que a distância entre elas não seja inferior a 100 quilómetros.

Com a clarificação das cadeias de retransmissão enquadradas na lei, a Entidade Reguladora da Comunicação (órgão que substituiu a Alta Autoridade para a Comunicação Social em 2005) recebe vários pedidos e, entre 2007 e 2010, com exceção de 2008, “as maiores movimentações deram-se sobretudo no campo das alterações de designação – um domínio que se traduz sobretudo em autorizações para transmissões em cadeia” (Silva, 2014:54). Os pedidos para transmissão em cadeia basearam-se sobretudo em dois argumentos: crise nacional e internacional e constrangimentos do mercado publicitário (Silva, 2014:55). A Media Capital Rádios assume-se como o principal protagonista e consegue assim expandir a sua rede de rádios por praticamente todo o país.

Em 2007, o relatório da Entidade Reguladora para a Comunicação revela que 30 por cento das rádios locais em Portugal emitem em cadeia, sendo que a Renascença é a emissora que mais rádios locais tem em cadeia (ERC, 252-254).

A lei 54/2010, que revoga a lei anterior, continua a prever a emissão em cadeia referindo que os “serviços de programas de âmbito local ou regional podem transmitir em cadeia a programação de outros serviços de programas com a mesma tipologia”. A mesma lei refere, no entanto, que as rádios que emitam em cadeia são obrigadas a ter pelo menos 8 horas de programação própria.

<sup>15</sup> Lourenço, E. (1997, 4 de agosto). Cadeias radiofónicas legais. *Público*.

Mas, se a questão da emissão em cadeia ficou mais clarificada, começa a surgir um outro cenário no setor das rádios locais portuguesas com o aumento de pedidos de alteração de programação de generalista para temática.

De acordo com a lei 4/2001 de 23 de fevereiro, mediante a apresentação de uma candidatura, seria atribuída a classificação de rádio temática, que estava, contudo, sujeita a algumas regras, nomeadamente que no mesmo concelho teria de haver uma rádio de conteúdo generalista, para que outra fosse temática. Era a tentativa de garantir que, pelo menos uma rádio não emitiria apenas conteúdos musicais e daria atenção à informação de âmbito local.

Após o primeiro concurso público para a atribuição de classificação de rádio temática, em 1997, obtiveram essa alteração 16 estações, das quais três são informativas e as restantes musicais. Em 2000, o concurso para rádios temáticas disponibilizou 25 frequências, 10 das quais na área metropolitana de Lisboa (Cádima, 2000:229).

De acordo com dados disponibilizados pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social, até 2006 encontravam-se licenciadas 22 rádios temáticas, sendo que destas, 18 estavam classificadas como musicais e apenas quatro informativas.

Em relação às rádios temáticas, o cenário ficou ainda mais facilitado com a publicação da lei da radiodifusão 54/2010, uma vez que termina a restrição imposta pela anterior lei que impunha que, no mesmo concelho, uma rádio só poderia ser temática se a outra fosse generalista. Terminada esta restrição, a lei abre caminho a que muitas rádios solicitem, quase sem condições a alteração de tipologia, conduzindo a que muitas localidades tenham perdido, na prática, a rádio local ligada à comunidade no sentido em que se transformaram em emisoras temáticas musicais.

A lei 54/2010 refere no seu artigo 8º que as rádios podem ser temáticas informativas, musicais ou outras e são assim considerados os serviços de programação que “apresentem um modelo de programação predominantemente centrado em matérias ou géneros radiofónicos específicos”.

Os pedidos de alteração de programação sucedem-se nos anos seguintes à entrada em vigor da lei e isso motiva preocupação da parte da Entidade Reguladora da Comunicação:

“(…) assistiu-se, em 2010, a uma tendência, que começa a sedimentar-se no panorama radiofónico nacional, entre as rádios de âmbito local, no sentido da alteração dos respetivos projetos radiofónicos visando a sua adaptação a modelos pré-existentes, já reconhecidos ou reconhecíveis pela audiência,

disso sendo reflexo os pedidos de alteração do projeto aprovados (15), assim como de alteração da denominação dos serviços (18)” (ERC, 2012: 23).

Esta preocupação manifestada pela ERC conheceu substância prática nos anos seguintes. Assim, em junho de 2012, menos de dois anos após a aprovação da nova lei, a imprensa da altura noticiava que a Entidade Reguladora para Comunicação já tinha aprovado 10 pedidos de alteração de programação e que se preparava para “analisar mais outros cinco processos de alteração” referindo ainda que “os principais grupos de rádio estão a alterar os projectos radiofónicos das suas rádios locais generalistas para rádios temáticas musicais e a despedir os respectivos animadores e jornalistas”<sup>16</sup>.

Estes dados motivaram nova intervenção da ERC emitindo em 2012 a deliberação 1/OutR/2012 sobre a promoção da diversidade informativa nas rádios na qual manifestava a sua preocupação quanto à manutenção do pluralismo informativo nas rádios locais portuguesas. Na deliberação colocada em discussão pública pela ERC pode ler-se o seguinte:

“Lei n.º 54/2010 (doravante, Lei da Rádio) eliminou as restrições anteriormente consagradas à possibilidade de alteração da tipologia das rádios locais, em função da existência ou não, no mesmo concelho, de rádio generalistas, daí que se venha assistindo a uma tendência de modificação da tipologia dos serviços de programas de generalistas para temáticos musicais, com o conseqüente desaparecimento das rádios generalistas [Neste sentido, a ERC recomendou na diretiva que seja salvaguardada] [...] uma componente informativa de carácter local” (ERC, 2012, n.p.).

Em 2014, é colocada em discussão pública uma proposta de alteração da lei da rádio (Proposta 194 – XII), mas não contempla modificações que impliquem as rádios locais, nomeadamente em relação às rádios temáticas e à necessidade de rever o pluralismo e diversidade na informação local, conforme é descrito na deliberação da ERC. O sindicato dos jornalistas considerou esta uma oportunidade perdida tendo em conta a urgência de revisão daquelas matérias<sup>17</sup>.

O resultado foi que, como se observa no quadro II, a maior parte das rádios temáticas estão classificadas como musicais e não como informativas, uma das

<sup>16</sup> Meios&Publicidade (2012, 18 de junho). É terrível o que se está a passar com as rádios locais. *Meios&Publicidade*.

<sup>17</sup> Parecer à proposta de n.º 194/XII. Sindicato dos Jornalistas. 1 de abril de 2014.

razões para esta situação é a redução de custos que isto implica pois, sendo uma rádio musical não necessitará de tantos profissionais, nomeadamente de jornalistas, mas ao mesmo tempo vai perdendo o seu vínculo à comunidade onde se insere.

#### QUADRO II – Rádios temáticas em Portugal

Tipologia	Rádio temáticas
Musicais	62
Informativas	6
Desporto	5
Cultura	1
Outras	5
Total	79

Fonte: ERC, 2018. <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hFRwll9d19p3sFdpGIGD5AZdvfMqEidzLLKV2gbHk8Y/edit?usp=sharing>

Como a lei prevê este cenário, as empresas de comunicação sentem-se mais seguras em adquirir as rádios locais, pois sabem que as podem utilizar para modelos já testados e baseados numa programação musical. Esta prática de constituição de rádios temáticas musicais foi levada a cabo sobretudo pelos grupos de comunicação que adquiriram emissoras nas principais cidades do país.

A Media Capital Rádios tem em 2019 um apreciável conjunto de frequências locais, as quais estão longe de prestar um serviço à comunidade onde nasceram, pois emitem sobretudo programação musical, como são os casos da Smooth FM, Vodafone FM ou a Cidade FM. A sua rede de emissores estende-se do Barreiro ao Sabugal. De Leiria a Vila Real, de Manteigas a Alcanena totalizando cerca de 30 frequências locais para a retransmissão das principais rádios do grupo: M80, Smooth ou Cidade<sup>18</sup> (Correio da Manhã, 18 de junho de 2013)

Em 2015, dos 320 serviços de rádio licenciados, 73 tinham a classificação de temática (Costa, 2017:74). Em 2018, a ERC (2017) tem registadas 317 rádios locais em Portugal, sendo que destas 79 são temáticas, destas 62 são rádios musicais (quadro II).

<sup>18</sup> - Real, H. (2013, 10 de junho). Media Capital compra nove rádios. *Correio da Manhã*.





## CAPÍTULO VI

# AS RÁDIOS LOCAIS PORTUGUESAS NA INTERNET

*A rádio local tem que competir com outros meios que ampliam a sua oferta de conteúdos a cada dia, muito próximos aos da rádio. Assistimos a uma concorrência crescentemente multimidiática.*

(Herrerros, 2001:148)

### VI.1. A RÁDIO: DE MEIO SONORO A MULTIMÉDIA

Angel Faus Belau propunha em 2001 a reinvenção da rádio (Faus Belau, 2001). O autor espanhol defendia que essa reinvenção não poderia limitar-se a uma simples operação de cosmética. A reinvenção da rádio implicaria uma mudança contextualizada numa nova realidade comunicacional, económica, técnica e social. Esta reinvenção decorre da emergência da Internet e da consciência de que a rádio poderá retirar da rede global vantagens que a ajudarão a afirmar-se no mundo dos média na era digital.

O facto de não ser necessária uma concessão, a inexistência de fronteiras para a rádio que pode ser ouvida em qualquer parte do mundo, a crescente utilização do computador e da Internet no mundo Ocidental e o crescimento potencial das audiências para a rádio presente na web são alguns argumentos que servem para justificar a presença online do meio radiofónico.

Sandra Amaral, et. al. (2006:347) identificaram, igualmente, algumas das vantagens da presença da rádio na Internet. Uma delas é a unificação do sinal. Ou seja, a rádio, através da Internet pode chegar a todo o mundo sem que o recetor se tenha que preocupar em procurar uma frequência para escutar a emissão. Mas, para os autores, “o grande contributo da Internet para a rádio advém da interati-

vidade proporcionada pela rádio *online* na procura do aprofundar da intimidade entre rádio e ouvinte” (Amaral *et al.*, 2006:349).

É preciso sublinhar que a rádio possui já, na sua genética, potencialidades únicas que lhe permitem proporcionar uma comunicação nos dois sentidos entre emissor e recetor. Os programas de *phone-in* (ou seja, com participação dos ouvintes, via telefone) (Crisell, 1994) são, neste campo, exemplares. Sandra Amaral *et al.* (2006) referem, no entanto, que estas capacidades de interação que advém da rádio tradicional são agora potenciadas e aprofundadas com a Internet, por exemplo, com os *chats*, os *fóruns* ou mesmo com a possibilidade que os ouvintes têm de comentar as notícias que são disponibilizadas no site da rádio.

A presença da rádio na Internet é vista, também, como uma oportunidade para a criação de canais alternativos e complementares de difusão, seja através de *webrádios*, de *podcasts* ou via *streaming*. Do ponto de vista do ouvinte, a Internet possibilita a escuta de uma infundável lista de emissoras disponíveis em todo o mundo, o que não ocorre em relação à rádio hertziana. Para além disso, a presença da rádio na Internet permite potenciar algumas das suas características inatas. Por exemplo a portabilidade. A rádio é portátil desde há muito, mas com a disponibilização de programas em formato *podcast*, o ouvinte pode, literalmente, transportá-los e ouvi-los onde e quando quiser. A Internet permite ao ouvinte, ainda, aceder a conteúdos que tenham sido originalmente difundidos na rádio, mas que na rede global são enriquecidos com a introdução de ferramentas multimédia.

A possibilidade de alargar as fontes de receita da rádio é, igualmente, outra vantagem da sua presença na World Wide Web e, nesta área, abre-se um novo mundo que o meio radiofónico poderá explorar. Ou seja, a rádio encontra na Internet inúmeras vantagens. Técnica e tecnológica com a não limitação do espectro podendo chegar a vários pontos do globo com custos mais reduzidos (Penafiel Saiz, 2002:28); de relação com os ouvintes possibilitando ferramentas novas que não estavam ao dispor do meio como *chats*, *fóruns* de discussão *online*, arquivos ou comentários dos ouvintes às notícias; e por fim favorece a experimentação de novas modalidades de expressão para além do som (Saiz, 2002:29; Prata, 2006), como a utilização do vídeo, de cores ou de infografia.

As primeiras experiências das rádios na Internet passaram pela colocação nos sites de informações sobre as emissoras como a programação da rádio ou o histórico da estação, em particular nas emissoras locais. Nesta fase inicial, as rádios preocupavam-se, acima de tudo, em estar presentes na rede global, não retirando do novo meio as potencialidades que ele de facto poderia oferecer. Quanto muito existia a possibilidade de entrar em contacto com a emissora via *mail*.

Posteriormente, as rádios passaram a permitir a escuta da emissão em direto num cenário geográfico mais alargado. Esta vantagem foi muito importante, em particular, para as rádios locais, naturalmente com uma cobertura hertziana mais reduzida.

A rádio hoje é uma rádio multiplataforma que tem em si mesma um conjunto de ferramentas que vão para além da sua expressividade sonora. A rádio multiplicou-se e está presente em várias plataformas:

Hoje, a rádio dissemina-se pela Internet, não perdendo as suas características iniciais (som e linearidade) mas retirando partido das ferramentas online. É a fase multiplataforma, segundo a qual a Internet não substitui a rádio (porquanto ela continua a existir com som e modo linear) nem lhe serve apenas como complemento. A rádio expande-se pela rede global. Ou seja, para além da rádio de sempre, existe também uma nova rádio que adquire novas formas, linguagens e modos de distribuição. Assistimos, por isso, a um fenómeno de multiplicação de conteúdos e formatos radiofónicos e não de substituição. A Internet não substitui a rádio, absorveu-a e ao fazê-lo acrescentou-a (Bonixe, 2011)

A rádio está presente na Internet, nas redes sociais e nos dispositivos móveis. Em virtude disso, já não vive unicamente do som. Os profissionais da rádio modificaram os seus perfis, pois a exigência de utilização de outros recursos expressivos é cada vez maior. É, por esse motivo, que a rádio tem hoje a preocupação de criar conteúdos multimédia que combinem o uso de vídeos, infografias, fotografias, etc, ou seja ferramentas que não fazem parte da genética do meio radiofónico, o que convoca uma reflexão acerca da rádio enquanto meio de comunicação, tal como refere Haye:

A atividade radiofónica e a legislação correspondente já não podem definir unicamente mediante a referência a um modelo hertziano ou ao sistema de difusão que utiliza o espectro radioelétrico, Nem pela sua cobertura geográfica, nem por conceitos em transformação, como simultaneidade e instantaneidade do seu serviço. Nem tampouco pela natureza exclusivamente sonora. Todas estas noções estão em crise. Os processos tradicionais estão a ser modificados pelo modelo digital e o desenvolvimento de outras plataformas como o satélite, o cabo, a Internet e o telemóvel (Haye, 2011)

A rádio na Internet enquadra-se na ideia dos média em rede e permite-lhe ganhar uma terceira vida, depois daquela que viveu nos anos 30 do século XX e

a segunda, justamente, com o movimento das rádios locais na Europa. A terceira vida da rádio é o resultado da web 2.0 e das potencialidades e ferramentas interativas que fornece aos utilizadores (Cardoso, 2009:35).

De um modo geral, a rádio poderá beneficiar das várias potencialidades que a Internet tem para oferecer e que não fazem parte do meio radiofónico, como é o caso da memória (possibilidade de criar arquivos sonoros), interação (oportunidade para aumentar os níveis de interatividade com os ouvintes) e expansão da emissão (capacidade para difundir conteúdos a uma escala global, independentemente da sua cobertura hertziana). A rádio pode ainda criar conteúdos em *podcast* e fazer uso de ferramentas multimédia alargando a criatividade e produção dos conteúdos que deixam de estar limitados ao som. Por outro lado, estar na Internet permite ainda à rádio fazer uso das várias aplicações e dispositivos móveis.

Este novo contexto do meio radiofónico acarreta um conjunto de novos desafios para as rádios locais dos quais daremos conta nas próximas linhas.

## **VI.2. A MIGRAÇÃO DAS RÁDIOS LOCAIS PARA A NET**

O cenário em que as rádios locais começam a marcar presença na Internet é caracterizado por um conjunto de desafios. Logo à partida, a questão financeira que continua, passadas três décadas desde a liberalização do setor, a ser uma das principais preocupações dos operadores. Tendo como pano de fundo o equilíbrio financeiro, as rádios locais procuram não apenas modernizar-se tecnologicamente, mas também contribuir para manter a filosofia que presidiu à sua criação, ou seja rádios de proximidade que garantam a diversidade e o pluralismo nas comunidades locais.

Assim, três décadas de liberalização da radiodifusão local em Portugal, o cenário é constituído por rádios que cederam a totalidade ou parte da sua programação para a retransmissão em cadeia; integração em grupos de média que transformaram um número considerável de emissoras em rádios musicais e sem ligação às comunidades locais e projetos que ainda conservam o espírito e missão de rádio local, com programação e informação local que represente uma caixa de ressonância das vivências das comunidades.

A presença na Internet pode ajudar a sedimentar essa vertente de ligação às comunidades locais, sejam elas locais territorialmente ou comunidades do local, constituídas por pessoas que não residem no mesmo espaço geográfico da rádio, mas são dele originárias, como sejam os emigrantes.

Uma das grandes potencialidades que as rádios locais podem retirar da sua presença online é, justamente, a possibilidade de emitirem programação e informação sobre a comunidade local para um auditório mais vasto, igualmente interessado nas questões comunitárias mas que, por se encontrar fora do alcance da emissão hertziana, fica impossibilitado de ter acesso.

Deste modo, a rádio local na Internet pode potenciar essa ligação chegando a emigrantes oriundos do espaço local de implantação da rádio, alargando o auditório e conseqüentemente, abrindo possibilidades de mercado publicitário.

Olhando para a presença das rádios locais portuguesas na Internet, poderemos dizer que acompanharam a tendência dos média em geral tendo passado a estar também presentes na Internet e procurando retirar dela algumas vantagens.

O grande impulso para a presença online das rádios locais portuguesas acontece em 2007 com o projeto ROLI, uma parceria entre a Associação Portuguesa de Radiodifusão, União Europeia e Estado que permitiu que as emissoras locais pudessem emitir a sua programação através da Internet. O projeto visava a transmissão online da emissão hertziana e não a criação de sites próprios para as rádios. De qualquer forma, foi este contributo que permitiu que, segundo o site do projeto, em 2008, 195 operadores locais emitissem via streaming através da Internet, podendo, deste modo, chegar a todo o mundo, o que não é de desprezar tendo em conta a importância que estas rádios possuem junto das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.

No entanto, apesar da importância do projeto ROLI, a presença das rádios locais na Internet já se fazia notar alguns anos antes. Em 2000, o Observatório da Comunicação referia que 33,4 por cento das emissoras locais (106 emissoras) estão presentes com uma página online<sup>1</sup>. Os números foram atualizados no ano seguinte tendo-se registado um ligeiro acréscimo. Segundo dados do Obercom (2002:230), até 2001, 115 rádios locais possuíam página na Internet, disponibilizando a sua programação em directo ou em MP3, sendo que a maior parte dos projetos se situavam nos distritos de Lisboa, Porto e Aveiro.

Em relação a 2007, o relatório da Entidade Reguladora para a Comunicação (ERC) refere que 62% das rádios locais estão presentes na Internet utilizando em simultâneo o sistema ROLI e site próprio (ERC, 2008:254). Para a ERC, “as rádios locais portuguesas têm acompanhado a evolução tecnológica, nomeadamente, integrando a Internet como nova plataforma de difusão das emissões” (ERC, 2009:69).

<sup>1</sup> Vilar, E. (2000, 18 de dezembro) Imprensa local pouco digital. *Público*.

Pedro Portela (2011) refere a existência de 178 rádios locais com transmissão da emissão via streaming e website próprio e Bonixe (2015) observou que das 35 rádios locais estudadas apenas duas não estão na Internet e tal deve-se ao facto de pertencerem a grandes grupos de comunicação e, como tal, o site é gerido pelo grupo e não por cada rádio individualmente. De acordo com Piñero-Otero (2015) que estudou as rádios locais da Galiza e do norte de Portugal, “(...) seis em cada dez rádios locais com emissão convencional ampliaram a sua presença na rede através de um site próprio” (Piñero Otero, 2015) e em 2018, o Observatório da Comunicação revelou que 93,1% das rádios locais inquiridas para o estudo revelaram estar online com um site próprio (Obercom, 2018: 19).

A perceção dos profissionais das rádios locais em relação à Internet é também positiva. De acordo com o estudo “Jornalismo e Jornalistas das Rádios Locais Portuguesas” (Bonixe, 2015) que inquiriu 50 jornalistas de rádios locais portuguesas, 90% consideraram que uma rádio local estar presente na Internet é “muito importante”. Com base em entrevistas realizadas a 26 jornalistas<sup>2</sup> com o objetivo de conhecer o seu posicionamento sobre a presença da rádio local na Internet, verificamos que para os jornalistas entrevistados, essa presença é vista como estratégica, na medida em que possibilitará expandir a sua área de cobertura ao mesmo tempo que vai ao encontro da tendência de consumo dos indivíduos que procuram cada vez mais conteúdos online (Quadro III). Para os jornalistas entrevistados, estar online é também um modo de sobrevivência considerando a concorrência no setor da rádio. Para a rádio local, a Internet pode significar novos públicos e uma posição mais competitiva no universo mediático.

A presença das rádios locais na Internet é, assim, vista como um cenário de oportunidades ao nível da captação de novos públicos, de investimento publicitário e da promoção da própria emissora, quer da sua marca quer de eventos que realiza.

**2** - Metodologia - Foram realizadas entrevistas semi-diretivas a jornalistas das rádios locais portuguesas entre 2016 e 2018 com o objetivo de recolher informações sobre a presença das rádios locais portuguesas na Internet. Foram entrevistados 26 profissionais que desempenham funções de informação nas rádios locais portuguesas no Norte, no Centro, no Sul e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

As entrevistas foram realizadas, sempre que possível, presencialmente, embora isso não tenha sido possível em alguns casos, tendo-se optado pela via digital. Os entrevistados não estão identificados, a pedido de alguns deles. Com as entrevistas, recolhemos informação sobre os seguintes tópicos genéricos: T1. Caracterização da presença da rádio na net

T2. Organização e estruturação interna da rádio tradicional vs online

T3. Aproveitamento das potencialidades online pela rádio local

T4. Multitasking - conjugação com redação tradicional

T5. Importância da Internet para rádio local

**QUADRO III – Perceção dos jornalistas sobre a presença da rádio local na Internet**


---

As rádios locais têm de estar na Internet e tentar contrariar a hegemonia das rádios nacionais detidas pelos grandes grupos de comunicação social. Só assim conseguimos conquistar mais ouvintes e até mesmo clientes. (Entrevistada T)

---

(...) acompanhar as novas tendências, muita gente hoje em dia ouve rádio através da Internet e assim estamos a apanhar todos os ouvintes, os que ouvem por rádio e os que ouvem pela Internet. (Entrevista U)

---

Sendo uma ilha, e com a orografia muito acidentada, a maior dificuldade advém desse facto. A área de cobertura é relativamente pequena. (...) Mais do que encarar a internet como "inimigo", fizemos dela, uma aliada. Aproveitamos a mesma para expandir a nossa área de cobertura (...). (Entrevista V)

---

A Região Autónoma dos Açores, região com grande marca na emigração portuguesa, designadamente para EUA, Canadá e Brasil. A nossa diáspora é, de facto, uma significativa audiência, marcada pela saudade. O que falta às rádios locais, como a nossa, é a capacidade de conseguir reverter este vasto auditório em fontes de receita. (Entrevista Z1)

---

Potencia ainda a comunicação de pré e pós promoção dos nossos eventos próprios e ajuda a criar novas oportunidades de negócio online. (entrevista Z2)

---

(...) nós como rádio jovem, a juventude está mais ligada à internet, acho que é bem mais fácil ouvir a rádio na internet, as notícias da rádio, qualquer coisa que chame à atenção, acho que é muito melhor isso é muito importante. Hoje sem internet não vale a pena. (Entrevista Z3)

---

O facto de [rádio] ter um sítio na net, uma página no Facebook interligada com o sítio e aplicações para dispositivos da nova era, faz com que o seu auditório possa ser muito mais vasto e abrangente, extravasando os limites legais permitidos à tradicional emissão de rádio, feita a partir de emissores de frequência modelada (fm). (Entrevista Z1)

---

As respostas contidas no quadro III revela-nos que os jornalistas entrevistados consideram que o principal benefício para a rádio local estar presente online é a capacidade de ampliação da sua emissão e, deste modo, chegar a novos públicos. Este é um dado extremamente importante pois confere à rádio local um carácter mais global abrindo-lhe novos horizontes no que diz respeito às audiências, ao investimento publicitário e às questões de proximidade.

Mas, as respostas contidas no quadro IV também nos revelam que os jornalistas entrevistados não encaram a Internet como uma prioridade quando comparada com a rádio tradicional. Primeiro, é importante garantir a emissão em antena, só depois o olhar vai para a atualização da página online que, ainda assim, é atualizada diariamente.

As respostas dos jornalistas, dirigem-nos para uma conceção sobre a relação da rádio com a Internet, segundo a qual o meio tradicional assume maior importância na gestão de práticas de produção de conteúdos. A Internet é encarada como uma plataforma secundária, para onde são canalizados conteúdos que em regra já passaram na rádio.

**QUADRO IV – Percepção dos jornalistas sobre a relação entre a rádio local e a Internet**


---

(...) em primeiro lugar estão os ouvintes, depois os internautas (Entrevistado E)

---

O nosso site é basicamente de informação, os conteúdos lá colocados são os que são produzidos por nós com vista a antena, portanto nós muito raramente produzimos conteúdos específicos para a internet (Entrevistado M)

---

Basicamente é para chamar pessoas para a rádio. Se colocássemos áudio nas peças acabaríamos por perder ouvintes na rádio (Entrevista Z4)

---

"(...) se eu faço uma peça, coloco logo no site mesmo antes de ter passado nos noticiários há uma preocupação em atualizar todos os dias o site da rádio (Entrevistado F)

---

Apesar de a presença significativa das rádios locais na Internet, um olhar mais detalhado permite verificar que ainda há um longo caminho para um melhor aproveitamento das potencialidades que a rede tem para oferecer. Diversos autores (Portela, 2011; Piñero-Otero, 2015) e a própria ERC (2008) têm feito referência a esse subaproveitamento.

Através da observação de 37 sites de rádios locais portuguesas que efetuámos em 2017<sup>3</sup>, verificamos que continua a não existir uma prática de aproveitamento de algumas das potencialidades do online. Verificamos que uma das razões para esse não aproveitamento de algumas potencialidades do online está justamente nos fortes constrangimentos organizacionais ao nível dos recursos humanos das redações das rádios locais portuguesas (consultar quadro XIII).

### VI.3. UMA NOVA EXPRESSIVIDADE NAS RÁDIOS LOCAIS

Situemo-nos na análise dos sites.

Na categoria de "Multimédia" verificamos que a maior parte dos sites publica com frequência fotografias para acompanhar os textos que são disponibilizados no site. A percentagem de presença deste recurso nas notícias é de 81,08%, mas trata-se de um valor que não é acompanhado em relação a outras ferramentas multimédia, como se pode observar no quadro V. A presença de infografias é residual e os valores apurados em relação a vídeos e fotogalerias é muito baixo.

De referir que, apesar de estarmos a falar de rádio, portanto com prática no uso do som, verificamos que apenas 32,43% das rádios colocam áudio nas notícias que publicam no site, apenas 24,32% fazem *podcasts* e 16,22% colocam no site o áudio da notícia emitida previamente na rádio.

<sup>3</sup> - Analisámos 37 sites de rádios locais portuguesas entre 2016 e 2017 com o objetivo de determinar a presença das ferramentas online como multimedialidade, interatividade, hipertextualidade, memória, atualização e presença nas redes sociais.



É no campo da multimedialidade que as rádios locais menos aposta têm feito. Com base nos dados apurados no estudo “Jornalismo e Jornalistas das Rádios Locais Portuguesas”, 42,86% dos profissionais inquiridos consideram que o site da rádio onde exercem atividade deve ser “muito melhorado” quanto à multimedialidade (Bonixe, 2015).

Esta situação pode ser explicada pela exigência de recursos técnicos e humanos que, como vimos, não abundam em muitas emissoras locais portuguesas. De facto, são poucas as rádios locais que, com frequência, criam vídeos, infografias ou até fotogalerias. Em relação aos vídeos, apesar de algumas rádios disponibilizarem essa ferramenta, verifica-se que quando o fazem recorrem ao You Tube e portanto não são de produção própria da rádio.

A reduzida utilização de ferramentas multimédia por parte das rádios foi também notada por vários autores. Para Pedro Portela, as rádios locais portuguesas privilegiam no seu site o texto e a fotografia, enquanto que a existência de vídeos e de infografias é praticamente nula (Portela, 2011:98). Em relação ao podcast, no espaço de uma década, não registamos uma diferença significativa quanto ao seu uso. De facto, em 2008, Daniela Santos referia que em relação ao podcast “não são muitas as rádios locais que disponibilizam os seus programas neste formato” (2008:54). E no mesmo ano, a ERC no seu relatório divulgava números que apontavam no mesmo sentido, já que “apenas 13 das 124 rádios locais inquiridas utilizam o podcast” (ERC, 2008:255). Os dados que apurámos sublinham essa fraca utilização do podcast, das 37 observadas, só 9 têm podcasts (quadro V).

**QUADRO V – Presença de ferramentas Multimédia nos sites das rádios locais**

<b>1. Multimédia</b>	<b>%</b>
1.1. Vídeo	24,32
1.2. Infografia	2,70
1.3. Infografia estática	2,70
1.4. Fotografia	81,08
1.5. Fotogaleria	16,22
1.6. Áudio incorporado na notícia	32,43
1.7. Áudio da notícia	16,22
1.7. Podcast	24,32

No campo da hipertextualidade, verificamos que as rádios estudadas também não fazem muito uso desta ferramenta. Os textos publicados muito raramente remetem o leitor para outros sites, o que poderia contribuir para contextualizar a informação. Do mesmo modo, os sítios online das rádios analisadas não costumam colocar hiperligações para o seu próprio site, como textos em arquivo, por exemplo. Os valores situam-se entre os 18% e os 29,73%. A questão do arquivo, relevante no caso da rádio online, não é assim potenciado nos sites das emissoras locais.

#### **QUADRO VI – Presença de Hiperligações nos sites das rádios locais**

<b>2. Hiperligações</b>	<b>%</b>
2.1. Arquivo	29,73
2.2. Internas	27,03
2.3. Externas	18,92

Também no campo da interação, não registamos grandes alterações no espaço de quase uma década de presença das rádios locais na Internet. Se partirmos do estudo de 2011 de Pedro Portela, verificamos que já nessa altura se notava que era pouco frequente a criação de caixas de comentários às notícias, chats ou blogues (Portela, 2011:107-114). Em 2015, o cenário não se altera significativamente, de acordo com Piñero-Otero (2015). A autora, partindo da análise das rádios locais no Norte de Portugal e na Galiza, constata que há várias potencialidades da web que estão subaproveitadas, como é o caso dos comentários ou a possibilidade de intervir diretamente nos conteúdos e que, por via disso, conclui a autora, a introdução de ferramentas online no mundo da rádio não gerou rádios mais participativas.

A análise dos sites das rádios locais que efetuámos, confirma a pouca utilização de ferramentas interativas pelas rádios locais portuguesas. O quadro VII mostra que, com exceção da disponibilização de um mail coletivo por parte de 67,57% das rádios estudadas, as restantes ferramentas têm uma presença residual, sendo de destacar pela negativa, o recurso a Fóruns e a Chats.

A capacidade de gerar fluxos de comunicação entre a rádio local e os seus ouvintes é uma das grandes oportunidades para as rádios locais, considerando a sua vocação de proximidade e de partilha. A Internet pode facilitar esses processos, mas, de acordo com os dados disponíveis, não o está a fazer.

**QUADRO VII – Presença de Interatividade nos sites das rádios locais**

<b>3. Interatividade</b>	<b>%</b>
3.1. Mail coletivo	67,57
3.2. Mail individual	13,51
3.3. Comentários	24,32
3.4. Fóruns	2,70
3.5. Chats	2,70

A Memória, ou seja a existência de ferramentas que permitam ao utilizador encontrar conteúdos disponibilizados anteriormente, apresenta valores importantes em relação à disponibilização de uma ferramenta de pesquisa, mas os valores apurados na observação dos sites decrescem quando falamos na existência de arquivos e sobretudo quanto à utilização de tags que permitam identificar e categorizar o assunto que está a ser abordado.

**QUADRO VIII – Presença de ferramentas online de Memória e Pesquisa**

<b>5. Memória</b>	<b>%</b>
5.1. Existência de arquivo	48,65
5.2. Ferramenta de pesquisa	62,16
5.3. Existência de tags	32,43

As redes sociais entraram claramente na órbita das rádios locais. Em particular, o Facebook ao qual as emissoras locais portuguesas aderiram com bastante significado. Essa evolução começou por ser notada pouco tempo depois da criação do próprio Facebook, quando em 2010 se regista “a adesão que as emissoras locais portuguesas demonstram pelas redes sociais, em particular com o Facebook, no qual muitas estão presentes utilizando esta plataforma, sobretudo, como promoção dos seus produtos da emissão tradicional” (Bonixe, 2010:199).

Em 2018, de acordo com o estudo do Observatório da Comunicação, verificamos que 96,1% das rádios analisadas estão presentes no Facebook. Embora com valores ligeiramente mais baixos, a observação que efetuámos a 37 sites de rádios locais portuguesas, verificamos que o Facebook continua a ser a rede social à qual as emissoras locais portuguesas mais aderiram, seguindo-se o Twitter e o You Tube. A presença nas redes sociais das rádios locais permite verificar que, estar nas redes sociais e em particular no Facebook possibilita às rádios locais ter maior facilidade na interação com os seus ouvintes, servir de porta de entrada

para o site e chegar aos públicos, na medida em que é uma rede social muito utilizada em Portugal.

#### QUADRO IX – Presença das rádios locais nas redes sociais

4. Redes Sociais	%
4.1. Facebook	78,38
4.2. Twitter	40,54
4.3. Instagram	5,41
4.4. You Tube	35,14
4.5. Outra	27,03

Merece destaque nesta caracterização, o caso da Rádio Altitude, emissora local da Guarda, que para além de estar presente noutras redes sociais, decidiu criar a sua própria rede social na qual estabelece um conjunto de práticas que pretendem potenciar a proximidade e participação com os seus ouvintes, criando espaços de debate e interação.

No que diz respeito à presença da rádio local na Internet, fazemos uma referência final para as webrádios com pendor local que, no caso português, não têm um grande significado quantitativo. Ainda assim, merece ser referido o projeto Voz Desportiva, nascida em Almada por iniciativa de profissionais ligados a rádios locais da região de Setúbal e que, como o próprio nome indica, se dedica à informação desportiva. Emite desde 2008.

Mais a norte, a Rádio Matosinhos Online assume-se “de informação regional e tem como missão, servir a comunidade geográfica em que se insere, oferecendo informação, opinião e conteúdos musicais em vários formatos” sublinhando que a “Rádio Matosinhos Online é um órgão de comunicação social vocacionado para servir a comunidade do concelho de Matosinhos e de Portugal para o Mundo”.

No Porto, a Rádio Manobras teve a primeira emissão em setembro de 2011, como parte do programa “Manobras no Porto”. Foi uma ideia de Anselmo Canha e Heitor Alvelos. Assume-se como uma rádio comunitária do Porto e tem uma vocação localista e virada para as questões da região portuense. Nessa medida, a Rádio Manobras tem estabelecido parcerias com as associações locais abrindo-lhes um espaço de comunicação e divulgação. Trata-se de um projeto que tem ainda a particularidade de, esporadicamente, utilizar uma frequência hertziana local para a região do Porto.

Coimbra foi em 2018 palco para a criação de um projeto que procura “cimentar laços e partilhas” na zona histórica da cidade. Foi criada por quatro jovens que

adotaram um modelo conhecido noutras cidades europeias de instalar um estúdio-montra na baixa da cidade. A Rádio Baixa começou a emitir online algumas horas à sexta, sábado e domingo<sup>4</sup>.

A Internet é também espaço para projetos mais efémeros como a rádio Linhas d'Elvas surgida em 2014 e cuja emissão terminou um ano depois. A sua programação incidiu sobre notícias da atualidade local aproveitando as sinergias com o jornal Linhas d'Elvas. A webrádio H2O na Nazaré é também um projeto amador que se assume da região, embora a sua ligação seja sobretudo ao nível do acompanhamento do Carnaval local.

O relatório de regulação da Entidade Reguladora da Comunicação referente a 2017 faz referência à existência de várias webrádios, embora não todas de cariz local. Ainda assim, encontramos a Rádio Mondego, a Rádio Mira e a Rádio Cantinho da Madeira.

<sup>4</sup> Campos, J.P. (2018, 27 de abril). Tecer nas ondas da rádio os laços da zona histórica de Coimbra. *Jornal de Notícias*.



## CAPÍTULO VII

# O JORNALISMO E OS JORNALISTAS

*É evidente que os projectos têm de ser viáveis. A independência de uma redacção também passa pela sua auto-suficiência financeira. Mas, neste jogo de lucros, importa medir o custo de ficar de fora da informação (...).*

(Santos, 1998: 93)

Faz todo o sentido que o território local seja a principal área de intervenção dos jornalistas das rádios locais, na medida em que possuem as condições essenciais para destacar a singularidade do ambiente local e contextualizar as informações e eventos. O jornalismo local tem essa responsabilidade de, a partir do território subtrair o mais relevante e dar a conhecer uma cidade ou uma região e o modo como entende os seus problemas, gerando discussão em torno dos assuntos locais.

O tipo de jornalismo que é praticado nos média locais atua como o promotor de um discurso alternativo que contribuirá para preservar e promover os valores e a memória coletiva da comunidade em que opera. A proximidade entre os produtores de notícias e seus destinatários pode fornecer um canal mais eficaz para comunicar eventos, contextualizar informações e colocá-las dentro de quadros de referência existentes. O jornalismo local também contribui para uma consciência coletiva de um espaço público comum e atua como um veículo para a transmissão de conhecimento sobre o local e, deste modo, gera processos deliberativos e de autocrítica.

O jornalismo nas rádios locais é, por definição, um jornalismo que procura uma agenda própria e que se define pela distinção temática e de representação dos protagonistas de uma comunidade. O tipo de jornalismo que é praticado

nas estações de rádio locais tem algumas características que o diferenciam dos outros média, desde logo por fazer um apelo constante à identidade da comunidade (Moreno, 2002). Na visão de Moreno, as notícias nas estações de rádio locais têm as seguintes características: proximidade e serviço público; natureza da emissora e identidade; monitoramento diário dos eventos atuais, manutenção da natureza local da comunidade à qual é dirigida; proximidade com os ouvintes. O jornalismo na rádio local é, por isso, “o reflexo dos valores e usa a linguagem do grupo demográfico ao qual a rádio pertence” (Chantler & Harris, 1997:162)

Num espaço competitivo, como é o dos média, o jornalismo nas rádios locais pode contribuir para se diferenciar das restantes ofertas formativas na medida em que o seu enfoque é o próprio lugar e os “assuntos que os outros média não abordam” (Herrerros, 2001:151).

As rádios locais representam, nessa medida, um meio que se concentra nas pessoas, incorporando os impulsos sociais das suas comunidades na realização de um cronograma de programas, onde a tradição e a história locais são enfatizadas através da prática do jornalismo de proximidade. Por esse motivo, representam ameaças à qualidade do jornalismo nas rádios locais, estratégias de *outsourcing* das emissoras que se caracterizam pela produção de conteúdos a partir de um espaço que não é o local onde a rádio se situa. Ou seja, nas notícias que são produzidas numa rádio-mãe e que depois são distribuídas para as rádios locais que pertencem ao mesmo grupo, verifica-se a inexistência de alguns atributos da informação radiofónica, como por exemplo a menor quantidade de registos magnéticos (sons dos entrevistados) (Hood, 2011:162). Isto ocorre, sobretudo devido ao afastamento entre o lugar de produção e o lugar de ocorrência da notícia. Este tipo de práticas que ocorrem sobretudo no seio de grupos de comunicação que detêm redes de rádios locais, poupando assim custos com jornalistas, não vai ao encontro do “interesse público da rádio local” (Tristiani, 1998).

Rádio local e jornalismo andam historicamente de mãos dadas, mas os contextos gerados pela política económica dos média e em particular no setor da radiodifusão local, tem colocado em causa algumas boas práticas de informação local e isso poderá conduzir a modelos não desejáveis no sentido em que comprometem o jornalismo nas emissoras locais. Estas práticas têm conduzido, em várias latitudes, a uma “redução de recursos alocados à produção de notícias locais nas rádios e isso reduz a diversidade dos conteúdos e ameaça o interesse público” (Wu, 2017:2).

Para que as rádios locais continuem a desempenhar a sua função de proximidade com as comunidades, fornecendo-lhes instrumentos para que melhor conheçam o seu lugar, é necessário que a rádio local não se desprenda “em



excesso da realidade em volta e atenda ao direito da informação dos cidadãos” (Nosty, 1997:168) uma vez que o jornalismo nas rádios locais é “uma das poucas coisas que faz o som da rádio local distinto” (Chantler&Harris, 1997: 5).

### VII.1. O JORNALISMO COMO ARGUMENTO PARA A LEGALIZAÇÃO

A prática de um jornalismo de proximidade foi sempre utilizada como um forte argumento da parte dos impulsionadores das rádios locais portuguesas para justificar a sua legalização. É possível encontrar rádios que começaram justamente invocando esse argumento de um jornalismo de proximidade e que contribuísse afirmativamente para o debate e acompanhamento noticioso do quotidiano das populações.

A Rádio Livre de Abrantes, de António Colaço, nasceu motivada pela questão das cheias que afetam aquela região e prosseguiu mais tarde com diretos e relatos sobre a crise metalúrgica no Tramagal. “ofereceram-nos cinco ou seis walkie talkies, isto numa era anterior aos telemóveis” (António Colaço in Reis, et.al, 2014:137). Em 1986, a Rádio Botaréu, de Vila Nova de Ourém, cobriu em direto um incêndio na Serra do Caramulo, unindo com essa transmissão esforços junto da população no combate às chamas<sup>1</sup>. São apenas dois dos muitos exemplos que ilustram a importância que era dada à informação local por parte dos impulsionadores das rádios locais portuguesas. Embora num outro registo, é preciso também não esquecer que a TSF se afirmou desde o seu arranque, como um projeto jornalístico, ainda que não marcadamente localista.

Ou seja, os impulsionadores das rádios locais em Portugal, perceberam que poderiam (e deveriam) ter um papel de difusor das informações das comunidades contribuindo para motivar o debate público em torno de assuntos locais. Do ponto de vista dos pioneiros da radiodifusão local em Portugal, esse papel só poderia ser desempenhado por quem conhece o território, a cultura, as gentes e o património local.

Essa ideia foi sendo veiculada durante o período das rádios piratas, não apenas por aqueles que procuram legalizar as rádios locais, mas também pela própria classe política de então. O conceito de jornalismo de proximidade inspirou, aliás, Dinis Alves e Jaime Ramos na elaboração do primeiro projeto de lei que considera a possibilidade de legalizar as rádios locais em Portugal, dando relevância ao noticiário local e à possibilidade das emissoras locais se constituírem como “escolas

<sup>1</sup> Martins, L.P. (1986, 9 de julho). Rádio locais multiplicam-se na Beira Litoral. *Jornal Sete*.

de jornalismo de que o país carece”<sup>2</sup> uma vez que se constituíam como espaços para a aprendizagem prática da profissão e serviram de alavanca para que muitos profissionais se tivessem iniciado no jornalismo.

O jornalismo foi, por isso, um importante impulso para que as rádios locais se pudessem afirmar no cenário radiofónico português. O que pretendemos sublinhar, é que o movimento das rádios locais portuguesas foi também um movimento pela afirmação da informação e do jornalismo. Quanto a isso, três motivos são claros: 1) enquanto dispositivo que levou para o espaço público temas e vozes do local; 2) enquanto palco para a formação de profissionais, alguns deles que acabaram por fazer carreira nos média nacionais e 3) enquanto contributo para uma nova forma de fazer jornalismo, mais próximo e, teoricamente, mais diversificado e plural.

Assim, logo desde o início, as rádios piratas procuraram oferecer espaços de informação. Os números resultantes do inquérito feito pelo jornal *Expresso*<sup>3</sup>, revelam que das 126 estações locais inquiridas, apenas nove não transmitiam informação de âmbito local e onze não o faziam em relação às notícias regionais.

A informação local constituiu uma prioridade no início do fenómeno das rádios locais em Portugal, com a cobertura de acontecimentos locais, apesar de na maior parte das vezes essa vontade esbarrar na falta de meios. Em 1987, das 126 rádios locais referenciadas no estudo do jornal *Expresso*, vinte não possuíam redação, 59 possuíam, mas não existiam jornalistas profissionais e só 47 redações de emissoras locais eram coordenadas por jornalistas.

Também por causa da escassez de meios, poucas rádios recorriam a algo mais que ao *press-release* das câmaras municipais ou das empresas da região. As fontes de informação mais comuns eram, por isso, as institucionais especialmente as que provinham das forças políticas locais que viram nestas pequenas emissoras uma forma eficaz de fazer passar a sua mensagem, uma vez que isso seria pouco provável em meios de comunicação de maior amplitude. Muitas informações chegavam às redações das rádios locais via correio, o que comprometia a sua atualidade. O recurso a correspondentes locais, a colaboradores ocasionais das emissoras eram outras fontes de informação mais frequentes na maior parte das emissoras locais no período que antecede a sua legalização. Aproveitando o facto de muitas rádios locais pertencerem, ou terem apoios de jornais regionais ou locais, o recurso a estes como fonte de informação era também muito comum.

<sup>2</sup> Projeto Lei 252/III de 26 de novembro de 1983.

<sup>3</sup> Barão, F. (1987, 9 de maio) Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.

Um dos setores da informação que mais sobressaiu com o aparecimento das rádios-piratas foi o desporto local. Conscientes de que era uma área onde dificilmente as emissoras nacionais entrariam, foi notório o investimento neste setor. Muitas estações locais passaram a cobrir com regularidade os acontecimentos desportivos da sua área. Os relatos de futebol tornaram-se, assim, célebres e preencheram claramente uma lacuna sentida pelos ouvintes, que era o acompanhamento permanente e em direto do clube da sua localidade.

Após a legalização, foram vários os projetos que, pelo menos nos primeiros anos, se afirmaram no campo do jornalismo. A TSF surge, como vimos anteriormente, com um conceito diferente que se baseava numa rádio em direto, com uma nova linguagem informativa para a rádio portuguesa caracterizada por uma informalidade ao microfone e propondo a emissão de noticiários de meia em meia hora, em vez dos tradicionais blocos de informação às horas certas. A TSF, sem se assumir como rádio local, seguiu uma linha editorial onde pontificava uma aposta na política e no futebol (Bonixe, 2012).

Se a TSF se apresentou, sem quaisquer dúvidas, como uma rádio informativa, outras procuraram combinar as vertentes de entretenimento com uma aposta no jornalismo. É o caso da CMR liderada por Rui Pêgo. A rádio pretendia apostar numa informação diversificada “pois notícias não são apenas os acontecimentos políticos”<sup>4</sup> com especial incidência no período da manhã. Aposta semelhante era a proposta feita por Henrique Garcia da Radiogeste que prometia repórteres diariamente na rua para fazer atualização do trânsito e noticiários de 15 em 15 minutos. Era a aposta na informação geral, pouco direcionada para o local, e beneficiando de um conjunto de comentadores e jornalistas já com carreira, como eram os casos de Manuela Moura Guedes, Margarida Marante ou Adriano Cerqueira. A Norte, a Rádio Press e a Rádio Nova assumiam-se como os principais projetos jornalísticos, já que as outras frequências atribuídas tinham uma lógica mais virada para o entretenimento (Placard, Ativa e Festival). A Nova obteve a frequência local do Porto com mais potência e tinha uma assinalável estrutura composta por cerca de 20 profissionais, incluindo jornalistas e prometia informação global, como explicou Francisco José Oliveira: “Vamos explicar o Porto, o Norte e o País”<sup>5</sup>.

Para as rádios locais, o jornalismo foi sempre apresentado como uma bandeira, especialmente no período das piratas, que viria, no entanto, a dar lugar a modelos menos dispendiosos, após a liberalização.

4 Soares, D. (1989, 18 de março) Páscoa traz boas amêndoas às antigas Rádios-Pirata. *Diário de Lisboa*.

5 Soares, D. (1989, 18 de março) Páscoa traz boas amêndoas às antigas Rádios-Pirata. *Diário de Lisboa*.

## VII.2. O DECLÍNIO DA INFORMAÇÃO

Quando as rádios locais foram legalizadas em Portugal, “o número de profissionais de rádio duplicou de 1988 a 1989 (...) recorde-se que o período de 1987 a 1991 corresponde à fase de legalização das anteriormente denominadas rádios-piratas”. (Rebelo, 2011: 69-70). Na década de 90, a rádio representou um importante mercado de trabalho para os jornalistas, mas na passagem do século, o cenário mudou radicalmente nos média em geral e nas rádios locais em particular, onde a “liberalização provocara uma profusão de pequenos postos de trabalho, a tempo parcial, a ordem passou a ser restringir” (Rebelo, 2011:64).

Tal como descrevemos anteriormente, a passagem do período da euforia das rádios piratas para a legalização, tornou claras as dificuldades que as empresas de radiodifusão local teriam de enfrentar num mercado exíguo e de reduzidas potencialidades do ponto de vista do investimento publicitário. Isso conduziu ao encerramento de algumas rádios, à cedência da frequência a outras emissoras e à alteração da tipologia para rádios temáticas musicais, abdicando da componente de informação jornalística. Assim, as rádios que ainda mantêm oferta informativa são as generalistas ou as temáticas informativas. Esta reconfiguração do setor levou, inevitavelmente, à redução do número de jornalistas e de espaços de informação nas rádios locais.

As alterações do ponto de vista legislativo procuraram colocar ordem no setor que começava a dar mostras de se afastar das comunidades e do jornalismo de proximidade. Nesse sentido, a lei 4/2001 cria a obrigação de as rádios terem de emitir três noticiários por dia entre as 7 e as 24 horas da sua área de cobertura numa tentativa de limitar os efeitos das cadeias de radiodifusão que geraram um quadro de afastamento do local.

O quadro legal que se seguiu com a aprovação da lei 54/2010 altera algumas disposições. Assim, é mantida a obrigação de as rádios emitirem três noticiários por dia (art.º 35), prevê que as emissoras criem o seu estatuto editorial e determina que as redações sejam obrigatoriamente coordenadas por jornalistas profissionais ou equiparados. Se estas disposições podem ser vistas favoravelmente para a prática do jornalismo nas rádios locais, o mesmo não se poderá dizer do modo como o quadro legal então criado com esta lei vê as rádios temáticas, acabando, praticamente, com as restrições para a alteração de classificação e prevendo apenas a obrigatoriedade da emissão de noticiários às rádios generalistas e temáticas informativas. No seu artigo 32 lê-se o seguinte: “Constitui ainda obrigação dos serviços de programas generalistas ou temáticos informativos de âmbito local a difusão de programação, incluindo informativa, com relevância para a audiência

da correspondente área de cobertura, nomeadamente nos planos social, económico, científico e cultural”<sup>6</sup>.

O cenário então criado em Portugal foi, como descrevemos em capítulos anteriores, o do aumento dos pedidos de alteração da programação generalista para temática musical e permitindo deste modo aos operadores a redução de custos, nomeadamente abdicando de jornalistas.

Em 2013, segundo dados da Comissão para a Atribuição da Carteira Profissional de Jornalista existiam em Portugal 898 jornalistas a trabalhar na rádio. No entanto, nem todos exerciam funções em rádios locais, sobretudo os que trabalham nos distritos de Lisboa (362 jornalistas) e no Porto (100 jornalistas) onde se localizam as redações das rádios nacionais<sup>7</sup>.

Com três décadas de rádios locais em Portugal, a média de jornalistas nas redações é de apenas 1,57 profissionais sendo que em termos absolutos as redações oscilam em média entre 1 e 4 jornalistas. O perfil do jornalista das rádios locais portuguesas mostra-nos um profissional entre os 30 e os 40 anos de idade, licenciado numa área das ciências da comunicação/jornalismo, aufero o ordenado mínimo nacional, tem um contrato por tempo indeterminado, considera-se realizado na sua atividade, mas se pudesse mudar algo na sua rádio, introduziria mais reportagem. Enquanto jornalista, admite que é a falta de mais colegas na redação que mais afeta o seu trabalho, ao contrário das condições físicas da rádio que considera adequadas (Bonixe, 2015).

Assim, o reduzido número de jornalistas por redação é uma das principais preocupações dos profissionais da informação das rádios locais portuguesas que reconhecem que esse dado não pode deixar de colocar em causa o seu trabalho, em particular num quadro cada vez mais exigente em que é preciso assegurar um número mínimo de noticiários por dia e em que o desafio do online está bem presente.

A falta de profissionais é um forte constrangimento para o trabalho jornalístico nas rádios locais e não é uma novidade. Em 2003, o estudo dos noticiários de rádios locais da Península de Setúbal revelou que há uma tendência para a emissão de notícias de âmbito nacional e menos de locais. Isso deve-se à dificuldade em obter informações no território local, não pela falta de assuntos, mas sobretudo pela falta de profissionais para recolher essa informação.

<sup>6</sup> Lei da Rádio 54/2010, artº 32.

<sup>7</sup> Bonixe, L. & Coelho, C. (2013, Julho/Setembro). O Jornalismo e Jornalistas das rádios locais portuguesas. *Jornalismo&Jornalistas*.

Como as notícias de âmbito nacional chegam via Lusa, é mais fácil a sua difusão (Bonixe, 2003).

O reduzido número de profissionais nas redações das rádios locais conduz a um jornalismo que tem dificuldades em ser interveniente, escrutinador e interventivo. Os jornalistas das rádios locais veem-se na obrigação de assegurar um dispositivo non-stop, que é o fluxo da emissão radiofónica e, por esse motivo, estão praticamente impedidos pela falta de tempo, de desenvolver trabalho de investigação ou de reportagem fora das redações. O recurso às fontes oficiais, por norma com mais facilidade de acesso aos jornalistas, é frequente o que poderá gerar práticas de dependência das instituições políticas locais. Ao mesmo tempo, não favorece a representação de outros grupos da comunidade que têm mais dificuldade de promoção das suas atividades e, como consequência, também de denúncia.

O Observatório da Comunicação através do estudo realizado sobre as rádios locais também nos fornece dados que nos ajudam a perceber o cenário do jornalismo nas rádios locais portuguesas após três décadas de liberalização. Assim, verifica-se que 94,6% das rádios emitem noticiários, que 20,5% emite apenas o que a lei exige (ou seja três noticiários por dia) e que 78,3% emite mais noticiários por dia do que aqueles que a lei obriga. De acordo com o mesmo estudo, a maior parte das rádios locais emite informação local e é produzida pelos jornalistas da própria estação (Obercom, 2018: 121-138).

### **VII.3. O ESPAÇO DA INTERNET**

É num cenário da radiodifusão local caracterizado por redações pequenas, vencimentos reduzidos apesar da formação académica, que os jornalistas das emissoras locais portuguesas enfrentam o desafio da Internet.

A questão que se coloca reside em saber em que medida a presença online, seja com site, emissão via streaming ou redes sociais, pode ajudar os jornalistas das rádios locais a criar dinâmicas e práticas que vão ao encontro da sua missão de proximidade com as comunidades. Tal como outros meios de comunicação, o jornalismo nas rádios locais procurará retirar o máximo partido das potencialidades do online e, deste modo aumentar a sua eficiência enquanto espaço para a divulgação de informação jornalística.

Nesse sentido, realizámos em 2016 e 2017 um conjunto de entrevistas a jornalistas das rádios locais portuguesas com o propósito de perceber qual a perceção

destes profissionais sobre a presença online das rádios locais no que ao jornalismo diz respeito<sup>8</sup>.

Em primeiro lugar, interessava determinar como percecionam os jornalistas o papel do jornalismo numa rádio local. Partindo do quadro de respostas X, verificamos que apesar dos constrangimentos organizacionais, sobretudo ao nível dos recursos humanos, os jornalistas entendem que a prioridade do seu trabalho deve ser o acompanhamento do quotidiano das comunidades locais. Percebemos que os jornalistas das emissoras locais reconhecem a sua função social e o seu papel de veículo de informação local e que representam um espaço importante para o conhecimento da comunidade e para o debate público acerca dos assuntos locais. Reconhecem que a informação local é prioritária face ao restante noticiário e que essa é a sua razão de existir.

#### **QUADRO X – Perceção dos jornalistas das rádios locais face à sua função**

---

As rádios locais no seu todo, mas mais aquelas que apostaram mais na informação, tiveram e têm um papel muito importante na vida das comunidades. Foi graças às rádios locais que veio para a praça pública o que é o dia-a-dia em termos de informação das regiões. (Entrevistado M)

---

A importância da rádio em termos de concelho e num contexto globalizado, não pode assumir-se como veículo prioritário, antes um espaço complementar para o quotidiano comunitário, consignando à informação a importância que ela detém e o privilégio ao direto. (Entrevista Q)

---

Enquanto que no campo desportivo, a nossa ação passa apenas pelos espaços de informação, a Cultura ocupa um espaço de maior destaque, com programas em direto das várias freguesias. Os usos, costumes e tradições são, ainda um património que a nossa rádio insiste em preservar. (Entrevista V)

---

Já a nossa emissão de rádio a nível informativo é de cariz mais regionalista do que local, mas sempre com a notícia abrir sobre Pombal, mas nunca esquecendo Leiria e também o Norte do Distrito. Desporto fazemos de tudo, somos a rádio que acompanha mais a nível de desporto e temos uma audiência muito grande neste campo. (Entrevista X)

---

(...) estamos no Algarve e tudo aquilo que nos chega nós temos de colocar. (Entrevista Z3)

---

Nesta equação, a questão da proximidade assume um papel muito relevante, na medida em que é vista como uma das missões das rádios locais. O carácter global da sua emissão, entretanto conquistada com a Internet e a transmissão via streaming, confere à rádio local oportunidades para sublinhar a sua vertente de proximidade que, neste caso, não será uma proximidade física e territorial, mas cultural e social na medida em que pode estar mais “perto” das populações emigrantes originárias da região de implementação da rádio.

O quadro de respostas XI mostra-nos como os jornalistas entrevistados reconhecem que, estando na Internet, conseguem gerar mecanismos de interação

<sup>8</sup> Ver metodologia na nota de rodapé n.º 2 do Capítulo VI. (p. 86).

com a comunidade que a rádio tem mais dificuldade em garantir, especialmente se se tratar de uma comunidade que se encontra fora da área geográfica de cobertura hertziana. A Internet pode, por esse motivo, significar um importante aliado das rádios locais quanto ao estabelecimento de estratégias de proximidade.

#### **QUADRO XI – Percepção dos jornalistas em relação à Internet e proximidade**

---

"(...) é também uma forma que permite ter contacto com a comunidade emigrante, ou seja, pessoas que até ouviam a rádio, e depois tiveram de ir para fora e agora conseguem continuar a ouvir a rádio".  
(Entrevistado W)

---

As pessoas procuram muito o nosso facebook à procura de notícias da terra e acabam por partilhá-las  
(Entrevista N)

---

Sim tem um papel importante, no sentido muita das vezes de proximidade. Recebemos todas as semanas mensagens no site, de conterrâneos que estão emigrados pelo mundo fora, e que nos ouvem diariamente, "matando" assim saudades da sua terra natal (Entrevista Y)

---

Nesta estratégia de aproximação e interação com os ouvintes, a presença nas redes sociais é admitida pelos jornalistas como fundamental. As redes sociais, e em particular o Facebook, têm-se revelado ferramentas muito importantes para as emissoras locais se posicionarem junto das suas comunidades. Trata-se de uma porta aberta para a participação dos ouvintes quer com comenários, quer com contributos que possam ser utilizados pelos jornalistas em termos informativos. As redes sociais representam uma extensão da emissão da rádio ao servir para a participação em momentos da programação radiofónica, como é o caso dos passatempos.

#### **QUADRO XII – Percepção dos jornalistas em relação ao papel das redes sociais**

---

[a rádio] utiliza bastante o Facebook para interagir com os ouvintes, promovendo com frequência passatempos e solicitando a opinião de quem nos ouve sobre a programação e sobre outras questões da atualidade. (Entrevista T)

---

As redes sociais nomeadamente as que nós utilizamos atualmente são: o facebook, o twitter e o Google+ com maior incidência no facebook porque muita gente através dos excertos das notícias que são partilhadas com um link podem entrar no site e acompanharem as notícias totalmente, portanto é uma mais valia porque a maior parte das pessoas estão no facebook (...) (Entrevistado N)

---

Nós no facebook colocamos só as notícias enquanto que o site é mais completo, lá pomos o áudio também. E no site publicamos 7 notícias, no facebook é indiferente. (Entrevista R)

---

A tecnologia é cada vez mais importante, até porque até mesmo os idosos, que são uma grande fatia do nosso auditório, já começam a mexer nessas coisas, sobretudo nas redes sociais. (Entrevista W)

---

Não aproveitamos da melhor forma as redes sociais, como o Twitter ou o Instagram, focamo-nos mais no nosso site online e no Facebook. Podíamos aproveitar melhor a internet, mas como somos poucos é muito complicado. (entrevista Z4)

---



Com redações compostas por um número reduzido de jornalistas, a atribuição de tarefas é uma realidade muito presente. O conjunto de respostas que expomos no quadro XIII mostra-nos como o multitasking é um cenário, diríamos, forçado, nas redações das rádios locais. Não falamos em multitasking como a capacidade dos profissionais para executar várias tarefas para as quais foram formados. O que se passa nas rádios locais é uma gestão dos reduzidos recursos humanos que agora têm de se multiplicar por várias tarefas não apenas na rádio, mas também nas plataformas online: site e redes sociais. Como se verifica no quadro de respostas XIII, nas rádios locais não há jornalistas para o online. Existem sim, jornalistas que são da rádio e que têm também de atualizar o site, as redes sociais, modificar conteúdos para o online entre outras atividades. O resultado, tal como os jornalistas reconhecem, é que nem sempre é possível fazer o trabalho mais apropriado tendo em conta a linguagem da jornalismo online.

#### **QUADRO XIII – Práticas “multitasking” dos jornalistas das rádios locais**

---

(...) lá está é a questão dos recursos humano e a conjuntura económica não nos permite termos pessoas para termos uma redação somente específica para o online e uma redação para a informação para rádio. (Entrevista N)

---

são dois jornalistas de informação e um de desporto. Quem está no ar está também a atualizar o site e a rede social Facebook. (Entrevista Z4)

---

são dois jornalistas de informação e um de desporto. Quem está no ar está também a atualizar o site e a rede social Facebook" (Entrevistado Z4).

---

A redação é única e quem faz o trabalho para a rádio adapta-o para a internet. (Entrevistado M)

---

Os conteúdos colocados online são produzidos e publicados pelos jornalistas e pelos responsáveis de cada programa. (Entrevistado P)

---

(...) em redações pequenas como a nossa, em que não temos uma redação online. (...) Não posso dizer que seja fácil, exige um trabalho acrescido por parte da redação para atualizar o site e colocar os conteúdos que temos no online. (Entrevistado M)

---

O site vive essencialmente da produção informativa e é gerido pelo jornalista de serviço em cada momento. (Entrevista Q)

---

Agora o jornalista tem de fazer tudo. O jornalista vai à rua, fala com as pessoas, edita o som e tem os artigos para escrever no site, atualiza o site e faz noticiários. (Entrevista R)

---

Atualmente todo o trabalho recai sob os seus ombros, pois tenho a meu encargo a redação do jornal e da rádio e toda a parte técnica. (Entrevista W)

---

A redação é conjunta a todo o grupo; Jornal, Rádio e Internet. (Entrevista Z)

---

As respostas relativas à multimedialidade são o resultado prático da situação atrás descrita, ou seja, de redações com um número de profissionais insuficiente para todos os serviços que têm de executar.

O aproveitamento de recursos multimédia por parte das rádios locais é fortemente condicionado pela escassez de recursos humanos nas redações. Em par-

ricular, o vídeo é uma das ferramentas que as rádios locais menos potenciam, justamente porque implica um conhecimento para o qual os jornalistas da rádio não estão formados, e por outro lado, um investimento em material de vídeo e de edição que os operadores têm alguma dificuldade em fazer. A reduzida aposta na multimedialidade acontece apesar de os jornalistas reconhecerem a sua importância no contexto da Internet.

#### QUADRO XIV – Práticas de multimedialidade nas rádios locais

---

Os clips de voz resultam das próprias gravações das emissões normais da rádio. Os vídeos são uma vertente que estamos a estudar, nomeadamente ao nível dos custos de investimento em matéria-prima e mão-de-obra qualificada, mas são cada vez mais também o futuro da rádio nas redes sociais. As fotografias, maioritariamente, são tiradas pelos próprios colaboradores da rádio, com os seus telemóveis e servem, essencialmente, para autopromoção. (Entrevista Z1)

---

(...) falta-nos os vídeos, aliás eles já podem ser colocados, só que como os meios humanos são poucos, ultimamente eu é que estou a fazer isso, essa parte. (Entrevista Z3)

---

Há, no entanto, a consciência de que podem chegar a um outro público sendo novamente reproduzidos no site, pelo que há algum cuidado com o seu formato para o online (textos/áudio/foto). (Entrevistado P)

---

(...) eu gostaria obviamente de ter um site com texto, com áudio, com vídeo, mas infelizmente devido aos escassos recursos humanos, nós não conseguimos de facto ter todas essas potencialidades que seriam importantes para nós. (Entrevista N)

---

Nós arrancámos com o projeto (dos vídeos) há 2/3 anos sensivelmente. E há 1 ano que nós optámos por o suspender. Temos também o canal da Meo onde colocávamos os vídeos. Mas nós tínhamos mais uma pessoa aqui e quando ele saiu tivemos de suspender esse projeto. (Entrevista R)

---

A tendência das rádios locais é para a duplicação de conteúdos, seguindo uma prática de replicação de conteúdos no site e nas redes sociais que foram emitidos anteriormente na rádio. É um modelo que, no caso específico das rádios locais, está também relacionado com a corpo redatorial que é, como temos observado, reduzido.

O modo como os sites das rádios locais são geridos é muito diverso, mas de acordo com as respostas dos jornalistas, verifica-se que há um denominador comum: raramente existe uma produção própria para as plataformas online. Os jornalistas das rádios locais portuguesas têm primeiro a preocupação de garantir o sucesso do dispositivo tradicional e só depois o trabalho é realizado em função das plataformas online.

É por esse motivo que encontramos nas respostas fornecidas pelos jornalistas entrevistados, práticas como a colocação no site, sem alteração, de noticiários lidos na rádio. Os conteúdos que são disponibilizados online, com raras exceções, são os mesmos que já foram emitidos na rádio. Por vezes, são acrescentados elementos multimédia, como fotografias e, esporadicamente, vídeos, mas o texto ou o som são os mesmos que foram emitidos na rádio hertziana.

O site é um complemento da rádio, embora sejam de registar algumas práticas como as descritas no quadro XV que apontam para a colocação de notícias de última hora no site, uma vez que os noticiários da rádio acontecem de hora a hora.

#### **QUADRO XV – A gestão de conteúdos informativos no site**

---

Há muitas rádios que recebem os press na redação e como está, é colocado no site (...) Tem de ser trabalhado e só depois é que é publicado. (Entrevista R)

---

Uma vez que usamos o "on-line" como complemento do tradicional, não existe diferença de conteúdos e de formato. (Entrevista V)

---

Existem conteúdos partilhados com as plataformas digitais acima descritas (emissão online, notícias, eventos, podcast de programas, rubricas, etc.) e outros que passam exclusivamente em FM (rubricas, programas, entrevistas). Isto acontece devido à relevância, atualidade e interesse que esses conteúdos possam ter em termos de interesse de ambos os públicos. (Entrevista Z2)

---

(...) o que se publica no online é uma réplica do que sai na rádio, mas ainda assim consegue atingir público que de outra forma não se conseguiria. (entrevista Z5)

---

(...) quando temos um exclusivo a net é uma prioridade (Entrevistado B)

---

Publicação diária, depois de fechados os noticiários do dia na rádio. (Entrevistado P)

---

A forma como a notícia é colocada no site é a forma como é lida nos noticiários. Não há aqui um trabalho específico para os noticiários e para o site. Nós aproveitamos logo e fazemos para o site o mesmo que para os noticiários, o que possibilita poupar recursos. (Entrevista R)

---

(...) hoje em dia, diria que entre 70% a 80% do nosso auditório provem da internet. As nossas notícias acabam por trabalhar de forma mais urgente para a internet, porque os nossos noticiários são de hora a hora, mas a internet é minuto a minuto. (Entrevista Z4)

---

O site, é assim visto como uma plataforma para informações de última hora. Também registamos a prática de colocar notícias em exclusivo primeiro no site e só depois na rádio, embora essa tenha sido uma resposta de um único entrevistado.



## CAPÍTULO VIII

# A RÁDIO LOCAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

*À rádio incumbe particularmente recorrer ao património antigo e fará da forma mais propícia dentro das adaptações correspondentes, não apenas em relação à técnica, mas também às exigências do público que é contemporâneo com essa técnica.*

(Benjamin, 2014:178)

### VIII.1. UMA NOVA EQUAÇÃO

Trinta anos após a liberalização do setor da rádio em Portugal, o contexto das rádios locais é muito diferente daquele que se verificava no final da década de 80. Há um percurso rico em acontecimentos que coloca várias questões à radiodifusão local em Portugal e que determinaram o cenário atual.

Seria inocente pensar-se que os princípios que nortearam o aparecimento das rádios locais em Portugal se manteriam intactos, quando o contexto em que operam é radicalmente diferente daquele em que brotaram. As condições sociais, culturais e políticas do país na segunda década do século XXI são profundamente diferentes daquelas que os pioneiros das radiodifusão local viveram nas décadas de 70 e 80 do último século e isso não pode deixar de gerar um quadro mediático distinto, em particular no setor específico da rádio.

Perceber como as rádios locais portuguesas enfrentaram as primeiras três décadas de existência, nomeadamente na forma como conseguiram gerir a passagem de uma fase onde imperou um certo romantismo e no qual foi visível a preocupação pela preservação dos seus princípios fundadores, para um período

caracterizado por uma lógica de mercado, passa por entender o contexto histórico em que operaram.

Em três décadas, o país assistiu a profundas transformações nos campos político e social e na organização dos meios de comunicação. O aparecimento de televisões privadas, de projetos de imprensa com aposta na informação local (casos do Público e do Diário de Notícias que chegaram a ter cadernos específicos para a informação local, para além do Jornal de Notícias que tem uma linha editorial que privilegia o noticiário local) na década de 90 do século passado são elementos a considerar na ecologia dos média no qual as rádios locais co-existem. Mas, é também importante considerar a aposta cada vez mais clara de grupos de comunicação nos média, algo que se revela importante também para as emissoras locais, bem como o advento da Internet que altera as regras e condiciona práticas, modelos e formas de gestão dos média e perfis profissionais.

O fenómeno das rádios locais em Portugal caracterizou-se por uma «febre» que se traduziu no licenciamento desenfreado de emissoras em zonas do país sem condições de mercado favoráveis a esse cenário. Esperava-se que tal tivesse sido corrigido pelos anos «negros» das rádios locais em que muitas tiveram de encerrar e outras foram vendidas a igrejas, no início da década de 90. Pelo contrário, isso não aconteceu e o mercado teve caminho aberto para ditar as suas regras. As debilidades económicas e financeiras de muitas empresas de radiodifusão local conduziram a encerramentos, mudanças de propriedade ou de designação questionando o localismo de boa parte dos projetos que se viram nessas circunstâncias.

O contexto para o desenvolvimento das empresas de comunicação social local em Portugal não tem sido muito favorável. As razões para uma persistente crise têm sido apontadas e decorrem de fatores culturais, sociais e sobretudo económicos, num país com o seu perfil geográfico próprio no qual são evidentes as assimetrias litoral/interior e conseqüentemente os diferentes níveis de aceleração e desenvolvimento económico das regiões. As organizações de comunicação social em Portugal operam num contexto altamente segmentado e como tal não suportam muitas empresas a atuar nesses mercados. As rádios locais são disso um claro exemplo, pois em vários concelhos do país foram inicialmente aprovados projetos para funcionarem duas ou três emissoras que têm que disputar o mesmo exíguo mercado publicitário. O cenário que daí resultou foi o encerramento de algumas, a venda a outras de maior dimensão ou simplesmente a mudança para formatos de programação menos onerosos, os musicais, descuidando assim a vertente informativa local.

Por outro lado, a iliteracia mediática do fraco investimento na formação e educação, assim como a fragilidade dos média locais e regionais é sintoma de um país cujas empresas jornalísticas regionais estão muito aquém das suas verdadeiras potencialidades (Carvalho *et al.*, 2010).

A crise da radiodifusão local tem origem, como vimos, logo após a liberalização do setor e não foi resolvida, apesar das tentativas efetuadas quer no plano legislativo, quer no plano dos incentivos. As raízes para essa crise estão no território local, que é, paradoxalmente, de onde seria suposto retirar os dividendos para a sua sobrevivência. Mas, o fraco potencial de investimento publicitário de algumas localidades conduziu à debilidade das frágeis empresas de radiodifusão local. O modelo de liberalização da rádio em Portugal privilegiou interesses locais em vez de olhar para a realidade desse território, gerou um cenário insustentável para muitas empresas que depressa se viram numa situação muito difícil, cedendo à pressão das emissoras de maior dimensão e assim servindo para pouco mais do que pontos de retransmissão de rádios de maior dimensão.

As ideias de localismo, de proximidade, de sentimento de comunidade saíram claramente prejudicadas por este tipo de práticas. Na Grande Lisboa, trinta anos depois da liberalização das rádios locais, não existem rádios verdadeiramente locais em Almada, Amadora, Oeiras, Lisboa, Barreiro, Moita, Montijo, Sintra. É um cenário desolador que coloca a população destes concelhos sem uma fonte importante de informação local.

## VIII.2. A POLÍTICA ECONÓMICA DOS MÉDIA E O LOCALISMO

A entrada de grupos de comunicação no setor da rádio não é uma originalidade portuguesa. Longe disso. Pela Europa fora, as rádios locais estão hoje a motivar o interesse e o apetite de grupos de comunicação que entram neste mundo com o objetivo de adotarem modelos pré-concebidos de programação e já testados junto das audiências. Do ponto de vista económico, o grau de incerteza é diminuto, mas “colocam em situação desvantajosa as comunidades das quais procuram obter lucro, delas removendo um meio de expressão cultural e de participação democrática” (Starkey, 2011:158). É um cenário das rádios locais em que “a razão económica está a sobrepôr-se a outros critérios” (Herreros, 2001:145).

A entrada de grupos de comunicação no setor das rádios locais, pelo menos no caso português, tem-se revelado um claro investimento na padronização da programação com consequências para o localismo e para a comunidade. Se olharmos para rádios como Vodafone FM, Smooth, OxiGénio, Cidade entre outras, verifica-

mos que nenhuma delas tem qualquer vínculo às comunidades de onde as suas frequências são originárias. Pelo contrário, adotam modelos de programação musical dirigidos a públicos específicos, mas em caso algum dirigidos ao local.

O cenário da radiodifusão local portuguesa está refém de políticas económicas dos média que procuram sobretudo o negócio, o que não é condenável uma vez que são empresas privadas, mas que se mostram relutantes em relação a encarar o local como um eixo importante desse mesmo negócio. Assim, o cenário português, em relação à propriedade, é composto por rádios pertencentes a grandes grupos económicos que as adquirem com a finalidade de adotar modelos de programação estáveis que lhes garantam sucesso comercial; por rádios locais pertencentes a grupos económicos de menor dimensão e que continuam a fazer uma aposta no local e por empresas ou cooperativas de radiodifusão que conservam estruturas reduzidas, mas que ainda conseguem garantir a sua função de rádio local, disponibilizando para a comunidade informação e programação localista.

O interesse de grupos de comunicação pelas frequências locais de rádio em Portugal é potenciada pelo quadro legal. Recorde-se a este propósito que a lei atual 54/2010 é bastante flexível quanto à possibilidade de alteração de programas de generalista para temática. A tendência tem sido, por isso, a aquisição de frequências locais para alterar posteriormente para temática musical e assim colocar em prática uma programação baseada em estilos ou sucessos musicais, cujo modelo é mais facilmente garantia de sucesso, embora, como vimos, retire às comunidades locais um espaço importante de representação.

Na segunda década do século XXI, as rádios locais portuguesas vivem uma crise de identidade. Essa crise tem na sua origem um modelo de liberalização desajustado à realidade portuguesa e cujas consequências negativas são visíveis desde o primeiro momento. O fecho de rádios locais, a mudança de propriedade ou a alteração de programação são disso sintomas que as têm afastado dos seus princípios fundadores.

### **VIII.3. MANTER O JORNALISMO DE PROXIMIDADE**

Valerá a pena recordar as três dimensões das rádios locais. As suas dimensões democrática, alternativa e de proximidade. Importa, nesse sentido, pensar em que medida estas dimensões são ainda hoje válidas, considerando o cenário da radiodifusão local portuguesa marcado pela tendência de rádios temáticas, da expansão de modelos de programação padronizados e das debilidades financeiras.



ras de muitos operadores que continuam sem retirar dos mercados publicitários locais o lucro que desejariam.

Esta caracterização tem consequências na relação que estabelecem com as comunidades e nesse sentido, identificamos três tipos de rádios:

1) *Rádios que utilizam frequências locais.* Neste caso, inserimos as rádios que utilizam frequências inicialmente atribuídas a emissoras locais. As frequências são utilizadas com o objetivo de difundir programação genérica, desvinculada das comunidades locais. São rádios fundamentalmente musicais e pertencentes a grupos económicos que fazem uso das frequências locais com o único objetivo de expandir a emissão de rádios de maior dimensão e de com isso obter lucro. Para além de difundirem uma programação musical, padronizada e dirigida a determinados públicos, acabam por privar as populações locais de conteúdos adequados à sua região e à qual a frequência local está alocada.

2) *Rádios de produção própria parcial.* São rádios que cedem a maior parte da sua antena para a retransmissão da programação de outras rádios. Conservam uma produção própria nos mínimos exigidos por lei. A informação e programação são adequadas à comunidade, mas é minimalista. Estas rádios beneficiam da ocupação da sua antena com conteúdos por parte de rádios com mais estrutura, uma vez que de outro modo não conseguiriam manter produção durante 24 horas.

3) *Rádio de produção própria local.* São as rádios que consideramos ainda verdadeiramente locais. Têm programação e informação adequadas às comunidades onde se localizam, procurando ser um espaço para a discussão pública de assuntos locais, para a preservação da cultura e do património local. São caixas de ressonância das vivências locais, disponibilizando espaço para a representação dos agentes políticos, culturais, associações e da população. São rádios que ainda tentam preservar os valores que conduziram à criação das rádios locais em Portugal e na Europa.

Perante este cenário, em que medida as rádios locais com produção própria 24 horas conseguem produzir um discurso distinto das demais e nesse sentido representarem uma alternativa de escuta para os ouvintes? De que forma se podem constituir como espaços abertos à participação de várias correntes de opinião representando-se como plataformas de debate democrático, deliberativo e argumentativo acerca dos temas locais? E, por fim, como podem as rádios locais se assumirem como meios próximos das comunidades locais, proporcionando-lhes espaço para a sua expressão e gerando sentimentos de pertença e de partilha?

E qual o papel do jornalismo nesta equação?

Os jornalistas das rádios locais portuguesas estão cientes da sua função. Para estes profissionais, o jornalismo numa rádio local só faz sentido enquanto espaço

para o local, para a compreensão do mundo a partir do território levando para o espaço público as temáticas, as vozes e os protagonistas do espaço local. É, pois, importante salientar que o jornalista de uma rádio local é, em primeiro lugar, jornalista, mas é um jornalista especializado. Não ao nível temático, como o desporto ou a cultura, mas ao nível geográfico e, como tal, é nessa condição que representa um valor acrescido para o discurso informativo dos média locais. Por esta razão, faz todo o sentido que o território local signifique a principal área de intervenção dos jornalistas das rádios locais, como forma, por um lado, de sublinhar a sua diferença e, por outro para contextualizar, tendo em conta o seu público, os acontecimentos que chegam “de fora”.

Esta consciência da sua própria razão de ser é tanto mais importante na medida em que é vista como um serviço público e como a consequência prática do direito dos cidadãos a serem informados.

O campo da informação local está aberto para as rádios locais.

O local não tem no espaço do jornalismo português grande relevância. Menos ainda se olharmos especificamente para a rádio. As principais emissoras nacionais de informação, TSF, Antena 1 e Renascença, raramente ocupam a sua antena com temáticas locais, mesmo o serviço público de rádio que tem obrigações a esse nível, mas que limita o noticiário local a apenas um momento diário.

É por isso que as rádios locais têm aqui um papel muito importante enquanto opção para um discurso que vise o acompanhamento das pulsões sociais das comunidades, na efetiva realização de uma grelha de programação onde a tradição e a história locais sejam pontos fortes e a prática de um jornalismo de proximidade seja efetiva. A rádio local tem em aberto um caminho para explorar em relação à criação de um discurso de proximidade utilizando para isso os recursos sonoros de que o meio é dotado. Não é de ignorar, neste âmbito, as capacidades comunicativas do meio radiofónico. A rádio tem a capacidade para transportar para os ouvintes o espaço e o território através das sonoridades que o compõem, gerando imagens mentais e contribuindo para a memória sonora da comunidade. Esse dado deve ser assumido pelas rádios locais enquanto vantagem competitiva na ecologia global dos média, porquanto transformará o som e a sua mensagem distinta das restantes propostas mediáticas. O jornalismo assume, neste particular, especial relevância ao levar para a antena a construção da realidade sonora do local. Se não for a rádio local a fazê-lo, dificilmente outros o farão.

As rádios locais, e em particular o jornalismo que nelas existe, tem aqui uma responsabilidade de não deixar cair essa opção que continua válida para muitas localidades deste país, mas que, pelos motivos atrás invocados, está a perder protagonismo em muitas outras.

O jornalismo nas rádios locais tem um importante caminho a trilhar, que é o de se apresentar como uma *ágora* para o debate local e contribuindo, deste modo, para o conhecimento sobre a comunidade. A questão é como levar à prática esse objetivo tendo em conta as condições de muitas redações de rádios locais em Portugal.

Como observámos, as emissoras locais são empresas de reduzida dimensão, com poucos profissionais e, por esse motivo, as redações carecem de jornalistas que possam garantir com mais eficiência o trabalho de pesquisa, confirmação e emissão de informação. Perante um cenário em que as redações têm uma média de jornalistas inferior a dois profissionais, torna-se difícil garantir a emissão de noticiários exigida por lei, a procura de informação no terreno, a elaboração de trabalhos de investigação e reportagem e, não esquecer, a atualização dos espaços online das rádios, redes sociais e site. Na impossibilidade de levar à prática tão ambiciosas funções, o jornalismo nas rádios locais acaba por se limitar, com algumas louváveis exceções, a práticas que têm por objetivo a garantia de um mínimo aceitável. Nesse sentido, a informação das rádios locais baseia-se no contacto telefónico, nas fontes institucionais das autarquias locais, faltando um contacto mais próximo com o terreno através de trabalho de reportagem e de investigação que permita desvendar, criticar, colocar em debate as matérias e os assuntos locais.

A informação jornalística das rádios está refém dos seus próprios constrangimentos que a impedem de se soltar e de gerar um discurso mais ousado e assertivo, não por incompetência dos seus profissionais, mas porque esses profissionais (pela sua escassez) estão, acima de tudo, preocupados e focados em garantir a normalidade do fluxo contínuo da emissão radiofónica.

Aparentemente, para a rádio local abriu-se uma enorme janela de oportunidade com a Internet. É uma janela para todos os meios de comunicação, mas que a rádio local pelas suas limitações técnicas e legais, pode potenciar e aproveitar para fazer renascer os seus objetivos ontológicos. A emissão das rádios locais está, pela sua definição, circunscrita ao território onde está sediada. Vimos como as práticas de expansão da emissão da rádio hertziana abdicam da sua expressão local e, por isso, não servem para resolver o problema do localismo e da proximidade às comunidades. Antes pelo contrário.

Nesse sentido, a hipótese de uma emissão global que chegue a vários públicos impedidos por motivos técnicos de escutar a rádio local hertziana, deve ser encarada com muita seriedade, na medida em que se pode constituir como um espaço para a reafirmação do local e a revitalização económica das emissoras.

A dialética entre o local e o global assume um papel importante, pois como vimos alguns contributos teóricos assentam na ideia de que os meios de comunicação social local e regional representam uma alternativa ao discurso dos mega média. O que nos parece ser importante salientar é que não se entende o espaço local como uma resistência ou oposição ao espaço global. O local significa, antes de mais, uma nova forma de entender o mundo.

#### **VIII.4. SEGUIR NA ONDA DA NET**

Vários estudos têm demonstrado como a escuta de rádio através da Internet tem vindo a aumentar. De acordo com a Markttest, no primeiro semestre de 2018, 16,9% da escuta de rádio em Portugal foi feita através da Internet, representando um ligeiro aumento em relação ao ano anterior (16,6%).

Presentes na Internet, as rádios locais poderão potenciar a sua dimensão de proximidade criando espaços de programação e informação dirigidas para a comunidade emigrante que é originária do local de implantação da emissora. Este público tem assim a possibilidade de obter informação sobre o seu espaço de origem e a rádio local terá a obrigação de fornecer essa informação e de preencher esse vazio. É um espaço que se apresenta sem limites para a criatividade dos operadores de rádio local portugueses tendo em conta a vasta audiência que, em potência, se encontra espalhada pelo mundo.

Ainda faltará dar esse passo. A avaliar pelos dados disponibilizados pelo Observatório da Comunicação as rádios locais portuguesas, apesar de considerarem importante estar presentes online e que isso lhes trará vantagens quanto à aproximação ao público emigrante, não estão ainda a potenciar a sua vertente de programação e de informação que pode ser dirigida a novos públicos. De acordo com o Obercom, apenas 22,5% têm programas para a comunidade emigrante (Obercom, 2018:94).

Uma vez mais, a aposta em modelos e práticas dependerá sempre dos profissionais e dos recursos técnicos e nesse sentido não se poderá esquecer, também neste caso, as reduzidas redações das emissoras locais portuguesas.

A tendência de um jornalismo hiperlocal poderá afigurar-se também como uma hipótese para a rádio local. Um olhar detalhado e pormenorizado para a comunidade trará vantagens para a informação nas rádios locais e estreitará laços com a população. O hiperlocal, enquanto prática que aproveite as potencialidades do online e que se focalize no pulsar das comunidades, lançando um olhar para as elites locais, mas não as tomando como o único foco informativo, poderá

ser um caminho a seguir. A rádio local tem esse dever com a história e com os seus princípios fundadores e tem agora a oportunidade do online que lhe confere potencialidades para se tornar global.

É por isso que três décadas após a liberalização do setor da rádio, faz ainda mais sentido sublinhar as três dimensões teóricas que identificámos na origem da radiodifusão local. As rádios locais, inseridas num contexto global dos média determinado pelas redes e pela Internet, não pode deixar de se focar na sua capacidade para chegar perto das comunidades e das populações locais, incentivando modos de participação e adotando modelos de representação das estruturas políticas, culturais e sociais do território. A dimensão de proximidade das emissoras locais faz, por esse motivo, todo o sentido, até porque se cruza de modo muito claro com a dimensão de alternativa que as rádios locais sempre fizeram questão de sublinhar. As emissoras locais olham para as suas especificidades discursivas e singularidade dos seus protagonistas para criar mensagens alternativas ao que os média globais, normalmente mais focados nos contextos nacionais e internacionais, veiculam. Hoje, a dimensão alternativa das rádios locais não se justifica pela presença de grupos sociais e reivindicativos como na Europa das rádios piratas, mas continua a fazer sentido enquanto alavanca para a especificidade e singularidade da mensagem radiofónica local.

Tudo isto se combina com a dimensão democrática das rádios locais. Num contexto político totalmente diferente daquele em que as emissoras locais portuguesas emergiram, resta às rádios locais continuar a ser o espaço para a expressão das populações, diretamente ou através das suas estruturas sociais e políticas de representação. A rádio local contribuirá para a consolidação democrática se não se fechar sobre si mesma ao adotar modelos de programação que privilegiam o sentido unívoco da mensagem radiofónica, ao invés de sublinhar a interação entre a rádio e a comunidade. Se o meio radiofónico era já um espaço privilegiado para essas práticas, com a Internet e as redes sociais, a responsabilidade aumenta. A rádio local tem no século XXI uma função democrática ao permitir o seu acesso a um público diversificado e abordando temáticas de modo plural e deliberativo. Deste modo, a rádio local cumpre uma das suas mais nobres funções que é a de se constituir como um dispositivo que garanta o direito dos cidadãos a serem informados.

Este quadro exposto nos últimos parágrafos está, no entanto, claramente dependente das opções políticas que venham a ser tomadas em relação a este subsector dos média. A criação de quadro legislativo que regule a propriedade dos média, evitando a desenfreada aquisição de rádios locais com o objetivo de as transformar em algo que nada tem a ver com a comunidade e que seja mais

exigente quanto à classificação da programação limitando a adoção de modelos musicais é um passo que poderá ajudar a consolidar as rádios locais como verdadeiramente locais, enquanto formas de estímulo e de diferença cultural.

### VIII.5. UMA QUARTA DIMENSÃO: O GLOBAL

As três dimensões que identificámos no primeiro capítulo deste livro resultam de uma reflexão sobre a literatura acerca das rádios livres e locais na Europa, produzida sobretudo nos anos 80 do século passado.

São contribuições teóricas que se inspiram numa certa euforia que caracterizou o movimento pela liberalização da rádio no continente europeu. São, por esse motivo, o reflexo de um conjunto de práticas que caracterizaram as rádios piratas e que depois se prolongaram após a sua legalização. O modo como grupos sociais, defensores de causas, partidos políticos ou simplesmente amantes da rádio e da comunicação “tomaram conta” das rádios livres e locais levou autores a considerar que a liberalização das ondas da rádio seria o sinónimo de uma democracia consolidada e palco para processos deliberativos resultantes do debate, da diversidade e do pluralismo de protagonistas nos média. Os contributos teóricos sobre a origem das rádios locais demonstram o modo como os meios de comunicação e, em particular a rádio, pode ser um meio importante para solidificar processos democráticos e de liberdade. No fundo, o resultado ideal para aquilo que se espera que os meios de comunicação sejam: plurais, promotores de diversidade, igualdade, espaços de discussão e de dinamização da arena pública.

O movimento pela liberalização das rádios locais representa essa ética da comunicação ao criar espaços para que as populações se revejam e se sintam representadas pelo discurso mediático; para que esse discurso se apresente como diferente e espelhe o sentir das várias correntes de opinião da sociedade, esteticamente atrativo e ousadamente criativo e, por fim, para que deste modo, a rádio possa ser a expressão das comunidades.

Eis, pois, os princípios fundadores da radiodifusão livre e que agrupámos em três dimensões: proximidade, alternativa e democrática.

A validade destas dimensões deve ainda hoje ser considerada. Mas, não é possível olhar para elas sem ter em conta a ecologia dos média no século XXI, dominada pelas redes digitais, pela Internet, pelas plataformas móveis, cenário que transforma a rádio local numa rádio global.

Perante isto, reforçamos esta ideia, é importante olhar para a globalização da rádio local como um desafio e não como uma ameaça. Mais do que nunca,

será importante ter em conta a rádio local como um espaço de proximidade, de conteúdos alternativos e enquanto palco para o pluralismo e para a diversidade temática e de vozes. Mas, é preciso enquadrar estas dimensões de sempre, numa nova dimensão das rádios locais: o seu carácter global.

Essa dimensão global da radiodifusão local tem vários micro contextos que passaremos a expor:

1 – *Ecologia global dos média*. As rádios locais já não estão isoladas no território. Ou antes, o território onde se movem é agora o território global. Através da emissão online, o alcance é universal chegando a vários públicos que não conseguiriam alcançar dadas as suas limitações técnicas. As rádios locais competem hoje, não apenas com outras rádios, mas também com todas as outras ofertas jornalísticas que estão presentes na rede global. Isto, claro, se excluirmos as outras formas de comunicação que emergem na Internet a partir de iniciativas individuais (páginas no Facebook, Instagram, sites pessoais, etc). Todo este contexto dos média constitui agora um contexto de concorrência com as rádios locais.

2 – *Enfoque dos conteúdos*. A clarificação dos conteúdos da rádio local é, no seguimento do ponto anterior, fundamental. O mimetismo seguido por algumas rádios locais de modelos das rádios nacionais, não parece ser a solução para ter sucesso num contexto global dos média. Pelo contrário, a ecologia global dos média obriga a que a rádio local se defina em termos de programação e informação olhando, em especial, para os seus atributos de rádios especializadas no território e no local. Fazendo uso daquilo que a define e sublinhando a sua especificidade em relação aos outros meios de comunicação e, em particular, às outras rádios. Essa clarificação do foco da informação e da programação, seguramente mais virada para as comunidades, é essencial para a rádio hertziana e para a presença no online.

3 – *Estrutura*. A rádio local enquanto organização tem características próprias. Desde logo, o facto de falarmos, na esmagadora maioria dos casos, de pequenas empresas, com um reduzido número de funcionários, incluindo jornalistas. O cenário económico e financeiro destas emissoras não lhes permite, pelo menos a curto prazo, inverter este estado de coisas que afeta de forma clara o trabalho que é realizado na rádio e compromete os objetivos a que as rádios locais se propõem, de proximidade com as comunidades. A constituição de parcerias com outras rádios locais para a emissão de conteúdos específicos, como foram os casos no passado de algumas experiências realizadas para difusão de conteúdos noticiosos, pode ser um caminho. Estas parcerias são diferentes da retransmissão em cadeia, que implica a hegemonia de uma

rádio em relação às outras que utiliza para fazer passar a sua programação. As cadeias de radiodifusão representam uma parceria em que a emissão radiofónica segue apenas num único sentido. A rádio de maior dimensão utiliza a antena das rádios mais débeis, mas o contrário nunca sucede. O tipo de parceria que aqui defendemos pressupõe a existência de dois sentidos, ou seja, todas as rádios que integram a rede possam ser produtoras e difusoras de informação.

Por outro lado, é importante não retirar da equação as várias instituições de ensino formadoras de jornalismo e de outros profissionais da comunicação que podem ter um papel importante no estabelecimento de acordos com as próprias rádios locais das comunidades onde se inserem com vantagens claras, quer para os alunos (futuros profissionais) como para as próprias emissoras.

4 – *Audiência*. A emissão global das rádios locais é vista como o grande desafio para estas empresas. Isso traduz-se na captação de novos públicos e como tal, em potência, de novo investimento publicitário. Esses novos públicos são sobretudo pessoas que não se encontram na área geográfica de cobertura da rádio hertziana, como é caso dos emigrantes que podem ver satisfeito um direito de acesso à informação sobre a sua comunidade de origem que, de outro modo, dificilmente conseguiriam. Mas, este desafio de novos públicos fará sentido num contexto em que a rádio crie conteúdos adequados que promovam a proximidade e sejam espaço para a partilha e para a interação com esses novos públicos.

5 – *Jornalismo*. Eixo fundamental neste cenário. É através de um jornalismo interventivo, escrutinador conectado com a realidade local e comprometido com os seus valores éticos e deontológicos que as rádios locais se poderão afirmar no contexto competitivo dos média do século XXI. O jornalismo é o palco para a construção de um discurso de proximidade e alternativo, potenciando processos deliberativos e de discussão nas comunidades. A rádio local no contexto da Internet e das redes sociais pode afirmar a sua especificidade enquanto meio de comunicação colocando em cima da mesa o facto de se tratar de um jornalismo especializado, de conhecer os atores e o território onde atua. Essa é uma vantagem competitiva das rádios locais.

O global não pode ser visto, portanto, como uma ameaça à sobrevivência das rádios locais. Pelo contrário, a posição globalizante das emissões de rádio local terá de ser um desafio que os operadores deverão agarrar, encarando-o como um modo de afirmação das suas especificidades.



Naturalmente que este desafio nunca terá o sucesso desejado se for levado à prática apenas pelas rádios locais. O quadro legal em que as emissoras locais operam é fundamental para gerar novas dinâmicas que favoreçam o local e para que o mundo empresarial possa olhar para esse local como uma oportunidade de negócio. O global será um desafio interessante para as rádios locais nos próximos anos, mas “preservar e estimular o sentido de localidade pode vir a depender inteiramente da vontade dos legisladores e reguladores de o manter vivo” (Starkey, 2011:172).



## BIBLIOGRAFIA

- Agee, W. & Traquina, N. (1988) *O Quarto Poder Frustrado*. Lisboa: Veja.
- Albert, P. & Tudesq, A.J. (1981) *História da Rádio e Televisão*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Alboredas, L. & Bonet, M. (2013) Radio on the Iberian Peninsula: Autarky, revolution and convergence. In *The International Communication Gazette*. 75(2) 205–224
- Alta Autoridade para a Comunicação Social (1997) *O Processo Informativo na Comunicação Social Regional e Local*. Lisboa: Alta Autoridade para a Comunicação Social.
- Amaral, S. et al. (2006). As rádios portuguesas e o desafio do (on)line?. Acedido a 20 de junho de 2007 em: [http://www.obercom.pt/client/?newsId=254&fileName=wr3\\_radio\\_revisto\\_gustavo\\_rita\\_pdf\\_pat.pdf](http://www.obercom.pt/client/?newsId=254&fileName=wr3_radio_revisto_gustavo_rita_pdf_pat.pdf).
- Arnheim, R. (1936/1986) *Radio*. New Hampshire: Ayer Company Publishers.
- Associação de Rádios de Inspiração Cristã (ARIC), (2013). *Estudo sobre os Principais Grupos de Custos de Financiamento das Rádios Associadas da ARIC*. Acedido a 16 de abril de 2013, em: <http://www.aric.pt/noticia.php?id=1002>.
- Azevedo, A.P. (2001). As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório*, n.4, 113-122.
- Badenoch, A. (2013) Between Rock and Roll and a Hard Place: 'Pirate' Radio and the Problems of Territory in Cold War Europe. In Christian Henrich-Franke, Andreas Fickers and Alexander Badenoch (eds) *Airy Curtains in the European Ether: Broadcasting and the Cold War*, Nomos
- Balsebre, A. (2004). *El Lenguaje Radiofónico*. Madrid: Cátedra.
- Balsebre (2013) O rádio está morto...Viva o som! ou como o rádio pode se transformar em uma nova mídia. *Significação*, 39. 14-23. Acedido em 25 de novembro de 2018, em: [http://www3.usp.br/significacao/pdf/Significacao39\\_2.pdf](http://www3.usp.br/significacao/pdf/Significacao39_2.pdf)
- Bastos, H. (2000). *Jornalismo Electrónico - Internet e Reconfiguração de Práticas nas redacções*. Coimbra: Minerva.
- Becqueret, N. (2004). La parole des auditeurs dans les émissions de radio informatives en France : Entre tradition républicaine et tentation libérale. Acedido a 17 de novembro de 2006, em <http://www.grer.fr/article11.htm>
- Benjamin, W. (2014). Théâtre et radio: sur le controle mutuel de leur travail éducatif. In Boudouin, P. *Walter Benjamin - Ecrits radiophoniques*. (175-178). Paris: Editions Allia.
- Bonixe, L. (2017) As rádios locais portuguesas na transição para a Internet. Em Jerónimo, P. (Org.) *Media e Jornalismo de Proximidade na Era Digital*. pp. 47-86. Acedido a 23 de outubro de 2018, em <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/book/298>.
- Bonixe, L. (2015). *Jornalismo e Jornalistas das Rádios locais Portuguesas*. Acedido a 15 de setembro de 2018, em <http://www.c3i.ipportalegre.pt/uploads/Jornalismo.pdf>.
- Bonixe, L. (2012) *A Informação Radiofónica: rotinas e valores-notícia da reprodução da realidade na rádio portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Bonixe, L (2012) Internet e participação – o renascimento da Rádio Local como espaço de debate público. In Correia J.C. (org.) *Ágora- Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*. Covilhã: LabCom Books. Pp- 17-30.
- Bonixe, L. (2012) As rádios locais em Portugal – da génese do movimento à legalização. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. 9, n.º 2. Acedido a 12 de maio de 2014, em <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p313>.
- Bonixe, L. (2011). Jornalismo radiofónico e Internet – um estudo da evolução do uso das potencialidades online nas notícias dos sites da rádio. *Comunicação e Sociedade*. Vol. 20. 29-42.
- Bonixe, L. (2010). Legalização, Concentração e Multimédia – Os desafios das rádios locais portuguesas. *Rádio-Leituras*, 1. 187-202. Acedido a 22 de abril de 2018, em: <http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras/article/view/396>
- Bonixe, L. (2006). As rádios locais em Portugal: uma análise do discurso jornalístico. *Comunicação e Cultura*, n.º 1, 157-169.
- Brecht, B. (1981). Teoria de la Radio. In Bassets, L. (ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Libres* (48-61). Barcelona: Gustavo Gili.
- Cadière, I (2016). Faire un film sur les radios libres aujourd’hui. In Lefebvre, T & Poulain, S. (ed.) *Radios Libres 30 ans de FM. La parole libérée?.*(49-64) L’Harmattan.
- Cádima, F. R. (1999) *Desafios dos Novos Media*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Cádima, F. R. (Coord.) (2000). *Anuário da Comunicação – Os media e os novos media em Portugal 2000/2001*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Cádima, F. R. (Coord.) (s/d) *Anuário da Comunicação – Os media em tempo de crise 2001/2002*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Cádima, F. R. (2000). Os media regionais face à TV local. *Observatório*, 2, 49-54
- Camponez, C. (2012) Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In Correia, J.C. (org.) *Ágora – Jornalismo de Proximidade: Limites, desafios e oportunidades*. (35-47). Acedido a 14 de janeiro de 2019, em [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agera\\_ebook.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agera_ebook.pdf)
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade*. Coimbra: Minerva.
- Cardoso, G. et al. (2010) *Os Novos Caminhos da Rádio – Radiomorphosis. Tendências e Perspectivas*. Lisboa: Obercom.
- Cardoso, G. (2009). Da comunicação de massa para a comunicação em rede. In Cardoso, G. et al. (coord) *Media, Redes e Comunicação*. (15-54). Lisboa: Quimera.
- Carvalho, A.A. (2014). Uma visão da evolução da radiodifusão local pelo prisma das políticas públicas. In Reis, I.; Ribeiro, F.; Portela, P. (Org.) *Das Piratas À Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. (29-42). Acedido a 28 de setembro de 2018 em [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/2049/1971](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971)
- Carvalho et al. (2010). *Estudo de Impacto dos Incentivos diretos concebidos pelo Estado aos órgãos de comunicação social regional e local*. Lisboa:UNL-Média XXI.
- Castells, M. (2003), *O Poder da Identidade*. Lisboa: Calouste Gulbenkian
- Cazenave, F. (1980). *Les Radios Libres*. Paris: PUF.
- Cazeneuve, J. (s/d). *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*, Edições 70, Lisboa.
- Chantler, P. & Harris, S. (1997). *Local Radio Journalism*. Oxford: Focal Press.
- Cheval, J.J. (2009) Mai 68, un entre deux dans l’histoire des médias et de la radio en France. Acedido a 24 de novembro de 2018 em [http://www.grer.fr/upload/articles\\_en\\_ligne/Mai\\_68\\_un\\_entre\\_deux\\_dans\\_l%5C-histoire\\_des\\_medias\\_et\\_de\\_la\\_radio\\_en\\_France.pdf](http://www.grer.fr/upload/articles_en_ligne/Mai_68_un_entre_deux_dans_l%5C-histoire_des_medias_et_de_la_radio_en_France.pdf).
- Chorão, M. B. et. al. (1984). *Comunicação Social e Desenvolvimento Regional*. Maia: Castoliva Editora.
- Coelho, P. (1989). *Rádios locais: problemas da opinião pública e regionalização*. Tese de Licenciatura em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.



- Escudero, M. C. (2000). Perspectivas da rádio local em Espanha. Alternativas à globalização. *Observatório*. 2. 9-26.
- Escudero, M.C. (1998). *Radio Pública Local*. Madrid: Fragua.
- Escudero, M. C. (ed.) (1997), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas*. Sevilla: Asociación de emissores municipais de Andalucía de Radio y Televisión.
- Escudero, M. C. (ed.) (1998). *La Democratización de los medios radiotelevisión comunitaria*. Sevilla: II Congresso de rádio y televisiones locais, públicas y alternativas.
- Esteves, J.P. (1998). Comunicação regional e local em Portugal. *Comunicação e Linguagens*, n.º 8.55-70.
- Faus Belau, A. (2001). Reinventar la Radio. *Chasqui*.74. Acedido a 2 de junho de 2007, em: <http://chasqui.comunica.org/faus74.htm>.
- Faus Belau (1995). Los caminos de la radio. Orientaciones del medio en Europa. *Telos*, 42. Acedido a 22 de outubro de 2007, em: [http://www.campusred.net/telos/anteriores/num\\_042/index\\_042.html?cuaderno\\_central.html](http://www.campusred.net/telos/anteriores/num_042/index_042.html?cuaderno_central.html).
- Faus Belau, A. (1981). *La Radio – Introducción a un Medio Desconocido*, Madrid: Editorial Latina.
- Faustino, P. (2000). A Imprensa Regional em Portugal : o estado da arte e práticas de gestão. *Observatório*, 1, 89-96.
- Flichy, P. (1981), La explosión del monólogo. Las radios paralelas en la Europa Occidental. In Bassets, L. (ed.) *De las Ondas Rojas a las Radios Libres* (180-188). Barcelona: Gustavo Gili.
- Figueiredo, M. (1989). *Reflexão sobre o discurso radiofónico*, Policopiado, Tese de Licenciatura em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Gago, L. (2004). La radio sur Internet : approche de l'innovation par l'étude des représentations et des services en ligne. Le cas de Ouï Fm.com et de Diora.com. Acedido a 17 de novembro de 2006, em : <http://www.grer.fr/article16.htm>.
- Gabinete para os Meios de Comunicação Social (2019). *Panorama do Setor*. Acedido em 3 de janeiro de 2019, em: <http://www.gmcs.pt/pt/panorama-do-setor-20130314-115342>.
- García, X.L. (2008). *Ciberperiodismo en la proximidad*. Sevilla: Comunicación Social ediciones y publicaciones.
- García, R. T. (2012). Vínculos comunicacionais e sentimento nacional: noção tradicional e Internet. In De Oliveira Menezes, J. E. & Cardoso, M. *Comunicação e Cultura do Ouvir*. (247-265). Editora Plêiade: São Paulo.
- Gonçalves, R.(1999). *Jornalismo e Valores. O Projecto Informativo TSF-Rádio Jornal (1988-1993)*. Edinova: Lisboa.
- Guatari, F. (1981) Las rádios libres populares. In Bassets, L (ed.). *De las Ondas Rojas a las Radios Libres*. (231-236). .Barcelona: Gustavo Gili.
- Haye, R. (2011). Sobre la radio que viene. *Rádio-Leituras*. Ano II, 1, 3-13 Acedido a 16 de janeiro de 2019, em: [https://radioleituras.files.wordpress.com/2011/08/2-haye\\_esp.pdf](https://radioleituras.files.wordpress.com/2011/08/2-haye_esp.pdf)
- Herreros, M.C. (2001) *La rádio en la convergência multimédia*. Barcelona: Gedisa.
- Hendy, D. (2000). *Radio in the Global Age*. Cambridge: Polity Press.
- Hood, L. (2010). Radio Recentered: Local News Returns Home. *Journal of Radio & Audio Media*, vol.17, 2, 151-166.
- Jeanneney, J-N. (1996), *Uma História da Comunicação Social*, Lisboa: Terramar.
- John C. C. Halbert & Walter S. McDowell (2013) Sustaining Local Radio Journalism: A Case Study of the WLRN/Miami Herald Strategic Alliance. *Journal of Radio & Audio Media*, 20:1, 17-34. Acedido a 2 de janeiro de 2019, em: Doi: 10.1080/19376529.2013.777338
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004). *Os Elementos do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Lavoinnie, Y. (s/d). *A Rádio*. Lisboa: Veja.
- Lazarsfeld, P. (1940). *Radio and the Printed Page*, New York: Duell, Sloam and Pearce.
- Lazarsfeld, Paul & Kendal, P. (1948). *Radio Listening in America – the people look at radio, again*. New York: Prentice-Hall.

- Lé, A. (2012). *Rádio Foz do Mondego - Um Percurso do Passado ao Presente*. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra.
- Lefebvre, T (2016). Qu'entend-on par radio libre?. Em Lefebvre, T & Poulain, S *Rádios Libres 30 ans de FM. La parole libérée?*(19-20). L'Harmattan.
- Levinson, P. (1998). *A Arma Suave*. Lisboa: Bizâncio.
- Lualdi, M. (2005). *Le Radio Locali: Una esperienza comunicativa per il pubblico giovanile (1975-1977)*. Acedido a 12 de janeiro de 2019, em <http://www.firenzemedia.com/radiocalilualdi.pdf>
- Maia, M. (1995). *A Telefonía*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Marcos, L. H. (1989). *Rádios Locais - A lei e a realidade*, Porto: Centro de Formação de Jornalistas.
- Macchiocchi, M-A. (s/d) *Radio Alice ou a Info-ação*. In Lavoinne, Y. (org). *A Rádio*. (45-50). Lisboa: Vega.
- Marinho, S. (2000), "Um percurso da rádio em Portugal". In Pinto, M. (coord.). *A Comunicação e os Media em Portugal*. (99-109). Braga: Universidade do Minho.
- Marktest (2018) Ouvir rádio pela Internet. *Marktest*. Acedido a 23 de janeiro de 2019, em: <https://www.marktest.com/wap/a/n/id~2400.aspx>
- Marques, M. M. O. (1992), *Contribuição para a construção de uma tipologia dos públicos da NRJ-Rádio Energia 92.4 FM*. Tese de Licenciatura em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Portugal.
- Martinez-Costa, M.P. (2015) *Radio y nuevas narrativas: de la crossradio a la transradio*. In Oliveira, M. & Ribeiro, F. (eds) *Radio, sound and Internet*. Acedido a 12 de maio de 2016, em: [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/2175](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2175)
- McDulling, J. (2015) *Streaming hasn't killed the rádio star*. Acedido a 14 de janeiro de 2014, em: <http://qz.com/325979/streaming-hasnt-killed-the-radio-star/>.
- McLhuan, M. (1993). *Os Meios de Comunicação Social como Extensões do Homem*. São Paulo: Cultrix.
- Meditsch, E. (1999). *A Rádio na Era da Informação*. Coimbra: Minerva.
- Meditsch, E (2001), *O ensino do radiojornalismo em tempos de Internet*. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4604/1/NP6MEDITSCH.pdf> [Consulta: 24 de Fevereiro de 2007].
- Meneses, J.P. (2008). *A Decadência da Rádio Funcionalista pelos Consumidores Activos da Internet*, Tese de Doutoramento. Universidad de Vigo, Espanha.
- Meneses, J.P. (2003). *Tudo o Que se Passa na TSF*. Porto: Jornal de Notícias.
- Mesquita, M. (1994). *Os meios de comunicação social*. In Reis, A. (coord.) *20 anos de democracia em Portugal*. (360-405). Lisboa: Círculo dos Leitores.
- MFA (1975). *Programa do Movimento das Forças Armadas. Documento de Informação n.º 1*. 10 de setembro de 1975.
- Moreno, E. (2002) *El tratamiento radiofónico de la información local*. In Martinez-Costa, M.P. (coord.). *Información Radiofónica*. (329-350). Barcelona: Ariel.
- Nosty, B.D. (coord.) (2000) *Informe anual de la comunicación 1999-2000 - Estado y tendencias de los medios en España*. Madrid: Ediciones Tiempo S.A.
- Nosty B. D. (1997), *Los medios públicos regionales y locales - El futuro de los canales autonómicos y los medios locales públicos*. In Escudero, M.C. (ed.), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa - Perspectivas*. (157-172). Sevilla: Asociación de Emisores Municipales de Andalucía de Radio y Televisión.
- Obercom, (2018). *As Rádios Locais em Portugal - Caracterização, tendências e futuros*. Acedido a 21 de novembro de 2018, em: <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2018/04/CIUL-CV-OberCom2018-Ra%CC%81dios-Loais-Characterizac%C-C%A7a%CC%83o-tende%CC%82ncias-e-futuros-.pdf>.
- Obercom (2013) *Media em Movimento*. Acedido a 14 de dezembro de 2013, em: [http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=media\\_em\\_movimento\\_2013.pdf](http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=media_em_movimento_2013.pdf).

- Office of Communications (Ofcom), (2011). *The future of Small Scale Radio – A Research Report of Ofcom*. Acedido a 10 de abril de 2013, em: <http://stakeholders.ofcom.org.uk/binaries/research/radio-research/small-radio.pdf2>
- Office of Communications (Ofcom), (2018). *Localness Guidelines*. Acedido a 12 de janeiro de 2019, em: <https://www.ofcom.org.uk/tv-radio-and-on-demand/information-for-industry/radio-broadcasters/localness>.
- Office of Communications (Ofcom), (2018). *Localness on Local Commercial Radio Stations*. Acedido a 12 de janeiro de 2019, em: <https://www.ofcom.org.uk/consultations-and-statements/category-2/guidelines-localness-commercial-radio>
- Observatório da Comunicação (2002). *Anuário da Comunicação – Os media em tempo de crise 2001/2002*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Olmo, J. S. (2005). *Periodismo de Radio – de los estudios al ciberespacio*. Valencia: Universidad Cardenal Herrera.
- Ortiz, M. & Cuesta, J. (2003). *La Radio Digital – nuevos perfiles profesionales*. Madrid: Instituto Oficial de Radio y Televisión.
- Pease, E. C. & Dennis, E. E. (1995). *Radio the Forgotten Medium*, New Jersey: Transaction Publishers.
- Pérez, A.M. (1994). *Las Rádios Locales Y su penetración en la audiência*. BOCC. Acedido a 30 de dezembro de 2018, em: <http://bocc.ubi.pt/pag/merayo-arturo-radio-local.html>.
- Peñafiel Saiz, C. (2002). *La Información en la Radio*. In Martínez-Costa, M.P. (Coord.). *Información Radiofónica*. (21-57). Barcelona: Ariel.
- Pew Research Center (2017) *The State of News Media – Audio and Podcasting*. Acedido a 5 de janeiro de 2019, em: <http://www.journalism.org/fact-sheet/audio-and-podcasting/>
- Piñeiro-Otero, T. (2015). *La mediamorfosis de la radio local. Una perspectiva desde el contexto de la Eurorregión Galicia – Norte de Portugal*. *Quaderns del CAC*. 41. 35-45. Acedido a 21 de janeiro de 2019, em: <https://www.researchgate.net/publication/281112829>.
- Poulain, S. (2016). *Les rádios libres ou la diabolisation de la FM: qu'est-ce que libérer la parole veut dire?* In Lefebvre, T & Poulain, S. (Org.) *Rádios Libres 30 ans de FM. La parole libérée?* (81-106) L'Harmattan.
- Portela, P. (2011). *Rádio na Internet em Portugal – A abertura à participação num meio em mudança*. Edições Húmus.
- Prado, E. (1985). *Estructura de la Información Radiofónica*. Barcelona: Editorial Mitre.
- Prado, E. (1981). *El movimiento por la libertad de emisión en España*. In Bassets, L. (ed.) *De las Ondas rojas a las radios libres*. (237-256). Barcelona: Gustavo Gili.
- Prata, N. (2006). *Os novos signos linguísticos na Web: um estudo dos aspectos cognitivos e mediáticos sobre as cores utilizadas pelo rádio na Internet*. *Atas das II Jornadas Internacionais de Jornalismo*. (309-328). Universidade Fernando Pessoa.
- Prata, N. (2008). *Webradio: Novos Géneros, Novas formas de Interação*. Tese de Doutoramento. Acedido a 20 de julho de 2008, em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/AIRR7DDJD8/1/nair\\_prata\\_tese.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/AIRR7DDJD8/1/nair_prata_tese.pdf).
- Project for Excellence in Journalism (PEJ), (2004). *Radio Intro*. Acedido a 22 de abril de 2009, em: <http://stateofthedia.org/2004/radio-intro/>
- Queirós, J.S (2011). *20 Anos ao serviço das Rádios Locais*. Porto: Aric
- Rangel, E. (2008), “TSF – Um sonho difícil”. In *Tão Perto do Mundo – 20 Acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. (9-11). Lisboa: Prime Book.
- Rebelo, J. (2011). *Ser Jornalista em Portugal – perfis sociológicos*. Lisboa: Gradiva.
- Rehm, D. (1995). *Talking over American's electronic backyard fence*. In Pease, E. C. & Dennis, E. E. (ed.). *Radio the Forgotten Medium*. (69-74). New Jersey: Transaction Publishers.
- Reis, F. (2002). *Algumas Observações sobre o Localismo*. In Cádima, F. (coord.) *Anuário da Comunicação – Os media em tempo de crise 2001/2002*. (206-207). Lisboa: Obercom.
- Reis, I. (2014). *As rádios piratas em Portugal – contributos para um percurso*. In Reis, I.; Ribeiro, F.; Portela, P. (Org.) *Das Piratas à Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. (9-28). Acedido



- a 28 de setembro de 2018 em [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/2049/1971](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971)
- Ricaud, P. (2016). Les radios associatives et communautaires. Histoire et enjeux de la parole libérée. In Lefebvre, T & Poulain, S. *Radios Libres 30 ans de FM. La parole libérée?*.(147-158). L'Harmattan.
- Rodrigo, M. & Ruiz-Colantes, X. (1981), *Cronología*. In Bassets, L. (Org.), *De las ondas rojas a las radios libres*. (271). Barcelona: Gustavo Gili.
- Saiz, C.P. (2002). La Información en la Radio. In Martínez-Costa, M. P. (Coord.), *Información Radiofónica*. (21-57) Barcelona: Ariel.
- Santana, M. (2009). *As rádios locais no Norte de Portugal e na Galiza. Dificuldades e desafios em ambos os lados da fronteira*. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra, Portugal.
- Santos, F. S. (1998). Por Debaixo das Ondas da Rádio. In Comissão Executiva do III Congresso de Jornalistas, *Jornalismo Real, Jornalismo Virtual: Documentos, Teses, Documentos*. (91-95). Lisboa: Comissão Executiva do III Congresso de Jornalistas.
- Santos, F.S. (2008). O dia de fogo. In *Tão Perto do Mundo – 20 acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. (18-25). Lisboa: Prime Book.
- Santos, R. (2005). Rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade. *Comunicação e Sociedade*, vol. 7, 137-152.
- Santos, R. (2008). As Rádios Locais em Portugal, 2000-2004. In Pinto, M. & Marinho, S. (Orgs.). *Os Media em Portugal nos Primeiros Cinco anos do Século XXI*. (84-90). Porto: Campo das Letras.
- Santos, R. (2000). Nos 75 anos de emissões regulares de rádio – Histórias de pioneiros”, *Observatório*, 2, 127-136.
- Schaeffer, P. (s/d). O Mito da Concha. In Lavoigne, Y (org). *A Rádio*. (78-83). Lisboa: Vega.
- Serejo, F. (2001). Rádio – do Marcelismo aos nossos dias (1968-1990), *Observatório*: 4, 65-95.
- Severino, R. (1998). Rádios – O caso específico de Setúbal. In Comissão Executiva do III Congresso dos Jornalistas Portugueses. *Jornalismo Real, Jornalismo Virtual: Documentos, Teses, Documentos*. (247-248). Lisboa: Comissão Executiva do III Congresso dos Jornalistas Portugueses.
- Silva, D. (2008). *As Rádios Locais: o que mudou desde 1989?*. Tese de Mestrado. Universidade da Beira Interior, Portugal.
- Silva, E. C. (2014). Rádios Locais: Concentração e Regulação. In Reis, A.I; Ribeiro, F; Portela, P. (Ed.) *25 Anos de Rádios Locais: das piratas às locais*. (43-60) Acedido a 21 de janeiro de 2019, em: [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/165](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/165).
- Sociedade Portuguesa de Autores (1996). *Colóquios sobre Rádio*. Lisboa: Dom Quixote.
- Starkey, G. (2011). Directo e local nunca mais? As comunidades de ouvintes e as tendências de globalização na propriedade e produção de rádios locais. *Comunicação e Sociedade*.vol. 20.157-172.
- Starkey, G. (2011b). *Local Radio, Going Global*. London: Palgrave Macmillan.
- Tristani, G. (1998). Keeping the Local in Local Radio: Remarks of FCC Commissione Gloria Tristani Before the Texas Broadcasters Association. Acedido a 3 de janeiro de 2019, em: <http://transition.fcc.gov/Speeches/Tristani/spgt811.html>.
- Tudesq, A.-J. (s/d). Les études sur la radio et la périodisation de la rádio. Acedido a 25 de novembro de 2006, em: <http://www.grer.fr/conf-tudesq.htm>.
- Vieira, J. et al. (2010). *Os novos caminhos da rádio: Radiomorphosis.Tendências e Prospectivas*. Lisboa: Obercom.
- Villafañe, J., Bustamante, E. & Prado, E. (1987). *Fabricar Noticias – las rutinas productivas en radio y televisión*. Barcelona: Editorial Mítre.
- Wu, L. (2017). Evaluating Local News on the Radio: A National Survey of Radio Station Executives. Acedido a 23 de janeiro de 2019, em: <https://doi.org/10.1177/1931243117694672>

**Publicações periódicas**

- A Capital (1990, 29 de janeiro). Rádio Seixal quer chegar a Lisboa. *A Capital*.
- Agência Lusa (1990, 26 de dezembro). Rádios regionais: emissões da Press e Correio da Manhã são legais. *Agência Lusa*.
- Agência Lusa. (1990, 26 de dezembro). Rádios regionais: emissões da Press e Correio da Manhã são legais. *Agência Lusa*.
- Associação Portuguesa de Radiodifusão. (2002, 30 de agosto). *Fax Informativo*, n.º 245.
- Associação Portuguesa de Radiodifusão. (2002, 13 de setembro). *Fax Informativo*, n.º 247.
- Associação Portuguesa de Radiodifusão. (2002, 11 de outubro). *Fax Informativo*, n.º 251.
- Associação Portuguesa de Radiodifusão. (2002, 4 de novembro) *Fax Informativo*, n.º 254.
- Associação Portuguesa de Radiodifusão. (2002, 23 de novembro). *Fax Informativo*, n.º 257.
- Barão, F. (1987, 9 de maio). Viagem ao mundo das rádios livres. *Revista Expresso*.
- Bonixe, L. (1999, 2 de março). Radialistas despedidos recorrem a governador civil. *Público*.
- Bonixe, L. & Coelho, C. (2013, Julho/Setembro). O Jornalismo e Jornalistas das rádios locais portuguesas. *Jornalismo&Jornalistas*
- Campos, J.P. (2018, 27 de abril). Tecer nas ondas da rádio os laços da zona histórica de Coimbra. *Jornal de Notícias*.
- Carneiro, S. (1986, Novembro/Dezembro). Espectro Radioeléctrico: Um Bem Escasso e Limitado. *Revista Comunicações*.
- Carvalho, P&Roberto, M. (2013,21 de julho). Sem a rádio, as aldeias não despertam. P2.
- Cordeiro, P.&Bonixe,L. (2018, outubro/dezembro). Pirata, local, global – que rádio no século XXI?. *Jornalismo&Jornalistas*.
- Correio da Manhã. (1987, 24 de junho). Correio da Manhã entra na festa da rádio. *Correio da Manhã*.
- Daily Mail (1945, 2 de maio). 90 Minutes of radio Suspense. *Daily Mail*.
- Diário Popular. Desafiar o poder é continuar a emitir. *Diário Popular*
- Duarte, P. (1982, 17 de março). Queremos uma estação de rádio pirata. *Jornal Sete*.
- Esparteiro, M.G. (2001, fevereiro). As rádios locais, Hoje. *Newsletter do Observatório da Comunicação*
- Ferreira, T. (1984, 19 de março). Rádio Activada. *Diário de Notícias*.
- Ferreira, V.R. (1986, Novembro/Dezembro). Rádio: A Longa Gestação do Ordenamento Jurídico. *Revista Comunica es*.
- Ferreira, V.R. (1986, Novembro/Dezembro). Profissionais Fundam Cooperativas para Obterem Licenças de Radiodifusão. *Revista Comunica es*.
- Figueiredo, A. (2002, Julho). Rádios repensam estratégias”, *Newsletter do Observatório da Comunica o*.
- Figueiredo, A. (2002, fevereiro). Um balanço sobre o sector da radiodifusão (2000-2001). *Newsletter do Observatório da Comunica o*.
- Fragoso, J. (1991, 4 de abril). Nova energia agita FM jovem. *Público*.
- Fragoso, J. (1990, 3 de dezembro). Rádios locais pedem revisão da lei. *Público*.
- Fragoso, J. (1990, 30 de outubro). Sindicato ouve rádios locais. *Público*.
- Fragoso, J. (1990, 20 de outubro). Rádios locais pedem ajuda ao governo. *Público*.
- Fernandes, T.(2002, 8 de dezembro). Rádios na Internet – entre a ferramenta de aprendizagem e o negócio. *Público*.
- Gomes, K. (1998, 24 de dezembro). Rádios calaram-se há dez anos. *Público*.
- Guerra, J.P.& Antunes, R. (1990, 21 de junho). Uma comissão sob suspeita. *Público*.
- Guerra, J.P. (1990, 20 de junho). Barbosa e Cruz vencem regionais. *Público*.
- Lopes, M. (2003, 31 de março). Rádios locais reclamam apoios indirectos do Governo. *Público*.
- Lopes, M. (2001, 20 de novembro). ICS Investiga rádios locais do centro. *Público*.
- Lopes, M. (2001, 5 de novembro). Rádios recusam-se a pagar transmissões de futebol europeu. *Público*.
- L.C. (1990, 22 de setembro). Rádios Cidade e Festival lideram em Lisboa e Porto. *Expresso*.

- L.P. (2002, 6 de março). Rádio da IURD recorre do encerramento. *Público*
- Lourenço, E. (2000, 27 de outubro). Lei da rádio aprovada. *Público*.
- Lourenço, E. (1998). Renascidas das cinzas. *Público*.
- Lourenço, E. (1998, 1 de março). A escola da Rádio. *Público*
- Lourenço, E. (1997, 10 de outubro). Unidas pela Fé. *Público*
- Lourenço, E. (1997, 4 de agosto). Cadeias radiofónicas legais. *Público*.
- Lourenço, E. (1997, 24 de março). Audiências para as rádios locais. *Público*.
- Lourenço, E. (1996, 11 de outubro). Rádios locais à conquista de Lisboa. *Público*
- Lusa/Sol. (2012, 18 de junho). Nova lei da rádio está a calar as rádios locais. *Sol*.
- Machado, A. (2002, 23 de março). Rádio permanece estável perante crise dos media. *Público*
- Machado, A. (2001, 12 de dezembro). Marconi fez há 100 anos a primeira comunicação transatlântica com sinais rádio. *Público*
- Marques, M. M. (2003, 4 de abril), Funcionários denunciam monopólio nas rádios de Setúbal. *Público*.
- Martins, L.P. (1986, 3 de agosto). Dez vezes mais ouvintes desde o princípio do ano. *Primeiro de Janeiro*.
- Martins, L.P. (1986, 9 de julho). Rádio locais multiplicam-se na Beira Litoral. *Jornal Sete*.
- Martins, L.P. (1986, 16 de junho). Rádio Cidade – o charme concreto da estereofonia. *Jornal Sete*.
- Massada, J. (1993, 4 de dezembro). Rádio Activada. *Expresso*.
- Massada, J. (1991, 30 de outubro). Rádios locais dominam audiências de Lisboa e Porto. *Expresso*.
- Meios&Publicidade. (2011, 19 de agosto). Associação de Radiodifusão desdramatiza venda da rádio de Matosinhos e outras estações locais. *Meios&Publicidade*.
- Meios&Publicidade. (2012, 18 de julho). ERC quer impor blocos de informação nas rádios locais. *Meios&Publicidade*
- Meios&Publicidade. (2012, 31 de julho). Rádio Jornal do Fundão suspende emissão a partir de quarta-feira. *Meios&Publicidade*.
- Meios&Publicidade (2012, 18 de junho). É terrível o que se está a passar com as rádios locais. *Meios&Publicidade*.
- Meireles, I. (1986, Novembro/Dezembro). A Radiodifusão e o Direito Comunitário. *Revista Comunicações*.
- Midões, M.E. (1986, Novembro/Dezembro). Mais de metade dos portugueses não ouvem Rádios Diariamente. *Revista Comunicações*.
- Neto, M. (1989, 18 de março). No Porto: Rádio Nova (Grupo Sonae) na onda europeia. *Diário de Lisboa*.
- Neves, C. (1992, 28 de novembro). Rádios locais: SOS no ar. *Diário de Notícias*.
- Notícias de Portugal (1984, 18 de março). Abrantes – Rádios Locais: o desafio. *Notícias de Portugal*.
- Notícias da Tarde (1984, 19 de janeiro). Raúl Junqueiro preconiza criação de Alta Autoridade. *Notícias da Tarde*.
- Nunes, J.D. (1984, 19 de março). Anteprojecto ou Antiprojecto? *Diário de Notícias*.
- Observatório da Comunicação, (2002, julho). Anacom autoriza transmissão com recurso ao T-DAB para as rádios locais. *Newsletter do Observatório da Comunicação*
- Observatório da Comunicação. (2002, maio) Rádios locais já têm projecto aprovado para emissão online. *Newsletter do Observatório da Comunicação*.
- O Diário. (1984, 16 de fevereiro). Rádio dos EUA em Lisboa destina-se a 200 pessoas, mas apanha dois milhões. *O Diário*.
- Pessoa, C. (1984, 25 de outubro). Parlamento deve aprovar com urgência lei das rádios livres. *Diário de Lisboa*.
- Pinto, F. (1988, 7 de outubro). Homens da rádio contestam governo – Fomos Enganados.. *Tal&Qual*.

- Pinto, J.N. (1986, Novembro/Dezembro). Problemas e Considerações Prévias às Novas Leis de Radiodifusão. *Revista Comunicações*.
- Pinto, L. (2002, 27 de fevereiro). Rádio Placard encerrada nove anos depois. *Público*.
- Portugal, M. (1999, 18 de dezembro). Sinergias em Antena. *Público*.
- Portugal, M. (1999, 18 de abril). Rádios locais à deriva. *Público*.
- Público. (2013, 13 de junho). Em Bragança já não há “Bom Dia Tio João”. *Público*.
- Ralha, L. (1997, 4 de agosto) Legitimar a anarquia. *Público*
- Real, H. (2013, 10 de junho). Media Capital compra nove rádios. *Correio da Manhã*.
- Rebello, M. (1986, 8 de setembro). Rádio Almada quer divulgar o concelho. *O Século*.
- Revista Comunicações (1986, novembro/dezembro). Leis para a radiodifusão aparecem tardiamente. *Revista Comunicações*.
- Revista Comunicações (1986, novembro/dezembro). Frequências são um bem raro que tem de ser partilhado. *Revista Comunicações*.
- Ribeiro, D. (1983, 27 de abril). Rádio Pirata arranca na Grande Lisboa. *Jornal Sete*
- Rodrigues, S. (2003, 2 de março). TSF, a história da primeira emissão pirata. *Público*.
- Rodrigues, S. (2001, 26 de março). Lei da rádio divide tribunais. *Público*.
- Rodrigues, S. 2000, 15 de março). Autarquias donas de rádios. *Público*.
- Rodrigues, S. (1999, 31 de março). Rádios locais, peso nacional. *Público*
- Rodrigues, S. (1999, 27 de fevereiro). Rádios, caixas de música. *Público*.
- Rodrigues, S. (1998, 20 de maio) Rádios locais em risco de perder apoios. *Público*
- Rodrigues, M. (1990, 7 de abril) Comunistas demitem-se na Rádio Activa. *Expresso*.
- Rodrigues, A.D. (1986, Novembro/Dezembro). A Magia da Rádio. *Revista Comunicações*.
- R.V. (1988, 15 de janeiro). Rádio Azul na Crista da Onda”. *Tal&Qual*.
- Santos, P.N. (2002, 10 de novembro). Rádio local apoia integração de imigrantes de Leste. *Público*.
- Santos, S. (1981, 29 de janeiro). Pirataria radiofónica – Rádio livre, livremente. *O Ponto*.
- Semanário. (1986, 1 de novembro). Estações clandestinas – o roteiro impossível. *Semanário*.
- Se7e. (1986, 16 de julho). O Cerco de Lisboa. *Jornal Se7e*.
- Soares, D. (1989, 18 de março) Páscoa traz boas amêndoas às antigas Rádios-Pirata. *Diário de Lisboa*.
- Sousa, C. & Sousa, P. (1983, 31 de dezembro ). CTT: Em FM há espaço para 80 novos canais. *Jornal de Notícias*.
- Sousa, C. & Sousa, P. (1983, 30 de dezembro) Emissoras locais: uma aposta na descentralização da Rádio. *Diário de Notícias*.
- Sousa, C. & Sousa, P. (1983, 29 de dezembro) Reivindicamos uma lei que nos reconheça. *Jornal de Notícias*.
- S.R. (2001, 24 de agosto). Rádios obrigadas a emitir 24 horas por dia. *Público*.
- Vilar, E. (2002, 12 de março) TSF cancela debates eleitorais. *Público*.
- Vilar, E. (2000, 18 de dezembro) Imprensa local pouco digital. *Público*.
- V.R.F. (1986, novembro/dezembro) Profissionais fundam cooperativas para obterem licenças de radiodifusão. *Revista Comunicações*.

### **Legislação**

- Decreto n.º 17: 899, 29 Janeiro de 1930 I Série – Criação dos primeiros serviços de radiodifusão.
- Decreto-lei n.º 22.783, 29 Junho de 1933 I Série – Organização dos serviços radioeléctricos.
- Decreto-lei n.º 28508 de 3 Março 1938 I Série – Normas de funcionamento dos postos particulares de radiodifusão.
- Decreto –lei n.º 674-C/75 (2 de Dezembro de 1975) – Nacionalização de várias empresas de radiodifusão.
- Decreto – Lei n.º 338/88 de 28 de Setembro.

- Decreto-Lei n.º 130/97, 27 Maio – Licenciamento e atribuição de alvarás de radiodifusão
- Decreto de lei 56/2001 de 19 de Fevereiro – Sistema de incentivos do Estado à comunicação social.
- Decreto lei 30/92 de 5 de março.
- Deliberação de 3 de Outubro de 2001. Alta Autoridade para a Comunicação Social.
- Despacho 2409/97 (2ª Série) – Regulamento do concurso público para a classificação de rádio como temática – 2 de Junho de 1997.
- Despacho conjunto – 363/98 Regulamento do concurso público para a atribuição de alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão sonora – 14 de Maio de 1998.
- Lei da Rádio. 8/87 de 11 março
- Lei da Rádio. 87/ 88 de 30 de julho
- Lei da Rádio. 2/97 de 18 de janeiro.
- Lei da Rádio. 4/2001 de 23 de fevereiro.
- Lei da Rádio. 54/2010 de 24 de dezembro.
- Parecer à proposta de n.º 194/XII. Sindicato dos Jornalistas. 1 de abril de 2014.
- Portaria n.º 691/88 de 15 de Outubro
- Portaria n.º 757-A/88 de 24 de Novembro
- Projeto de Lei n.º 79/III de 23 de Junho de 1983 (PCP).
- Projeto de Lei sobre serviços locais de radiodifusão (PS/PSD) n.º 252/III de 26 de Novembro de 1983
- Projeto de lei sobre licenciamento das estações emisoras de radiodifusão (PSD) n.º 142/IV de 22 de Janeiro de 1986
- Projeto de lei da Radiodifusão (PS) n.º 204/IV de 16 de Maio de 1986
- Proposta de lei 194-XII – 2014
- Proposta de lei sobre exercício da actividade de radiodifusão n.º 20/IV de 4 de Abril de 1986
- Proposta de lei sobre licenciamento n.º 24/IV de 16 de Maio de 1986
- Regulamento do concurso público para atribuição de alvarás de 4 de Novembro de 1988

